

A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (Setembro de 1958-Outubro de 1959)**

A campanha de imprensa contra D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, foi desencadeada, na sequência das eleições presidenciais de 1958, pelo então chefe do governo português, Oliveira Salazar, com dois objectivos políticos: resolver as dificuldades internas e marginalizar a Igreja católica¹.

Cada ofensiva diplomática do governo português junto da Santa Sé é precedida e acompanhada por um conjunto organizado de ataques jornalísticos ao prelado. O Vaticano tem consciência deste papel da imprensa e a sua diplomacia denuncia-o explicitamente por mais de uma vez. A campanha teve frequentemente um carácter difamatório do bispo. Foi o mais poderoso instrumento do governo. É ela que lhe permitirá acusar D. António de perturbar a ordem pública e legitimar a exigência da sua destituição.

No plano fáctico, é o governo quem abre a crise; no plano das fontes, é governamental a maioria da informação disponível, nomeadamente a que consta dos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)². Por estes motivos, afigura-se adequado centrarmos a análise na acção do gover-

* Este texto é o desenvolvimento de uma comunicação apresentada oralmente ao simpósio «Profecia e liberdade em D. António Ferreira Gomes», organizado por Ajuda à Igreja que Sofre.

Agradeço ao Dr. José Barreto as informações que facultou.

¹ No presente texto, a expressão «Igreja Católica» designa a confissão cujo máximo hierarca é o Papa, o bispo de Roma; por vezes, por razões de simplicidade narrativa, é identificada apenas como «a Igreja».

² Os documentos consultados no Arquivo Histórico do MNE têm a seguinte cota: PEA, Santa Sé. Caso do Bispo do Porto. Caso do Bispo da Beira. Actividades da AC em Portugal, proc. 336.0, PEA 6, Casa dos Tratados, n.º 1, armário n.º 18. O autor agradece à Dr.ª Isabel Fevereiro, responsável daquele Arquivo, o apoio dado.

no; examinaremos também as reacções da Santa Sé e da Igreja em Portugal — destacando nela o Patriarcado e a Diocese do Porto. A história deste período está por escrever. Não tentaremos fazê-la. Como as intervenções estatais através da imprensa são incompreensíveis sem o contexto do caso, procuraremos resumi-lo. Proporemos também um quadro racionalizador de atitudes dos diversos actores políticos, o qual deverá ser confirmado, ou infirmado, por pesquisas posteriores.

Serão analisados apenas aspectos centrais a partir de jornais de âmbito nacional, excluindo, portanto, a rádio e a televisão³. O estudo substancial da campanha de comunicação social dirigida pelo governo português contra D. António Ferreira Gomes em 1958 e 1959 exigiria uma investigação mais vasta do que a realizada. Por outro lado, esse estudo só ganharia pleno sentido inserido no exame de conjunto do ataque governamental àquele prelado, o qual está por fazer;⁴ requereria, no relativo ao governo, a exploração do arquivo Salazar e, no tocante à Igreja, o exame da dimensão regional, incluindo a situação missionária, e o aprofundamento da acção do Vaticano.

A análise da campanha de imprensa é também uma ilustração dos métodos do *Estado Novo*, em particular da sua capacidade de eufemização e de «economia da violência», embora o facto de não analisarmos a actividade da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), a polícia política, reforce automaticamente o aspecto suave da acção do governo⁵.

Começaremos por resumir a conjuntura política portuguesa logo após as eleições presidenciais de 1958. Examinaremos depois, por ordem cronológica, o desenrolar da ofensiva do governo português, sistematizando-a a partir das suas duas fases: Setembro de 1958 e Março de 1959. A propósito de cada uma, examinaremos a acção governamental e as respostas do Vaticano, do Patriarcado e da Diocese do Porto.

³ Não será também tida em conta a imprensa regional. Por coincidência, no decurso da crise, ela reunirá em congresso apoiado pelo governo e será então revelado que tem um público de meio milhão de pessoas, o que diz bem da sua relevância nacional, aliás particularmente significativa nos canais de informação da Igreja (*Diário da Manhã* de 11 de Março de 1959).

Contudo, a imprensa regional terá, no caso, ecoado os temas lançados pela nacional.

⁴ Anotemos que a historiografia favorável a Salazar desvaloriza radicalmente o caso. Assim, Franco Nogueira não analisa o caso do bispo do Porto nem na sua biografia de Salazar nem no suplemento à *História de Portugal*, de Barcelos [v. ainda vol. iv da biografia, *O Ataque (1945-1958)*, p. 512, que contém um resumo parcial da carta do bispo, sem relatar as sequelas].

⁵ V., sobre a «optimização» da repressão, Hermínio Martins, «Portugal», in S. J. Woolf (org.), *O Fascismo na Europa*, trad. de Pedro Lopes de Azevedo, Meridiano (1978), pp. 421-467.

Uma versão portuguesa mais recente e acessível é «O Estado Novo», in Martins, *Classe, 'Status' e Poder e Outros Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*, pref. da A. Costa Pinto, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais, 1998.

1. A CONJUNTURA POLÍTICA PORTUGUESA APÓS AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1958

Sintetizemos então o contexto político no qual surge a chamada «carta do bispo do Porto»⁶. No Verão de 1958, quando a recebe, Salazar tem dois problemas a resolver. O primeiro é a crise da situação. O segundo é a questão de Goa.

A crise da situação é o mais imediato e mais fundo. A campanha presidencial do general Humberto Delgado mostrara a fragilidade do *Estado Novo*. Persistem rumores de golpes militares. O almirante Américo Thomaz fora proclamado Presidente da República. Mas era público e notório que as eleições presidenciais de Junho de 1958 tinham sido ganhas pelas tropas que o ministro da Defesa, o coronel Santos Costa, fizera sair dos quartéis, em particular em Lisboa e em Braga. Salazar saíra diminuído da campanha⁷. A paz nas ruas, um dos temas da sua propaganda, tornara-se uma recordação do passado. Multiplicam-se os panfletos oposicionistas — clandestinos, pois a censura a tanto obrigava. A opinião pública está inquieta⁸. É claro para todos que as instituições políticas ou se adaptam ou morrem.

A campanha de Delgado tinha sido precedida por uma inovação histórica. Pela primeira vez desde a fundação do *Estado Novo*, católicos, organizados enquanto tal, tiveram uma intervenção pública de crítica aos métodos da Igreja e, indirectamente, da situação. Este facto era uma das principais dimensões da crise da «situação» que até aí beneficiara do apoio praticamente unânime dos católicos e, de repente, corria o risco de o perder ou de só o poder conservar fazendo concessões que tinha por inaceitáveis. Essa quase unanimidade é quebrada a 19 de Maio de 1958, data na qual um grupo de 28 dirigentes católicos escrevera uma carta ao director do diário católico *Novidades* para «manifestar, respeitosa mas vivamente, a sua discordância e

⁶ O texto da «carta» era um *pro memoria* — expressão por que o autor a designava —, destinado a preparar a entrevista que Salazar ficara de conceder ao bispo do Porto e que não veio a concretizar-se. A necessidade dessa entrevista terá resultado, como é sugerido no princípio do *pro memoria* do facto de o *Estado Novo*, nas eleições presidenciais de 1958, ter posto o bispo do Porto em situação de apoiar o candidato oficial.

D. António nunca autorizou a publicação «de forma autorizada e autêntica» do texto, tendo em 1976 afirmado que ela só deveria ter lugar mais tarde «acompanhada de algumas explicações e comentários históricos» [carta-prefácio a José Galdes Freire, *Resistência Católica ao Salazarismo-Marcelismo*, Livraria Telos, Porto (1976), pp. 14-15].

⁷ Franco Nogueira escreve: «Oliveira Salazar sente a erosão do seu carisma, tem consciência de que a sua autoridade fora afectada pela batalha eleitoral: de momento não era única nem suprema» [Salazar, vol. v, *A Resistência*, Livraria Civilização Editora, s. l. (1984), p. 1].

⁸ Um episódio banal dá a medida da inquietação da opinião. A 25 de Junho de 1958, cerca de duas semanas depois do acto eleitoral, a Rádio Renascença transmitiu «a invasão dos marçianos», uma adaptação da célebre criação de Orson Welles. A polícia foi aos estúdios interromper o programa porque, esclareceu depois, «perturbou a tranquilidade dos Portugueses».

O episódio revela igualmente a prontidão repressiva das autoridades.

o seu desgosto perante a atitude assumida pelo jornal que V. Ex^a dirige em relação à presente campanha eleitoral». Protestavam particularmente contra a falta de uma «atitude imparcial» em relação às três candidaturas presidenciais⁹.

Os signatários andam na casa dos 30 anos, passaram quase todos pelas fileiras da Acção Católica e são já nomes qualificados. Constituem um núcleo da geração cuja hora de integrar os quadros dirigentes do *Estado Novo* estava a chegar. Inesperadamente, muitos dos seus mais destacados membros recusam essa integração¹⁰.

A carta foi publicitada. A originalidade e pertinência da postura asseguraram-lhe uma grande difusão. O seu objecto imediato, o *Novidades*, contribuiu para isso. A carta caracterizava-o como «um jornal criado pela hierarquia e depositário da importantíssima missão de esclarecer a consciência católica nacional sobre as posições de princípio do pensamento católico acerca dos grandes problemas da vida portuguesa». Tinha a reputação de ser o jornal do episcopado e estava, já então, na decadência¹¹.

⁹ J. Felicidade Alves (org.), *Católicos e Política de Humberto Delgado a Marcello Caetano*, ed. do autor, s. d., s. l., pp. 11 e segs.

¹⁰ Entre os signatários estavam Adérito Sedas Nunes, António Alçada Baptista, Francisco Lino Neto, João Salgueiro, Nuno Portas, Pedro Tamen, Mário Murteira, Manuela Silva, Francisco Pereira de Moura, João Bénard da Costa, João Gomes, Manuel Serra, Nuno Portas, Carlos Portas, Nuno Teotónio Pereira, Nuno de Bragança, Henrique Barrilero Ruas, o jovem Manuel de Lucena.

¹¹ O *Novidades*, um título oitocentista, apareceu como diário católico em 15 de Dezembro de 1923. Foi criado pelo episcopado para reforçar o Centro Católico, cujas anteriores tentativas de produzir um diário tinham sido malogradas. Obedecia estreitamente aos bispos, fazendo a política de *ralliement*. Reuniu então uma plêiade de jornalistas e foi combativo em defesa dos direitos da Igreja.

Após a Constituição de 1933, ficou sem causas e acantonou-se numa atitude defensiva, geralmente identificada com o *Estado Novo*. Passou a responder perante o cardeal Cerejeira, o responsável da Acção Católica. Foi nesta fase dirigido pelo cônego Pais de Figueiredo (até Fevereiro de 1948) e Mons. Avelino Gonçalves (director desde esta data até 1974); Mons. Moreira das Neves, outro distinto sacerdote minhoto, foi o seu chefe de redacção desde Abril de 1974 até ao seu fim.

O episcopado, nos anos 20, recomendara insistentemente a sua leitura. Nos anos 50 a ACP fez campanhas anuais de promoção, pelo menos até 1959. A sua circulação nunca foi revelada, mas, a partir pelo menos dos anos 50, era restrita. A venda estava quase reduzida às assinaturas. A sua influência era reduzida. O próprio *Novidades* censurava os católicos por não o lerem (artigo de FMR cit. in *Boletim Oficial* da ACP, n.º 270, de Dezembro de 1956, pp. 122 e segs.).

Nos anos 40 e 50 o seu conteúdo informativo era fraco. O jornal tinha poucos meios. Mons. Avelino Gonçalves referiu um dia que muitos católicos atribuíam a fraca posição do diário a um círculo vicioso: como o *Novidades* não tem leitores, não é bom; como não é bom, não consegue arranjar leitores. O director discordava da existência deste círculo, mas é apenas moralizante a explicação que propõe: os católicos portugueses é que «não têm a consciência bem formada a este respeito, como a têm os de outras nações» (*Boletim Oficial* da ACP, n.ºs 303-304, Setembro-Outubro de 1959, pp. 71 e segs.).

A ofensiva dos católicos oposicionistas prosseguiu. Pouco tempo depois o engenheiro Francisco Lino Neto, filho do histórico dirigente do Centro Católico, apoiou publicamente Delgado e escreveu, em Junho, o documento «Considerações de um católico sobre o período eleitoral» que deu brado em Portugal e no estrangeiro¹².

A questão de Goa era a que mais preocupava o governo e a opinião pública. Além da sua importância intrínseca, anunciava futuras guerras de libertação nas colónias de África. A crise em África começava a perfilar-se. Salazar abordara-a numa longa entrevista a Serge Groussard, respeitado jornalista de um então respeitadíssimo diário conservador francês, *Le Figaro*¹³. Disseira: «Não pode haver segurança no Atlântico se não houver segurança em África.» Era uma forma indirecta de reconhecer um risco militar no continente negro. A percepção da iminência da guerra em África era precipitada pelas independências das antigas colónias francesas e inglesas que então se perfilavam. O grupo dirigente português começava a tomar consciência dessa mutação¹⁴.

A partir da carta de 1958, a decadência do jornal acentuou-se, pois era mais visível a sua falta de imparcialidade. Foi particularmente insatisfatória a forma como cobriu o Concílio Ecuménico Vaticano II.

A circulação diminuiu. Em 1966 tinha no Patriarcado 1968 assinantes, dos quais 262 sacerdotes; nesse mesmo ano increveram-se 150 assinantes, dos quais 8 sacerdotes, e suspenderam a assinatura 201, dos quais 16 sacerdotes. Em 1968, fontes autorizadas afirmavam que a situação se tinha agravado (*Boletim Diocesano de Pastoral*, n.º 5, Junho de 1968, p. 4).

O clero tinha, em boa parte, deixado de o ler e mesmo de renovar a assinatura. Em 1960 havia 621 padres no Patriarcado. Se este valor tivesse diminuído para 497 em 1966, metade (53%) seriam assinantes do *Novidades*. Aqueles números incluem o clero regular, pelo que a percentagem de assinantes seria certamente superior no clero diocesano. Noutras dioceses era muito menor.

Em Fevereiro de 1968, o jornal abriu polémica com a Junta Central da Acção Católica, presidida pelo engenheiro Sidónio Pais, a propósito do Congresso Mundial do Apostolado dos Leigos.

D. António Ferreira Gomes esboçara-lhe um epitáfio dignificado em 1969: «Portugal já houve uma política da Igreja: era a política do ‘Centro’. Tratava-se de uma situação excepcional, hoje ultrapassada em toda a parte [...] O ‘jornal do episcopado’ *Novidades* nasceu e tinha sentido dentro da política geral do ‘Centro’. Mas hoje política controlada pelos bispos não é compreensível (sabe-se que S. Pio X lhe chamava mesmo ‘acção católica’)» (*Boletim Oficial da ACP*, n.º 396, Setembro-Outubro de 1969, p. 7, transcrevendo entrevista ao *Boletim de Informação Pastoral*, BIP).

O episcopado encerrou-o logo após o 25 de Abril. A história do *Novidades* está por fazer.
¹² Alves, *Católicos e Política*, pp. 17 e segs.

A diplomacia portuguesa conhecia o documento e conservou-o nos seus arquivos.

¹³ Foi transcrita pelo *Diário de Notícias* de 4 a 6 de Setembro de 1958.

¹⁴ Multiplicam-se então as manifestações públicas de preocupação com África, nomeadamente nos meios militares. A 8 de Janeiro de 1959 o major Hermes de Oliveira proferiu uma conferência sobre problemas actuais de África na Escola do Exército. No decurso do ano houve várias outras manifestações de teor semelhante.

A crise do *Estado Novo* fazia emergir com autonomia dois dos blocos seus fundadores, as Forças Armadas e a Igreja católica. Eram ambos, estruturalmente, rivais do poder pessoal do presidente do Conselho.

Para poder proceder a essa reformulação, Salazar tinha de separar o seu governo da dependência constitutiva em que o *Estado Novo* se encontrava face às Forças Armadas e à Igreja. Tinha de iniciar um processo de separação das três *ordens* que constituíam a organização política: o Estado (concretizado no *Estado Novo*), as Forças Armadas e a Igreja¹⁵. Em relação às Forças Armadas, o processo de separação começara com a escolha de um marinheiro, apagado politicamente, para as representar no Estado. O Exército, influenciado pela NATO, permanecia descontente com Salazar, ao qual pretendia impor condições de política interna e externa. O general Júlio Botelho Moniz, que a 14 de Agosto de 1958 passa de chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas a ministro da Defesa Nacional, protagoniza esse descontentamento, que culminará no golpe da «abrilada» de 1961. Antes do conflito com a instituição castrense, aparentemente inevitável em 1958, convinha ao presidente do Conselho isolar a Igreja e garantir que ela não teria capacidade de intervenção no desenrolar subsequente da crise política. Para tanto, deveria colocá-la numa atitude defensiva face à situação.

Salazar decide então reformular a situação em duas direcções: corporativização autoritária e prioridade a África. Aquela prepara esta, que só mais tarde emergirá com clareza.

A corporativização era um caminho que alguns sectores minoritários tinham defendido desde 1949. O fecho da abóbada corporativa seria substituir a eleição directa do chefe de Estado pela escolha por colégio eleitoral formado por dirigentes de organismos preexistentes sem qualquer processo eleitoral *ad hoc* — pelos deputados à Assembleia Nacional e por representantes de corporações várias, municípios, províncias ultramarinas ou organismos sócio-económicos. Quase todos eles eram razoavelmente controlados pelo executivo e muitos eram por ele nomeados.

A corporativização do *Estado Novo* desagradaria aos elementos republicanos da situação, pois apoucaria o sufrágio directo e recolheria aplausos católicos, pois parecia corresponder à «doutrina social da Igreja», tal como

¹⁵ O «Estado de Ordens» designa uma teoria sobre organização política assente no relacionamento entre três *ordens*, a simbólica, a securitária e a reprodutora (clero, nobreza e povo, na terminologia medieval portuguesa). Estas três *ordens* são formas elementares de divisão social do trabalho. Correspondem-lhes, consoante os graus de especialização social, três instituições: Igreja, Forças Armadas e Estado, respectivamente. A organização política consiste no relacionamento destas instituições entre si e com as respectivas *ordens*.

A teoria é desenvolvida e aplicada a Portugal no século xx na tese de doutoramento em elaboração, *Um «Estado de Ordens» Contemporâneo — a Organização Política Portuguesa*, e na prova complementar, *O Conceito de «Estado de Ordens»*, sob a orientação do Doutor Manuel de Lucena, na Universidade de Lisboa.

à época era concebida. A defesa das colónias teria efeitos simétricos; agradaria aos republicanos — não só os da situação, mas também os oposicionistas —, pois estava na tradição da I República e coincidia com a ideologia que perfilhavam, mas seria mal recebida pela Santa Sé, interessada em congregar os novos Estados independentes.

O ataque à Igreja permitiria à situação obter ou reforçar o apoio daquele elemento republicano — quando menos, neutralizar a sua oposição — e minimizaria as consequências políticas internas do inevitável apoio do Vaticano aos movimentos de libertação em toda a África.

A importância do *pro memoria* de D. António Ferreira Gomes reside no facto de dar aos problemas nacionais uma resposta oposta à de Salazar: recusa o corporativismo autoritário e estatal; afirma a necessidade de reformas sociais; exige o respeito dos direitos humanos e a democracia política; defende a greve e condena o *Estado Novo* por criminalizá-la; desvaloriza a dimensão africana; algumas expressões singulares chocam por contrariarem frontalmente a propaganda da situação: são os casos, por exemplo, da crítica do «financismo à outrance» de Salazar e «o já exclusivo privilégio português do mendigo, do pé-descalço»¹⁶. Mais decisiva do que os conteúdos é a postura implícita do autor do *pro memoria*: o bispo do Porto fala em nome da Igreja e afirma o direito de a instituição eclesial publicitar a sua política social e a sua política pura e simples face ao Estado e, se necessário, contra ele. Esta afirmação é inaceitável para o *Estado Novo*. A inaceitabilidade é agravada porque as posições do bispo do Porto convergem com as da cúpula militar quanto ao método e quanto ao fundo: Forças Armadas e Igrejas põem condições ao Estado e essas condições referem-se directamente às liberdades públicas e indirectamente à situação ultramarina. Assim, as Forças Armadas e a Igreja põem ambas condições ao Estado.

A decisão de Salazar de atacar a Igreja, invertendo a sua habitual tática defensiva, terá sido precipitada por um factor conjuntural, a saber, a doença — ou a avançada idade: está com 82 anos — do Papa Pio XII, um admirador público de Salazar¹⁷, de Portugal e do milagre de Fátima. O chefe do gover-

¹⁶ O *pro memoria* do bispo do Porto foi sempre mais citado do que lido; durante a crise de 1958-1959, e por toda a vigência do *Estado Novo*, nunca teve difusão legal autorizada pelo Estado, o que dificultava o seu conhecimento. Após a queda da situação, o facto de D. António não ter autorizado em vida a sua publicação autêntica contribuiu para marginalizar um texto que é crucial para a compreensão do século xx português. Acresce que, debaixo de uma aparente coloquialidade, é um texto denso e de leitura difícil.

Não procurámos resumir-lo, mas apenas salientar os traços que faziam dele um documento inaceitável para o *Estado Novo*.

Uma edição acessível do *pro memoria* está no 1 vol. de *D. António Ferreira Gomes — Antologia do Seu Pensamento*, selecção e notas de Arnaldo Pinho, Fundação Engenheiro António de Almeida, pref. de António Barbosa de Melo (1990).

¹⁷ V., por exemplo, Franco Nogueira, *Salazar*, vol. v, *A Resistência (1958-1964)*, Livraria Civilização Editora, s. l. (1984), p. 23.

no terá considerado que, se o Sumo Pontífice continuar vivo, a gestão do Vaticano passará para a Secretaria de Estado, que considera — não sem alguma razão — sua adversária; se o Papa for substituído, o sucessor terá, segundo toda a probabilidade, uma atitude menos cooperante com o *Estado Novo*.

Anotemos que a crise política e as campanhas de imprensa ocorrem num período em que a mudança estrutural coincide com a dança de vários dos principais actores. Tomás substituiu Craveiro como Presidente da República. Marcello Mathias sucede a Paulo Cunha como ministro dos Estrangeiros. João XXIII substitui Pio XII como papa. Giovanni Panico rende Fernando Cento no cargo de nuncio apostólico em Lisboa.

2. 1.^a FASE DA CAMPANHA DE IMPRENSA (SETEMBRO DE 1958)

O *pro memoria* de D. António Ferreira Gomes forneceu a Salazar a ocasião necessária para o ataque. O *pro memoria*, porém, era um pretexto. Antes de o receber, o presidente do Conselho já tinha decidido corporativizar e atacar a Igreja.

Com efeito, a 30 de Junho de 1958, três semanas depois da eleição presidencial, falando às comissões distritais da União Nacional, afirmou: «O que está indicado não é regressar à desordem parlamentar e à fraqueza dos governos», mas renovar a experiência «em pessoas e métodos». E anunciara a eleição indirecta do Presidente da República.

Antes de receber a «carta», Salazar já tinha também resolvido abrir um conflito com a Igreja Católica; antigo seminarista e «católico praticante», estava bem informado sobre os assuntos da Igreja, cuja vida acompanhava em pormenor. Sabemos, por outras fontes, que o presidente do Conselho está então preocupado com a ideia de que «o progressismo lavra em alguns sectores da Igreja, receia pela unidade e coesão desta e pelos sobressaltos que possam sobrevir na sociedade civil»¹⁸.

Era por isso improvável que lhe tivesse passado despercebido o editorial «Equívoco lamentável», publicado pelo *Novidades* de 19 de Outubro de 1957, cerca de um ano antes, em plena campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, numa fase em que o *Estado Novo* ensaiava uma tímida tentativa de liberalização, condenada, aliás, a rápido fracasso.

O diário católico afirmara então a «admiração e apreço [dos católicos] pela figura extraordinária do Sr. Presidente do Conselho», mas acrescentava ninguém poder exigir-lhes que «tenham de apoiar todas as iniciativas políticas». E esclarecia que «nas actuais circunstâncias não pretendem organizar

¹⁸ Comentário de Franco Nogueira, *Salazar*, vol. v, *A Resistência (1958-1964)*, Livraria Civilização Editora, s. l. (1984), p. 24.

nenhum partido político». A conclusão era dupla: por um lado, seria mau «que se generalizasse a convicção de que, pelo facto de alguém ser católico, teria forçosamente de ser membro da União Nacional ou adepto do actual regime político»; por outro, «os católicos devem salvaguardar a sua liberdade de pensar e agir de harmonia com os ditames da sua consciência»¹⁹.

Significava este texto que a Igreja mantinha em aberto a possibilidade de criar um partido democrata-cristão, pois só «nas actuais circunstâncias» o recusava, e que se reservava a liberdade de julgar da respectiva oportunidade²⁰.

As circunstâncias políticas tinham mudado radicalmente desde 1957 e era, portanto, razoável supor que Salazar receasse ter chegado o momento em que a Igreja concretizaria a fundação desse partido.

Temeria a constituição de um partido católico, operada a partir da Acção Católica Portuguesa (ACP). Salazar militara no Centro Católico e sabia, por experiência própria, como são ténues as fronteiras entre a defesa da Igreja e a acção partidária favorável à Igreja, ou em nome dela. Talvez por isso, impediu que a Concordata contivesse disposições que explicitamente assegurassem a liberdade da Acção Católica, a continuadora do Centro Católico e da democracia cristã, no sentido do princípio do século XX²¹.

São desconhecidos esforços individuais para operar a fundação de um tal partido em 1958. Mas, no contexto da Igreja da época, bastaria uma orientação nesse sentido do Vaticano para que a ACP se transformasse imediata e automaticamente num partido político ou fornecesse a base de recrutamento de um partido político. A organização comemorava então as suas bodas de prata — fora fundada em 1933 — e apresentava cerca de 100 000 sócios, organizados e espalhados por todo o país e por todos os grupos sociais²². As

¹⁹ O editorial, assinado por FS, tomava por pretexto as declarações de um candidato a deputado pela Guarda em sessão de propaganda de 14 de Outubro de 1957, o qual fez «largas considerações» sobre «a atitude dos católicos, que se vão desligando da actual situação política» e que pretendiam fundar um movimento moldado no MRP francês.

O *Novidades* não identifica esse candidato. Aliás, no relato que faz desse comício omite as palavras que depois, em editorial, critica. Trata-se certamente de José Soares da Fonseca, um antigo dirigente católico e protegido de Salazar.

²⁰ Está por fazer a história, o que parece predominantemente subterrânea da ideia de democracia-cristã em Portugal, entre 1945 e 1961. O texto citado era, certamente, um afloramento dela.

²¹ À época não parece que tenha sido geralmente percebido o ataque governamental à ACP. Salazar não a refere expressamente e para a opinião pública está em causa um conflito com o bispo do Porto. No presente texto, a ACP é apenas analisada enquanto objecto da estratégia governamental e, consequentemente, não será estudada a sua reacção, ou ausência de reacção, à campanha de imprensa.

²² V. dados estatísticos em Maria Inácia Rezola, «Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930-1960)», pp. 325 e segs., de Fernando Rosas (org.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, in Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (orgs.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1992.

comemorações do jubileu tinham-lhe dado maior visibilidade. O número de filiados impressionava, pois não tinha paralelo em Portugal, e parecia ainda maior pela comparação implícita com uma União Nacional esclerosada.

Um outro, e mais claro, indício de que Salazar projectava o ataque político à Igreja antes de ter recebido o *pro memoria* do bispo do Porto está no facto de em vários discursos por altura das eleições presidenciais abordar criticamente o tema da intervenção política dos católicos. Assim, na resposta à mensagem dos municípios portugueses, na manifestação em S. Bento, a 31 de Maio de 1958, acenara com os malefícios dos partidos políticos, cujo governo se seguiria a uma «ditadura educativa». Entre eles incluía a «democracia cristã [...] visto haver quem julgue que em tais circunstâncias por esse caminho mais assegurada fica a defesa da Igreja»²³. Era positiva a afirmação do risco de fundação de um partido católico e clara a insinuação de que entre os seus fautores estariam homens da Igreja, presumivelmente da hierarquia, pois a ela cabe, em primeira linha, «a defesa da Igreja» e sem o acordo dela ninguém podia autorizadamente afirmá-la. No seu discurso de 30 de Junho de 1958, no qual anuncia a corporativização da situação, pusera em causa especificamente o cardeal-patriarca. A propósito da liberdade de imprensa, e justificando a censura prévia, afirmou que Cerejeira «sempre foi de espírito mais liberal do que o meu»²⁴. Salazar apresenta assim o cardeal-patriarca como se, tendencialmente, ele estivesse do lado da democracia cristã.

O pretexto do ataque do governo à Igreja era excelente. Pela pessoa e pela ocasião. D. António Ferreira Gomes, então com 52 anos, tinha um elevado prestígio pessoal e era bispo da diocese de mais peso fáctico no catolicismo português. A sucessão do cardeal-patriarca estava aberta²⁵. O prelado do Porto não só era um dos sucessores em vista.

As qualidades pessoais de D. António qualificavam-no para receber a herança. O seu prestígio intelectual era incontroverso. Quando é feito bispo do Porto, o semanário diocesano pode dizer, sem risco de desmentido, que ele é um «verdadeiro valor nacional, uma das maiores capacidades intelectuais do país» e «um dos maiores vultos do venerando episcopado português»²⁶.

As suas intervenções posteriores no quadro da Acção Católica, quer sobre a «miséria imerecida do mundo rural». quer junto de intelectuais católicos, reforçam esta reputação. Ela transcende as fronteiras portuguesas com os

²³ *Discursos*, vol. v, p. 467 («A obra do regime na campanha eleitoral»).

O *pro memoria* é, num certo sentido, um longo comentário a estas palavras e a este discurso.

²⁴ *Discursos*, vol. v, p. 508 («Caminho do futuro»).

²⁵ A hipótese de abertura da herança era então posta devido à idade de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Perfez 70 anos, o momento da reforma, e, simbolicamente, deu a sua última lição como professor da Universidade de Coimbra na primeira fase da crise, a 29 de Novembro de 1958.

²⁶ *A Voz do Pastor* de 19 de Julho e 11 de Outubro de 1952.

inerentes benefícios internos. Tal Salazar ou Cerejeira, D. António é dos raros portugueses escutados no estrangeiro²⁷.

A Santa Sé também o distingue. A 27 de Março de 1953 D. António é o segundo bispo residencial português a ter um auxiliar sem estar doente ou ser de idade avançada (o primeiro fora D. Manuel de Jesus Pereira, bispo do Funchal)²⁸.

A partir de 1957, as intervenções de D. António na ACP e as citações que dele faz o *Novidades* apresentam-no como uma alternativa a Cerejeira. D. António aparece a falar em nome da Igreja, e não apenas da Diocese do Porto. Mais do que sucessor, é ele que fala em nome da Igreja em questões decisivas, como a Acção Católica, a doutrina social. Mais do que um candidato à sucessão, aparece já como o novo chefe eclesial.

D. António é, pois, uma figura nacional. Que já tivera intervenção política. Na campanha eleitoral de Craveiro Lopes, quando bispo de Portalegre e Castelo Branco, apoiara o candidato da União Nacional antes dos outros bispos e o *Novidades* citara *O Distrito de Portalegre*, a folha diocesana efectivamente orientada por D. António, entre os jornais católicos que faziam boa doutrina²⁹.

A diocese de D. António tinha-se tornado certamente a mais importante do país pelo seu «grande e importante rebanho apostólico». Tinha consciência disso³⁰. No seu governo ultrapassa a Arquidiocese de Braga. Em 1948 os sacerdotes portuenses são 62% dos do arcebispado primaz; em 1960 são 85%. A inversão das posições é mais nítida quando analisamos as ordens e

²⁷ *A Voz do Pastor*, a 28 de Setembro de 1957, titula «Os discursos do Sr. Bispo do Porto vistos no estrangeiro» e salienta a sua «larga repercussão», sobretudo em França, Espanha e Itália. Cita como prova as *Informations catholiques internationales*, um periódico de muito prestígio, que resumiam esses discursos a 15 de Junho de 1957 e a 15 de Setembro desse mesmo ano.

Nesta última data, as *ICI* comentam o seu discurso na semana das vocações: consideram-no um «verdadeiro tratado histórico e dogmático para uso dos poderes públicos» e estranham que «a imprensa portuguesa, na sua generalidade, não se tenha apercebido da importância deste discurso ou que se tenha visto embaraçada com a densidade do estudo apresentado».

²⁸ D. Florentino Andrade e Silva, a 22 de Março de 1955.

O Patriarcado tinha, tradicionalmente, um bispo auxiliar, o arcebispo de Mitilene. Cerejeira obtivera um segundo nos anos 30, o que causara perplexidade e talvez reprovação entre a maioria dos colegas.

²⁹ «Ecos e comentários da imprensa católica perante o acto eleitoral», in *Novidades* 19 de Julho de 1951.

³⁰ O «grande e importante rebanho apostólico» é um dos qualificativos que lhe aplica *A Voz do Pastor*; predica-a também como «uma das mais exigentes e de maiores recursos do país», com «clero ilustradíssimo e piedoso», «movimento religioso intenso» (19 de Julho de 1952), «uma diocese das mais importantes» (11 de Outubro de 1952).

D. António, na primeira saudação pastoral, chama-lhe «vasta e alta diocese» (*A Voz do Pastor* de 25 de Outubro de 1952).

congregações religiosas: entre 1945 e 1960, o Porto ultrapassa Braga em número de casas, masculinas ou femininas, e de professores. No número de publicações periódicas católicas, o Porto alcança quase a paridade com a arquidiocese minhota.

Sob outros aspectos, a diocese do Porto tornara-se a primeira do país. Era, com certeza, a que tinha maior número de católicos praticantes da missa dominical. Numa estimativa grosseira, seriam aproximadamente 950 000, contra cerca de 700 000 em Braga e apenas 297 000 no Patriarcado³¹. Em 1959 era a que reunia maior número de filiados na Acção Católica (18 790), à frente do Patriarcado (17 401) e de Braga (16 768)³².

Atacar D. António Ferreira Gomes era, pois, atacar a diocese de maior peso demográfico do país católico e um prelado que se perfilava como o chefe da Igreja em Portugal.

A bondade da ocasião resultava do facto de o *pro memoria* ter circulado sem autorização do destinatário e antes de uma resposta dele. A quase unanimidade da opinião logo responsabilizou D. António pela divulgação³³. Iam neste sentido o conteúdo do *pro memoria* — diferente do que poderia ser esperado de uma missiva particular de um prelado — e a propaganda do *Estado Novo*, que apresentou Salazar como vítima da descortesia do bispo. O tema da divulgação do *pro memoria*, sem a autorização do destinatário fez carreira³⁴.

³¹ Os dados do Porto e de Braga resultam da aplicação de uma taxa de prática religiosa dominical de 80%, deduzida por estimativa do mapa «Prática dominical, 1956» de D. Manuel Franco Falcão, «Aspectos da situação moral e religiosa em Portugal», in *Semanas de Estudos Rurais*, Lisboa, s. d. (cit. in Rezola, *op. cit.*, p. 252).

Essa taxa foi aplicada à população em 1960 dos distritos do Porto e de Braga + Viana do Castelo.

Os valores do Patriarcado são referidos a 1955 e resultam de uma contagem. A taxa é de cerca de 17% (v. a história da publicação dos dados desta contagem em «Patriarcado de Lisboa, segundo recenseamento da prática dominical», in *Boletim de Informação Pastoral*, n.º 57; v. resumo em Rezola, *op. cit.*, p. 254).

³² Dados em Rezola, *op. cit.*

³³ Na opinião portuguesa, a única excepção terá sido o cónego António dos Santos, *Itinerário de Um Padre*, Porto, 1992, vol. v, p. 255).

Na internacional, o católico *La Croix*, de 9 de Dezembro. Para ele, «D. António aurait adressé» uma carta a Salazar. «Ce texte a été publié dans un livre par un ancien fonctionnaire et il a été reproduit et répandu largement». O «antigo funcionário» era o Dr. Manuel Anselmo, que a seguir referiremos. O jornal parecia mais interessado em polemizar do que em fazer história. Com efeito, fora o panfleto de Anselmo que mais divulgaria a «carta». Era isso que sublinhava.

³⁴ Franco Nogueira afirma que D. António Ferreira Gomes «fora compelido» ao «exílio» «sob a alegação de ter divulgado, sem haver prevenido o destinatário e sem obter deste autorização», uma carta dirigida a Salazar (*História de Portugal, 1933-1974*, segundo suplemento, Livraria Civilização, Porto, 1981, p. 480).

Como veremos, foram outras as acusações que o *Estado Novo* fez ao bispo do Porto. Mas foi tanto o relevo da divulgação antecipada que Franco Nogueira lhe confere um papel que ele não teve.

A maioria dos católicos portugueses partilharam essa convicção, que era o principal argumento contra D. António³⁵. Os seus próprios apoiantes foram então sensíveis a esse facto³⁶.

A 1.^a fase da campanha de imprensa contra D. António começou em Setembro de 1958. Salazar deu o *lá* para o seu arranque. Na citada entrevista a Serge Groussard, no princípio de Setembro, afirmou: «Não creio no sufrágio universal porque o voto individual não tem em conta as diferenças humanas. Também não creio na igualdade, mas na hierarquia». Era uma das suas mais claras declarações antiliberais. No contexto do momento anunciava o arranque da corporativização e o combate indirecto às teses do bispo do Porto, favoráveis à democracia política³⁷.

A campanha contra D. António tinha sido precedida de uma outra contra D. Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira (Moçambique)³⁸. Mas é possível que a Igreja em Portugal não tivesse estabelecido uma relação entre ambas.

O anúncio da campanha contra D. António é uma série de artigos do *Diário da Manhã*, procurando revigorar as hostes situacionistas pelo recurso a métodos mais drásticos. Logo a 1 Setembro 1958 o editorial proclamava: «Decididamente, a revolução nacional exige-o: é preciso fazer ondas³⁹!» A 19 de Setembro de 1958, o Dr. Noel de Arriaga, um funcionário do Secretariado Nacional da Informação (SNI) e escritor, exigia o «toque de clarim», esclarecendo que a recente remodelação ministerial, só por si, seria insuficiente. A 27 desse mês, um editorial não assinado, «Intangíveis», tinha por título «No clima novo em que a revolução vai prosseguir — guiada pela mão forte e sábia de Salazar — não há lugar para intangíveis».

³⁵ Foi o caso, entre tantos outros, de D. Manuel de Almeida Trindade, *Memórias de Um Bispo*, 2.^a ed. rev. e ilustrada, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1992, p. 301.

³⁶ Na p. 15 de Joaquim Faria, *Uma «Carta Vermelha» do Sr. Bispo do Porto? (Crítica ao Livro de Manuel Anselmo «Sobre a Declaração de Voto de S. Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. Bispo do Porto»)*, capa impressa, a violeta, copiografado, 1958, 92 páginas.

³⁷ Transcrita no *Diário de Notícias* de 4-6 de Setembro de 1958, p. 23.

³⁸ *A Voz do Pastor* denuncia uma «vil campanha contra o bispo da Beira» e esclarece o que julga ser a sua procedência: «Já sabíamos que a maçonaria sempre tentou dominar na nossa portuguesíssima província de Moçambique» (14 de Junho de 1958, p. 3).

O tema da relação entre a acção dos dois prelados, ambos da diocese do Porto, ambos formados pela Gregoriana, será retomado no decurso da crise. A 5 de Fevereiro 1959 Marcelo Mathias diz ao pró-núncio Cento que o jornal do bispo da Beira faz a defesa da «descolonização» de Moçambique e articula este comportamento com o de D. António.

³⁹ Intitulado precisamente «Não fazer ondas...», por B. de O., as iniciais por que era conhecido o futuro director do jornal, Manuel Gomes Barradas de Oliveira (1912-1984), que sucedeu a José Manuel da Costa na direcção do *Diário da Manhã* a 1 de Outubro de 1959. Antes fora redactor, secretário-geral e director-adjunto. Colaborara noutros jornais nacionalistas. Era formado em Histórico-Filosóficas.

Entre os não intangíveis estaria o bispo do Porto, o qual, no dia seguinte, era atacado n' *A Voz*. A mensagem seria mais clara para quem tivesse lido o editorial de 19 do *Diário da Manhã*, «Um prelado prudente», também da responsabilidade do director. Dava como exemplo o cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, que apelara contra o risco da infiltração comunista na propaganda eleitoral na sua diocese — «não estende as mãos ao Diabo» —, e salientava que tal infiltração ocorrera nas eleições portuguesas. Neste mesmo dia 19, a «Coluna dórica», uma rubrica habitual da primeira página, era dedicada a «Os falsos profetas» e tinha por tema o Estatuto do Trabalho Nacional. Era uma indirecta à previsão de crise social feita no *pro memoria* do bispo do Porto. Tanto mais que, a 26 de Setembro, o *Diário da Manhã* abre com o «texto integral do último discurso do arcebispo primaz», D. António Bento Martins Jr., proferido na Sé de Braga, três dias antes, na comemoração do Estatuto do Trabalho Nacional⁴⁰.

Contudo, o diário da União Nacional nunca escreve o nome do bispo do Porto. Manifesta, por outro lado, uma atitude de ostensivo respeito para com a Igreja. Continua a publicar fundos⁴¹ do P.^e Dr. Gustavo de Almeida, seu colaborador habitual⁴². Põe luto quando morre Pio XII.

Alguns dias depois da publicação da entrevista de Salazar a *Le Figaro* o Dr. Manuel Anselmo escreve o seu polémico comentário ao bispo do Porto, uma das primeiras peças da campanha⁴³. Foi publicado em meados do mês de Setembro⁴⁴. Não era a primeira vez que Anselmo vergastava publicamente um membro do clero, actividade pouco corrente entre os partidários do *Estado Novo*⁴⁵.

⁴⁰ D. António Bento Martins Jr. nasceu em 1881, na diocese de Braga, onde fez toda a sua vida eclesiástica, com excepção do doutoramento em Direito na Universidade Gregoriana (1908, na qual também se licenciou em Teologia Dogmática) e do cargo de bispo residencial de Bragança-Miranda, para o qual foi nomeado quando já era cónego da Sé primaz (1923-1932). Foi secretário de D. Manuel Vieira de Matos, que o pediu para bispo auxiliar (arcebispo de Ossirincos, 1923-1932), e ao qual sucedeu como arcebispo primaz, função que exerceu até falecer (1932-1963). Era um bispo tradicionalista e não hesitava em defender o *Estado Novo*.

⁴¹ «*Nova et vetera*. Sim ou não?», sobre a ameaça comunista em Portugal (*Diário da Manhã* de 13 de Outubro de 1958).

⁴² O P.^e Dr. Gustavo de Almeida pertencia ao clero da Guarda. Foi assistente nacional das Juventudes da Acção Católica até 2 de Outubro de 1944, altura em que passou para um cargo menos significativo (*Boletim Oficial* da ACP, n.º 127, Novembro de 1944, p. 133). Foi depois assistente nacional do Neolismo e da Mocidade Portuguesa Feminina. Foi longos anos pároco de S. Nicolau, em Lisboa. No jubileu da Acção Católica, em 1958, pregou em S. Domingos. Morreu a 30 de Maio de 1965. Tinha um estilo exaltado que suscitou conflitos. Era um apoiante decidido do *Estado Novo*.

⁴³ Anselmo data a redacção do opúsculo de 6 a 10 de Setembro 1958.

⁴⁴ A data exacta da publicação é desconhecida. Salazar anexa-o ao memorando que envia para o Vaticano e em nota manuscrita de 18 de Setembro afirma tê-lo em seu poder.

⁴⁵ Em 1951 verberara um pároco que chibatara uma criança («Singularidade de um ministro de Deus», p. 157 do vol. I, Julho-Agosto de 1951, fascí. II, de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, distribuição de Editorial Organizações, Lisboa). Nesse mesmo número censurara «A traição dos cristãos». A originalidade da atitude pode ter contribuído para a redacção do opúsculo contra D. António.

No mês de Setembro, Anselmo publica um opúsculo de 80 páginas intitulado *Sobre a Declaração de Voto de S. Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. Bispo do Porto*⁴⁶. O panfleto teve várias edições e conheceu larga difusão⁴⁷. O título é burocrático, o estilo será abusivo.

Manuel Anselmo Gonçalves de Castro, de seu nome completo, não era um desconhecido. Licenciara-se em Direito em 1932⁴⁸. Fora aluno de Salazar na Faculdade de Direito⁴⁹. Nos seus «tempos boémios de Coimbra» tomara «publicamente uma orientação política determinada: a democracia»⁵⁰. Foi depois militante de um agrupamento oposicionista, a Renovação Democrática, e, após um período em que «oscilava, tal qual um pêndulo, entre o regresso à Terra e o cântico da Internacional»⁵¹, saiu daquele grupo e entrou na União Nacional. Concretizou a adesão em discurso proferido a 23 de Dezembro de 1933 em Viana do Castelo⁵², distrito de que era natural, pois nascera em Valadares, no concelho de Monção. É desde então um incondicional de Salazar, «nome imortal [...] legenda eloquente da ressurreição nacional»⁵³, António Ferro, já director do Secretariado da Propaganda Nacional, persuadiu-o a dar conta pública das razões da sua mudança. Assim fez numa conferência proferida no Teatro S. Carlos a 23 de Janeiro de 1934, quatro dias depois da abortada revolta proletária da Marinha Grande. A presença do ministro do Interior e de Albino dos Reis, entre outras individualidades da situação, dera relevo ao acto⁵⁴.

Anselmo era autor de obras literárias apadrinhadas por nomes grandes das letras católicas e conservadoras, como António Correia de Oliveira e Antero de Figueiredo⁵⁵. Contudo, mesmo depois da adesão, cortejou figuras democráticas e oposicionistas, como Manuel Teixeira Gomes ou Aquilino Ribeiro⁵⁶, e

⁴⁶ Manuel Anselmo, *Sobre a Declaração de Voto de S. Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. Bispo do Porto*, ed. de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, distribuição de Editorial Organizações, Lisboa, 1958, 80 páginas.

⁴⁷ Geraldês Freire, *Resistência Católica*, p. 56.

⁴⁸ Pela Faculdade de Direito de Lisboa, afirma a *Enciclopédia Luso-Brasileira*, apêndice, s.v. Anselmo, Manuel. Mas frequentara a de Coimbra (v. abaixo).

⁴⁹ De Coimbra (Manuel Anselmo, *As Ideias Sociais e Filosóficas do Estado Novo*, Livraria Tavares Martins, Porto, 1934, p. 57).

⁵⁰ Anselmo, *As Ideias Sociais e Filosóficas do Estado Novo*, p. 63.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 11.

⁵² Id., *ibid.*, pp. 49 e segs.

⁵³ Id., *ibid.*, p. 58.

⁵⁴ A conferência e reacções da imprensa da época estão coligidas em Anselmo, *As Ideias Sociais e Filosóficas do Estado Novo*.

⁵⁵ O poeta António Correia de Oliveira escreveu a abertura do livro de Anselmo *A Paisagem e a Melancolia no Drama Lírico de Feijó* (1933, 2.^a ed.). Antero de Figueiredo apresentou *Mutualismo como Doutrina Social*, 1933 (2.^a ed.).

⁵⁶ A obra literária de Salazar também é louvada em Manuel Anselmo, *Antologia Moderna*, Sá da Costa, LX, 1937, 248 páginas.

ao longo da vida, nomeadamente nos seus polémicos *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, foi referindo publicamente a sua amizade com Ramada Curto, um republicano, socialista e *maçon*⁵⁷, ou entrevistando Ulisses Cortês⁵⁸, um ministro da Economia do *Estado Novo* que entrara na política pela mão de Manuel Rodrigues e, por isso, tinha também fama de republicano e *maçon*⁵⁹.

Profissionalmente, fora redactor da Assembleia Nacional e, mais duradouramente, diplomata de carreira e um dos seus postos tinha sido precisamente o de secretário da embaixada no Vaticano em 1947. Abandonou pouco depois a carreira diplomática. Exerceu advocacia e trabalhou para os organismos corporativos e de coordenação económica. Em 1957 era consultor económico do Instituto Português de Conservas de Peixe.

Em 1944 interviu no 2.º congresso da União Nacional, numa secção particularmente politizada, a quinta, consagrada à própria organização. A 27 de Abril de 1950, nas comemorações da entrada de Salazar para o governo, um dos rituais da situação, foi um dos oradores na sessão de homenagem realizada na Câmara Municipal de Lisboa⁶⁰. Em 1951 participou na preparação do Centro de Cultura Popular, uma associação nacionalista⁶¹. Em 1958 não tinha qualquer cargo de destaque no *Estado Novo*. Apresentava-se como católico minhoto⁶² praticante⁶³. Era certamente legitimista ou saudosista de D. Miguel⁶⁴. Na sequência do panfleto contra D. António, foi publicamente acusado de corrupção no Brasil e de ter sido expulso da carreira diplomática. Estas acusações correram em Portugal, apesar da censura à imprensa, e tiveram a amplitude suficiente para que tivesse de se lhes referir, negando-as⁶⁵.

⁵⁷ S. v. Curto (Amílcar da Silva Ramada), in A. H. de Oliveira Marques, *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, Ed. Delta, Lisboa, 1986, vol. 1.

⁵⁸ No vol. 1, Junho de 1951, fasc. 1, de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*.

⁵⁹ Era ele o «ministro do sector que tinha a ver com os fumos [da refinaria de] Cabo Ruivo» e «tinha sido o mestre da loja maçónica que existia e funcionava na sua vila natal», referido (mas não identificado) em José Ribeiro dos Santos, *Memórias da Memória*, Ed. Rolim, Lisboa (1986), p. 64). Ulisses Cortês era natural de Castanheira de Pêra.

⁶⁰ *22 Anos de Governo (Discursos)*, Lisboa, União Nacional, 1950.

⁶¹ Participa num «almoço íntimo de confraternização», presidido pelo conde dos Arcos, onde estão presentes, entre outros, o então capitão Silva Pais, o Dr. Silva Dias e o Sr. Horácio Gonçalves (*Diário de Notícias* de 15 de Janeiro de 1951, p. 5).

⁶² Nascera, como vimos, em Valadares, concelho de Monção, a 22 de Março de 1911.

⁶³ *Sobre a Declaração de Voto*, pp. 16 e 78.

⁶⁴ Para ele, a «decadência da Pátria» fora «inaugurada com Évora-Monte» (*Sobre a Declaração de Voto*, p. 73).

⁶⁵ Nos começos de 1960, Anselmo defende-se de acusações ao seu comportamento como cônsul no Recife, nomeadamente negócios com condecorações («Novas infâmias contra mim», p. 365 de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, vol. 1, Abril-Maio de 1960, fasc. 1v).

Meses depois volta ao assunto. Informa que «numerosa imprensa do Rio e de São Paulo tem publicado que eu sou ‘ex-diplomata’ e que roubei dinheiro nos consulados de Portugal». Adianta: «Como a lenda está a espalhar-se como uma peste, cumpre-me aniquilá-la com a verdade.»

Anselmo, na sua peça polémica contra o bispo do Porto, desenvolve um pensamento político positivo que coincide com as grandes linhas da propaganda do *Estado Novo*. O «pé-descalço» de que falara D. António não conta face ao desenvolvimento económico obtido pela situação, simbolizado pelo plano de fomento. O corporativismo asseguraria a regeneração da pátria, desde que fosse implantado e dada confiança a Salazar, que salvara o país da decadência iniciada pelo liberalismo.

Este pensamento, porém, é menorizado pela violência do ataque. Anselmo começa por criar a convicção de que o bispo escrevera uma carta, com as conotações privadas que o termo reveste, para ampliar o efeito polémico da divulgação não autorizada. Assim, pode acusá-lo de ter violado «todas as normas de correcção», pois a missiva «andava a ser distribuída no País, através de fotocópias, sem conhecimento ou autorização do destinatário»⁶⁶.

Depois de colocar D. António em situação, Anselmo descreve-o em termos talvez aceitáveis na velha polémica portuguesa, mas que são chocantes, entrando na ofensa pessoal, e que, à época, contrastavam frontalmente com o tratamento acentuadamente deferencial concedido aos prelados.

Assim, o bispo do Porto prega «o ódio»⁶⁷; é um «substituto condigno» do «sapateiro Bandarra»⁶⁸; procede a um «frio e premeditado envenenamento da opinião pública»⁶⁹; escreve prosa da qual goteja «uma pérfida má fé»⁷⁰; tem um «torvo agoiro», o qual nunca se realizará, pois o país, graças ao «milagre de Fátima», «há-de institucionalizar-se corporativamente»⁷¹; este homem é passível de uma acusação bem mais grave: a traição⁷².

A verdade seria ter pedido licença ilimitada, deferida pelo ministro Paulo Cunha, no final dos anos 40. O ministro Marcelo Mathias tê-lo-ia autorizado em 1959, cerca de um ano depois do panfleto contra D. António, a ser opositor nos concursos por provas públicas para conselheiro de legação e cônsules-gerais, apesar de continuar nessa situação de licença ilimitada.

Anselmo sugere que não quis regressar à carreira, pois teve apenas *Bom* de classificação, e não *Muito bom* — apesar dos elogios escritos de Salazar, entre outros («Sobre o ‘ex-diplomata’, como alguns brasileiros me chamam», pp. 485 e segs. de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, vol. 1, Setembro-Outubro de 1960, fasc. v).

⁶⁶ *Sobre a Declaração de Voto*, p. 7.

⁶⁷ A Salazar (*Sobre a Declaração de Voto*, p. 43).

⁶⁸ *Sobre a Declaração de Voto*, 48.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 54.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 60.

⁷¹ *Ibid.*, p. 71.

⁷² Anselmo insinua com clareza que o bispo do Porto traiu: «Nunca os bispos portugueses traíram a pátria ou a Igreja, pondo-se ao serviço dos seus inimigos figadais. O Sr. D. António Ferreira Gomes, que é um homem muito inteligente, há-de saber reconsiderar e então terá ensejo de arrepender-se deste triste passo da sua biografia» (*Sobre a Declaração de Voto*, p. 76).

A insinuação é só atenuada pelo inciso da inteligência — a traição não é um defeito da inteligência — e pelo facto de no período imediatamente anterior falar do «mau serviço» prestado por D. António. Mas a sequência não deixa lugar a dúvidas. Se o «mau serviço» não fosse a traição, para quê invocá-la?

O suposto marxismo de D. António permeia todo o texto. Seria adepto da teoria marxista da história⁷³. Nesta linha, Anselmo escreve: «Pena é que alguma luz rubra [...] seja acendida também por mãos predestinadas, pelo Santíssimo Sacramento da Ordem, a contactar diariamente com o Corpo e o Sangue Vivos da maior Vítima da História, vítima que o foi também da colaboração sacerdotal prestada, então, a facções políticas tão odientas e ferozes como as de hoje⁷⁴.» Como D. António previsse que a continuação da política do *Estado Novo* viria a produzir uma grave crise social, Anselmo sustenta «a influência marxista [...] neste raciocínio messiânico e quase profético»⁷⁵. Por isso, D. António escreveu uma «epístola vermelha» de «carácter *subversivo*»⁷⁶. É um «cidadão e revolucionário que, por coincidência, também é Bispo»⁷⁷.

Por isso, «num momento em que os comunistas, unidos com a Maçonaria, procuram por todas as maneiras descristianizar a juventude»⁷⁸, D. António «entende conveniente para a Igreja juntar-se com os seus adeptos à Oposição»⁷⁹.

Além de marxista, D. António é praticamente cismático. Viola a doutrina social da Igreja, pois esta não reconhece o direito à greve, que D. António propugnaria⁸⁰.

Anselmo procura opor D. António aos outros prelados. Saliencia que o bispo escreveu a Salazar sem os ter ouvido. Pretenderia falar em nome da Igreja quando era apenas bispo de uma diocese. Qualifica este comportamento de «grave infracção da lealdade devida à unidade e à hierarquia da Igreja católica», pois o bispo «arroga-se [...] o direito de, em nome da Igreja, que afinal só em mínima parte representa, se dirigir ao Chefe do Governo Nacional propondo-lhe a formação de um partido político católico»⁸¹.

Interpreta no mesmo sentido Faria, *Uma «Carta Vermelha» do Sr. Bispo do Porto?*, p. 16.

Anselmo será explícito mais tarde: acusará D. António Ferreira Gomes «de tão execrável traição a Portugal como a de Delgado» («A deslealdade de trezentos padres nortenhos», pp. 354 e segs. de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, vol. 1, Abril-Maio de 1960, fasc. iv).

⁷³ *Sobre a Declaração de Voto*, p. 28.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 9.

⁷⁵ *Ibid.*, p. 39.

Anselmo afirma que D. António admitia a derrota do cristianismo, o que é falso.

⁷⁶ *Sobre a Declaração de Voto*, p. 36.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 71.

⁷⁸ O tema da maçonaria atravessa quase toda a campanha de imprensa contra D. António. Anselmo sugere que o bispo é *maçon* não só na estratégia política que lhe atribui, mas ao designá-lo por «cidadão». Não aprofundaremos esse tema, pois não analisamos sistematicamente os conteúdos ideológicos da campanha.

⁷⁹ *Sobre a Declaração de Voto*, p. 68.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 20.

⁸¹ *Ibid.*, pp. 65-66.

Anselmo singulariza dois prelados. O primeiro é o cardeal Cerejeira. O segundo é o arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Júnior, cujo nome, para realçar o do patriarca, não é mencionado.

Anselmo só refere o bispo de Lisboa, o único cujo nome é escrito, para citar a passagem do *pro memoria* na qual D. António explica que não consultou Cerejeira, nomeadamente, porque «lhe pertence a última palavra», e não a primeira, em assuntos que responsabilizem a Igreja⁸². Assim, Anselmo chama à liça o cardeal-patriarca pelas próprias palavras do prelado anatemizado.

Para aumentar o efeito, no caso da arquidiocese bracarense, Anselmo atia querelas regionais. D. António pastoreava o Porto, e não o Minho. Ora D. António tinha escrito que se pensava que «no Minho, coração católico de Portugal [...] bastaria sempre o Abade dar o 'lá-mi-ré' e todos entravam imediatamente no coro, [mas] no Minho católico, mal os padres começavam a falar de eleições, os homens, sem se importarem com o sentido que seria dado ao ensino, retiravam-se afrontosamente da Igreja». Anselmo considera que, com estas palavras, o bispo do Porto «humilhou o nobre e Venerando Arcebispo de Braga; o digníssimo e eficientíssimo Clero do Minho; e os católicos, sinceros e dedicadíssimos, das várias paróquias dos dois distritos daquela querida Província nortenha». Teria humilhado o clero, pois estaria a acusá-lo de «receber ou de transmitir recados de 'lamirés políticos' destinados aos fiéis das Missas» — o que D. António não escrevera nem sugerira —, e manifestado «absoluto desprezo» pelos católicos do Minho, por os qualificar de «carneiros de Panúrgio»⁸³.

Esta última acusação deriva de uma outra, bem mais grave: «O Sr. Bispo do Porto quer ainda mais; quer criar, em Portugal, um *partido democrático-cristão* ou simplesmente *católico* — ao arrepio da ordem política vigente»⁸⁴. A sigla deste partido seria PC, mas Anselmo apenas a sugere ao italicizar as palavras *partido* e *católico*. Essa criação «seria nefasta, política e socialmente, ao destino da Pátria», traria a «guerra civil» e impediria o corporativismo. Um dos argumentos básicos de D. António — não é aceitável que seja negada ao homem uma «dimensão política» —, Anselmo fá-lo «abortar com um simples golpe mortal»: essa dimensão já está realizada na União Nacional.

A acção de Anselmo é legitimada não só pela necessidade de sustentar a ordem pública, posta em causa pelo bispo, mas também pela defesa da fé. Com efeito, a situação que o «cidadão» D. António, aliado a *maçons* e comunistas,

⁸² Frei Bento Domingues valoriza a ausência desta consulta: «Estava, assim, rompida a *uniformidade* católica mesmo no seio da hierarquia» («Artes de ser católico português», in *Reflexão Cristã*, n.ºs 46-47, Setembro-Dezembro de 1985, p. 25; este estudo foi reproduzido em Frei Bento Domingues, OP, *A Religião dos Portugueses — Testemunhos do Tempo Presente*, Figueirinhas, Porto-Lisboa, 1988; será citada a 1.ª ed.).

⁸³ *Sobre a Declaração de Voto*, pp. 54-55.

⁸⁴ *Ibid.*, pp. 55 e segs.

pretende combater é «um regime que ideologicamente se inspira na doutrina social das Encíclicas e continua dirigido por um católico que é um comovente exemplo de fidelidade e de amor à Verdade e à Moral cristãs»⁸⁵.

Por isso, ninguém se surpreenderá se essa situação meter a Igreja na ordem em nome do catolicismo e para o bem dele. A ameaça é clara quando Anselmo escreve: D. António «esqueceu-se de que também a Igreja poderia ressentir-se se a sua palavra de Bispo fosse escutada e cumprida por aqueles a quem Ela acenava com um Paraíso na terra — todos aliás, ou quase todos, inimigos de Cristo e da Ordem social»⁸⁶.

Anselmo conclui assim a apresentação de D. António Ferreira Gomes: «É um Bispo que se revela um cavalo de Tróia da Desordem e da Subversão; é um Sacerdote que mais parece uma pitonisa de lúgubres e injustificados preságios, sem suficiente fé na Providência Divina e sem a menor esperança nas virtualidades da Pátria; é um Doutor da violência soreliana, embora atenuada [...]; é um Doutrinário que ofende a Ordem Divina, vê nos homens não a alma mas meros algarismos eleitorais [...] Não hesita em dividir os católicos»⁸⁷.

Em síntese: Anselmo ataca o bispo do Porto em nome do catolicismo encarnado pelo *Estado Novo*; por isso, considera-o aliado dos comunistas, acusa-o de querer ser dirigente de um partido democrata-cristão a fundar, de ser um fator de subversão, e apresenta os actos de D. António como um risco para a Igreja.

A segunda peça importante da primeira fase da campanha de imprensa é o «Editorial respeitosa», que o jornal *A Voz* publica a 28 de Setembro de 1958, criticando D. António em nome do catolicismo. A data escolhida era simbólica, pois comemorava o aniversário do Estatuto do Trabalho Nacional, peça-chave do corporativismo do *Estado Novo* e dos benefícios que ele tinha levado às classes laboriosas.

A Voz era um diário de opinião, monárquico, situacionista e católico. Fora fundado em 1927 pelo conselheiro Fernando de Sousa para substituir *A Época*, então condenada pelo episcopado português⁸⁸. O caso fora a repetição portuguesa da proscricção da *Action française*, proferida pelo Papa Pio XI poucos meses antes, a 29 de Dezembro de 1926. Tanto os Franceses como os

⁸⁵ *Ibid.*, p. 68.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 43.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 69.

⁸⁸ A 20 de Janeiro de 1927 *A Época* publicava uma carta do cónego Anaquim, vigário-geral do Patriarcado, convidando-a a submeter-se às orientações do episcopado ou a suspender a publicação. A 26 o diário pôs termo a uma existência de oito anos [Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e do Salazarismo*, colecção «Análise Social», Lisboa, Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais (1980), p. 356].

Pouco depois apareceu *A Voz*, que *A União*, o órgão do Centro Católico, apresentava como «já desprendida da preocupação de ser orientadora da acção católica» (v. *A União*, 8.º ano, n.º 198, Abril de 1927).

Portugueses recusavam renunciar ao catolicismo monárquico e integrar-se numa «acção católica» que punha entre parênteses a «questão do regime» em benefício da concessão de liberdade à Igreja. *A Voz* aderiu mais tarde ao *Estado Novo* e era subsidiada pelo governo⁸⁹. O seu director era Pedro Correia Marques, um jornalista católico e monárquico, várias vezes preso político depois do 5 de Outubro, que seguira Fernando de Sousa n' *A Época* e, depois, na fundação d' *A Voz*⁹⁰.

O «Editorial respeitavelmente», não assinado mas inequivocamente da autoria do director do jornal, é efectivamente respeitador — conclui: «Terminamos beijando o seu anel prelatício e pedindo perdão desta audácia» — e elogia as «virtudes e saber» do bispo, do mesmo passo que afirma o seu «respeito pela hierarquia». Correia Marques escreve como um homem da Igreja, uma das numerosas consciências católicas então vítimas da «perturbação» que a «carta» provocara. Onde Anselmo era atrabiliário e ofensivo, é mavioso e deferente: D. António «em algo terá razão, mas não em tudo». Ainda que não sejam clarificados os pontos nos quais o bispo terá tido razão.

Tal como Anselmo, caracteriza o texto de D. António como uma «carta» para logo tocar a tecla da difusão não autorizada. É uma «carta particular, mas que anda impressa e distribuída, melhor dito, vendida em grande quantidade, a dez escudos, numa edição clandestina».

O editorialista «hesitou muito tempo» antes de responder. «Muitos leitores» se lhe dirigiram sobre a suposta epístola. Colaboradores quiseram comentá-la: «entendemos que a discussão era pior que o inconveniente da carta provavelmente resultante». Pediu-lhes para não o fazerem. Mantém o pedido. Mas decidiu intervir «porque [a «carta»] anda em edições especiais e clandestinas [...] e está servindo de instrumento de propaganda política». A razão da intervenção coincidirá, assim, com a principal acusação do *Estado Novo* ao bispo: ele quer fazer política.

Esta acusação é reforçada pelo facto de *A Voz* insinuar que D. António acalenta propósitos clericais, pois da leitura da «carta» «pode depreender-se que o remédio seria o clero tomar parte nas lutas políticas contra o regime».

«O que finalmente nos moveu», prossegue o jornalista monárquico-católico, foi a notícia de uma reunião de antigos seminaristas no seminário maior

⁸⁹ *A Voz* seria fundida, em 31 de Janeiro de 1971, com o *Diário da Manhã*, o quotidiano da União Nacional, na *Época*, um título que podia simbolicamente marcar origens monárquicas, as quais, aliás, nos início dos anos 70, já estariam quase esquecidas.

⁹⁰ Pedro Correia Marques nasceu em São Pedro de Rates, Póvoa de Varzim, a 26 de Maio de 1890 e morreu em Lisboa a 8 de Agosto de 1972. Foi aluno dos beneditinos de Singeverga. Fez toda a sua carreira profissional de jornalista militante na imprensa católica e, em particular, monárquica-católica e integralista. Na revolta republicana do 7 de Fevereiro de 1927 foi salvo «providencialmente» de ser fuzilado pelos revoltosos (Barradas de Oliveira, na entrada biográfica, na *Enciclopédia Verbo*). Os seus artigos n' *A Voz* eram republicados por numerosos jornais católicos. Foi director d' *A Voz* desde 28 de Novembro de 1947 até ao fim do jornal. Deixou alguma obra literária.

do Porto; um dos oradores, «referindo-se evidentemente à carta, saudou o Prelado ‘empenhado em descomprometer a Igreja e apresentar a um povo que desperta a autêntica doutrina social católica’». Correia Marques interpreta esta frase como significando que «há em muita gente a opinião que a Igreja e o Estado ‘estão feitos’ — desculpem-nos o plebeísmo». É este o objectivo central da sua crítica: a Igreja não está comprometida com o Estado: «tem mantido independência firmemente definida»; «do actual regime não recebeu a Igreja mais do que a liberdade».

Correia Marques rotula de sociais as suas principais «divergências» com o bispo. «Dir-se-ia, após uma leitura apressada da carta, que nada se fez. E isso não é verdade.» Elogia então o Estatuto do Trabalho Nacional, o qual, sugere com ingenuidade, teria influenciado o democrata-cristão italiano Fanfani, que anunciara, dias antes, a criação legal de contratos colectivos de trabalho, uma característica do corporativismo português. Afirma que melhoraram as condições de vida do operário e do pescador.

Considera um «pormenor injusto» a afirmação do «exclusivo privilégio do mendigo, do pé-descalço, do maltrapilho, do farrapão». Cita, a propósito, um operário de Guimarães que lhe lembrou a acção do P.^e Pedro (o *abbé Pierre*) em Paris, a qual, afirma, não seria certamente dirigida a milionários.

Correia Marques critica também a acusação de «financismo à *outrance*» que D. António fizera a Salazar. O suposto financismo, escreve, «não tem sido tão extremista que evitasse verdadeiros défices» (em 1938, 1939, 1940). Aproveita assim o ensejo para se distanciar da propaganda do *Estado Novo* que transformara o *superavit* orçamental num dogma básico da ideologia situacionista.

A moderação de *A Voz* não esconde, porém, uma concordância essencial com a propaganda da situação. Assim, procura criar a convicção de que o bispo é político, presta-se a uma campanha da oposição ao autorizar a difusão clandestina da «carta», pretende fundar um partido clerical e alinha com a oposição numa crítica destrutiva ao *Estado Novo*, tema este que Salazar glosara no seu discurso aos municípios a 31 de Maio.

A Voz dava também relevo a artigos que, indirectamente, se integravam na campanha contra D. António. Assim, por exemplo, a 5 de Outubro imprimia declarações do novo bispo de Silva Porto (Angola), D. Manuel António Pires, denunciando um «plano habilmente organizado na metrópole pela maçonaria, aliada ao comunismo, para desacreditar a Acção Católica» naquela colónia.

A campanha de imprensa articulava-se com acções políticas que iam no mesmo sentido do endurecimento da situação e que não cumpre aqui analisar, apesar de terem tido inevitável repercussão na imprensa⁹¹.

⁹¹ Assim, por exemplo, a 9 de Setembro, ao tomar posse de ministro da Presidência, Pedro Teotónio Pereira pusera «a nação» ante «o dilema» de «regressar ao caos donde a arrancámos há mais de trinta anos» ou «a actual situação renovada e corrigida».

3. A ACÇÃO DIPLOMÁTICA DE LISBOA (SETEMBRO DE 1958)

A campanha de imprensa do *Diário da Manhã*, d'*A Voz* e, sobretudo, de Anselmo serve sobretudo de esteio político à acção diplomática do governo português. Salazar é então o ministro dos Negócios Estrangeiros⁹²; a 18 de Setembro envia à Santa Sé um memorando exigindo a condenação do bispo do Porto e questionando o estatuto da ACP. Entre os anexos, além do *pro memoria* de D. António — em edições necessariamente clandestinas —, está o panfleto de Anselmo. Salazar parece ter esperado pela publicação dele para enviar o memorando, pois naquele mesmo dia anotou no processo que acabara de receber o folheto, o qual será entregue dentro de pouco.

Salazar escreve ao nuncio Cento a 29 dizendo que o quer em Lisboa — manifestando preferência em tratar com ele e vontade de regular o assunto longe do Vaticano — e que aguarda resposta urgente. Nesse mesmo dia, o nuncio já regressou de férias em Madrid⁹³ e informa que a exposição de Salazar foi recebida em Roma a 23.

A campanha de imprensa serviu, assim, a Salazar para exigir uma intervenção da Santa Sé. Pelo conteúdo dela e pela ameaça política.

Roma responde a 2 de Outubro⁹⁴. Demorou apenas onze dias. Pio XII está doente. A resposta é subscrita pelo próprio cardeal Tardini, um antigo responsável da diplomacia vaticana que conhecia bem os assuntos portugueses⁹⁵. Começa por condenar a divulgação da «carta»: o bispo «non ha agito correttamente nel rendere di pubblica ragione», devido ao assunto e à alta

Num outro plano, um grupo «nacionalista» mandou rezar uma missa pelas vítimas do 5 de Outubro na efeméride republicana. Nas vítimas estavam os padres jesuítas Alfredo Fragues e Barros Gomes.

Entre os convocantes e os presentes destacavam-se Paulo Cancela de Abreu, Carlos Moreira, João do Amaral, Augusto Cerqueira Gomes, Júlio Evangelista, Ivo Cruz, Caetano Beirão, Vasco de Mendonça Alves, Júlio Gil, industrial Sebastião Alves, Dr. Caetano de Melo Beirão, Mário de Matos Lemos estudante, engenheiro agr. (*sic*) Rafael Neves Duque, David Gagean, Amândio César, António Maria Zorro, José Manuel Salgado, António Gorjão Henriques, Carlos Salazar de Sousa, visconde do Torrão, Dr. Manuel da Fonseca, Dr. Eduardo Salazar de Campos, Dutra Faria, Dr. Centeno Fragoso, Vítor Braga Paixão, visconde de Vila Nova de Ourém (*A Voz* do dia 4 de Outubro de 1958 e seguintes).

⁹² Paulo Cunha saiu do governo na remodelação ministerial de 14 de Agosto e Marcello Mathias, nomeado naquela data, só tomará posse a 29 de Setembro (*A Voz* de 28 de Setembro de 1958).

⁹³ *A Voz* de 29 de Setembro de 1958.

⁹⁴ Comunicação ao governo português por nota da Nunciatura de 6 de Outubro de 1958.

⁹⁵ Domenico Tardini era um velho monsenhor da cúria romana. Em 1936 secretariava a Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, a Secretaria de Estado ou o «Ministério dos Negócios Estrangeiros» da Igreja. Desde 1945 dirige, com Montini, o futuro Papa Paulo VI, a Secretaria de Estado. Este é sagrado bispo em 1954 e Tardini assume só a responsabi-

personalidade a quem era dirigida⁹⁶. Esta condenação tem por fim eliminar o principal ponto fraco da posição eclesial; o restante reitera a posição de D. António. Com efeito, para o secretário de Estado, «carta» (o *pro memoria*) traduz apenas «le personali opinione e vedute» do bispo, como, aliás, Salazar escrevera, afirma. Aborda a seguir a questão da Acção Católica. Embora não seja regulada por artigo especial da Concordata — «per le difficoltà di formulazione che se incontrarono nel corso delle trattative» —, não pode negar-se a legitimidade de tal associação devido ao «nativo diritto» da Igreja.

lidade suprema, mas sem o título respectivo. A 9 de Outubro de 1958 estará ao lado do leito de morte de Pio XII. João XXIII fê-lo cardeal e secretário de Estado. Morreu em 1961.

Era um «romano, jovial, gostando de Palestrina e Casello, entroncado, robusto, enérgico, por vezes excessivo, bom garfo, apreciador de trocadilhos, conservador em política e em teologia». Em 1942 opôs-se ao apoio de Pio XII à entrada em guerra dos EUA ao lado da Rússia comunista contra a Alemanha nazi. Em 1945 é mais céptico do que Montini no apoio à democracia-cristã italiana. Tal como Montini, recusou a elevação ao cardinalato que Pio XII lhe propôs em 1952 (Robert Serrou, *Pie XII Le Pape-roi*, Perrin, Paris, 1992, pp. 128, 223 e 224). Terá procurado evitar que João XXIII concretizasse a convocação do Concílio do Vaticano II (Helmut Nurnberger, *Johannes XXIII*, Rowohlt Monographien, n.º 340, Hamburgo, Rowohlt, Hamburgo, 1992, p. 116 e nota 237).

Tardini tinha há muito contactos com o Estado português. Em 1938 escrevera a D. Teodósio Clemente de Gouveia, então prelado de Moçambique, autorizando-o a «garantir» ser «vontade da Santa Sé que os missionários não façam política» (Agostinho Veloso S. J., *D. Teodósio Clemente de Gouveia Paladino de Portugal ao Serviço de Deus*, Agência Geral do Ultramar, 1965, vol. 1, p. 412). Estava, portanto, ao corrente da sensibilidade do governo de Lisboa para o assunto.

Após a derrota do nazismo, o Vaticano procede à reavaliação da sua atitude internacional e o caso português também foi reexaminado. A Secretaria de Estado parece ter sido céptica em relação ao *Estado Novo*. Com efeito, por essa altura, D. Teodósio, já arcebispo de Lourenço Marques, é chamado ao Vaticano. As notas da sua agenda rezam: «Para Mons. Tardini. Em primeiro lugar, convencê-lo de que a situação política em Portugal é, em geral, boa [...]» D. Teodósio supunha, portanto, que Tardini achava não ser boa a situação política em Portugal (Veloso, *D. Teodósio*, vol. 1, p. 555. A viagem não é datada. Terá tido lugar em Abril de 1945).

A diplomacia portuguesa desconfiava dele. O embaixador Vasco Cunha referirá a «má vontade que pelo menos de início opôs Tardini» (telegrama de 29 de Abril de 1959). A 22 de Setembro de 1959 acrescentará que Tardini não gosta de Salazar nem de D. José da Costa Nunes.

⁹⁶ Tardini, logo a 2 de Outubro de 1958, condena a divulgação: «Un documento como quello che egli ha creduto di indirizzare al Sig. Salazar, avrebe dovuto per la sua delicata natura rimanere riservato. Sicché il publicarlo, oltre ad apparire come una mancanza di riguardo verso il Destinatario, non può dirsi cosa prudente ed oportuna.» O texto foi comunicado a 6 ao governo português.

Roma insistiu sempre nesta condenação. A nota verbal da Secretaria de Estado do Vaticano, entregue a 25 de Fevereiro de 1959 na embaixada portuguesa na Santa Sé, afirma: «Con vivo dispiacere la Segreteria di Stato ebbe conoscenza dela divulgazione malauguratamente avuta» da «carta» de D. António «che, a prescindere anche dal suo contenuto, avrebbe dovuto, per l'alta personalità alla quale era diretta, rimanere di carattere riservato». E, logo de seguida, esclarece que a «sconvenienza dello accaduto» foi «ripetutamente» comunicada pelo nuncio apostólico, D. Fernando Cento, ao bispo do Porto. Ignoramos, contudo, a data precisa desta comunicação vaticana a D. António.

Sobre o objecto dela, remete para a doutrina universal da Igreja: «Promuovere la collaborazione dei laici all'apostolato gerarchico della Chiesa, inteso nelle sue varie forme e manifestazione, e quindi alieno da quelle che posono essere l'organizzazione e le attività specifiche di partito politico.»

Salazar consideraria esta resposta uma desautorização de D. António, mas tinha por insuficientes as garantias dadas. Como dirigente católico, prometeu uma trégua unilateral devido ao luto da Igreja por Pio XII⁹⁷.

Lisboa mantém, porém, a ofensiva iniciada na sequência da campanha de imprensa. O mais tardar a 20 de Novembro, o chefe da diplomacia portuguesa, Marcelo Mathias, resume assim a posição do governo em telegrama para o embaixador na Santa Sé, Vasco Cunha: «A nossa posição aqui manifestada é a da impossibilidade [de] manter-se em funções quem espontaneamente e com escândalo público delas se afastou, comprometendo o carácter apolítico e a isenção do seu cargo e transformando-se num símbolo de agitação partidária e perturbação dos próprios meios católicos.» Nesta fase, o governo prefere tratar o assunto em Lisboa, mas começa a fazer a transição para a interlocução directa com a Santa Sé.

É substancialmente diversa a posição pública do *Estado Novo* face à Igreja. É de respeito e de cortesia — como se nada de anormal se passasse. As exéquias de Pio XII são uma ocasião para o demonstrar. A 15 de Outubro de 1958, nas cerimónias na Sé, o presidente Tomás cumprimenta Cerejeira. A coroação de João XXIII, a 7 de Novembro, é novo e excelente ensejo para manifestar deferência protocolar. O ministro Marcelo Mathias aproveitara a ocasião protocolar para fazer avisos sibilinos por meio de uma entrevista à agência noticiosa UP, que em Portugal era representada pela oficiosa ANI. Insinua que Portugal era um Estado católico, ao afirmar: «A universidade [*sic*] da fé foi mais uma vez provada pela presença de católicos do mundo inteiro⁹⁸.» Salienta a persistência do «prestígio da autoridade moral da Igreja de Roma», mas considerara-a uma «sobrevivência». «Muitos impérios caíram» no nosso tempo [...] mas a Igreja católica mantém-se, qualquer que tenha sido a fraqueza dos homens que serviram essa Igreja [...]» Estava dada a indirecta a D. António de quem passava a poder depender a sobrevivência da Igreja. Finalmente, o Papa, de quem Mathias tinha sido colega no corpo diplomático acreditado em Paris, era posto na berlinda: «Afabilidade [...] experiência política e diplomática [...] sabedoria [...] dão-nos a certeza da forma elevada como a Igreja continuará a ser dirigida⁹⁹.»

⁹⁷ Ofício de 14 de Outubro de 1958 do MNE para a Embaixada na Santa Sé, assinado por A. Pinto de Lemos, em nome do ministro.

⁹⁸ «Universidade da fé» é gralha; o original seria certamente «universalidade da fé».

⁹⁹ «O ministro Marcello Mathias fala da Igreja e do novo Papa» no *Novidades* de 8 de Novembro de 1958, p. 1.

Era também afabilidade e deferência que o governo, internamente, aplicava à Igreja, em particular ao cardeal Cerejeira. A celebração do 29.º aniversário da sua eleição para patriarca de Lisboa, a 18 de Novembro, fornece o pretexto. Os ministros das Obras Públicas, do Interior, da Marinha, das Corporações, da Saúde e os subsecretários das Obras Públicas e da Educação comparecem ao solene pontifical na Sé¹⁰⁰.

4. AS REACÇÕES ECLESIAIS PORTUGUESAS À PRIMEIRA FASE DA CAMPANHA DE IMPRENSA

A Igreja reagiu a esta primeira onda de ataques a D. António. Examinemos, sucintamente, algumas respostas da Santa Sé, do cardeal-patriarca e do *Novidades*, da diocese do Porto¹⁰¹. Veremos depois a do governo.

Salientemos imediatamente que D. António terá tido uma única defesa explícita¹⁰², a do frade dominicano João Oliveira. Teve outros apoios públicos, só que mais ou menos codificados¹⁰³.

Frei João publicou, copiografado — apenas a capa era impressa — e semiclandestinamente, um opúsculo atacando o de Anselmo, assinado com o nome civil de Joaquim Faria¹⁰⁴. Era uma obra de polémica inteligente e sóbria, elogiando Salazar, condenando o *Estado Novo*, apoiando D. António por separar a Igreja do Estado: «Se agora se levanta uma voz de peso na Igreja a dissociá-la daquela moral comicieira, a dissipar confusões e a desfazer a identidade Igreja-*Estado Novo*, bem haja essa voz tão esperada de muitos¹⁰⁵.» O freire dominicano escreveu-a, confessará mais tarde, porque,

¹⁰⁰ *Novidades* de 19 de Novembro de 1958.

¹⁰¹ Restringimo-nos ao cardeal Cerejeira e à Diocese do Porto, dois actores qualificados, mas não únicos. Vimos acima, por exemplo, que o arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Jr., se distanciara de D. António ao comemorar com brilho o Estatuto do Trabalho Nacional.

¹⁰² Neste sentido, v. Domingues, «Artes de ser católico português», p. 29.

¹⁰³ Assim, por exemplo, Manuel Anselmo refere que o cônego Urbano Duarte, a quem chama «Rústico» Duarte, «deu-me uma ferroada no seu pasquim», o *Correio de Coimbra*, o semanário diocesano, quando publicou o opúsculo sobre «o *teddy*-bispo do Porto». Parece considerar o facto natural, dado que, para ele, as meias de cônego são «indicadoras, pela cor, das suas convicções políticas».

Refere também, citando João Alves das Neves, no *Portugal Democrático*, o jornal dos oposicionistas no Brasil (n.º 32, Janeiro de 1960, p. 7), um artigo de Urbano Duarte, intitulado «Autoridade e liberdade na educação», também no *Correio de Coimbra*, defendendo o bispo quando atacado pelos jornais da UN («Cónego e zoilo», pp. 352 e segs. de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, vol. 1, Abril-Maio de 1960, fasc. IV).

¹⁰⁴ Joaquim Faria, *Uma «Carta Vermelha» do Sr. Bispo do Porto?* (1958), p. 92.

¹⁰⁵ Id., *ibid.*, p. 13.

«como ninguém reagia publicamente, decidi-me a publicar um opúsculo de refutação»¹⁰⁶. Fê-lo sem ter pedido autorização às autoridades civis nem religiosas e assinou-a com o seu nome civil, o que, simultaneamente, dificultava a sua identificação pela polícia política e o distanciava da autoridade religiosa. Salazar ter-se-á interessado pelo assunto, enviando um emissário ao convento de Fátima para inquirir se a responsabilidade do opúsculo era individual ou dos dominicanos — o que, a ter tido lugar, configurava uma evidente manobra intimidatória, pois não constava da publicação qualquer *imprimatur* eclesiástico. A PIDE procurou apreender a obrinha. Os superiores dominicanos mandaram frei João retirar a obra de circulação a 1 de Março de 1959. Mas, «felizmente, todos estes entraves [por parte das autoridades religiosas e civis] à difusão do opúsculo surgiram já tarde, quando ele já estava bem difundido em duas edições»¹⁰⁷.

Anselmo contra-atacou com a chocarreira «Réplica a um frade pouco católico»¹⁰⁸. Frei João elaborou uma resposta em Janeiro de 1961, mas as autoridades dominicanas não autorizaram a sua publicação¹⁰⁹.

Examinemos então a atitude da Santa Sé. Ela logo chama a si o assunto. Respondendo a Salazar, procura apaziguá-lo e defende D. António, protelando o problema. Parte à contra-ofensiva. A 6 de Outubro é entregue ao governo português uma nota verbal da Secretaria de Estado sustentando estar a ACP ao abrigo do artigo III da Concordata¹¹⁰. Esta tese vaticana, a explicação da teoria defendida dias antes por Tardini, significaria a total liberdade de acção social e política das organizações da Acção Católica face ao governo¹¹¹.

¹⁰⁶ Joaquim Faria (frei João de Oliveira Faria, OP), *A Carta de Dom António Ferreira Gomes a Salazar e o Meu Apoio*, separata de *Humanística e Teologia*, t. vii, Maio-Agosto de 1986, fasc. 2), Porto, 1986, p. 199.

¹⁰⁷ Frei João Oliveira conta aspectos da história em *A Carta de Dom António Ferreira Gomes a Salazar e o Meu Apoio*.

¹⁰⁸ «Réplica a um frade pouco católico», datada de «Costa da Caparica, barraca n.º 50, 1 a 8 de Agosto de 1960», pp. 382-416 de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, vol. 1, Setembro-Outubro de 1960, fasc. v).

¹⁰⁹ Tendo ficado inédita até hoje (v. Oliveira, *A Carta de Dom António Ferreira Gomes a Salazar e o Meu Apoio*, p. 207).

Não examinaremos esta polémica, que ultrapassa o limite temporal do presente estudo.

¹¹⁰ É a nota 8394, referida no memorando da Secretaria-Geral do MNE de 7 de Março de 1959.

¹¹¹ Sendo impossível abordar aqui o problema da Acção Católica face à Concordata, limitemo-nos a algumas breves notas.

O artigo III da Concordata permite à Igreja católica «organizar-se livremente de acordo com as regras do Direito Canónico», devendo o Estado limitar-se a reconhecer a personalidade jurídica das associações assim constituídas.

Nas negociações da Concordata, o governo opusera-se a um acordo com a Santa Sé sobre um artigo específico sobre a Acção Católica. Ficara, assim, em aberto se ela se lhe aplicava.

O Vaticano apoia D. António. A 31 de Outubro, antes de ser coroado, o novo Papa, João XXIII, recebe Cerejeira. O *Novidades* informa que «a visita, em parte de cortesia, foi também dedicada à discussão de problemas eclesiásticos». É um sinal claro e público do interesse do Sumo Pontífice pela situação portuguesa e, em particular, pela do bispo do Porto. A 2 de Novembro volta a receber o patriarca de Lisboa, agora em conjunto com D. Teodósio Clemente de Gouveia. São os dois cardeais portugueses¹¹².

D. António Ferreira Gomes está em Roma. A 11 de Novembro Mons. Samoré¹¹³, em nome do secretário de Estado, o cardeal Tardini, diz-lhe que «não pensasse em resignar; que havia bastante excitação, mas que a Igreja se mantinha firme e serena e que os ânimos haviam de acalmar». É depois recebido por Tardini; este recomenda-lhe que, para evitar «queixas», se entenda sempre com o cardeal-patriarca e, noutro registo, critica o governo português pela sua política em África, «onde nem sequer aproveitávamos a experiência de Goa»¹¹⁴. Regressa a 12 de Novembro¹¹⁵ com uma bênção apostólica especial. A estada foi longa, ainda que a sua duração não tenha sido excepcional. É de crer que tenha saído desta permanência em Roma o projecto de uma segunda «carta» de D. António a Salazar, destinado a retirar o único ponto forte do presidente do Conselho, a divulgação não autorizada¹¹⁶.

O governo considerava que não e invocava uma comunicação do núncio Ciriaci a 24 de Janeiro de 1940, a qual afirmava — nas palavras do MNE — «a preferência da Santa Sé pela supressão do artigo e, ao mesmo tempo, exprimia a sua confiança de que o governo português usaria para com as associações integradas na Acção Católica de justo e benévolo tratamento». Esta benevolência «não faltou nunca» (nota da Secretaria-Geral do MNE entregue ao encarregado de negócios da Nunciatura, Mons. Brini, a 7 de Março de 1959).

A inclusão da ACP na Concordata voltou a ser debatida entre Salazar e o núncio Ciriaci a 27 de Abril de 1940, quando já há acordo sobre um texto; a 30 de Abril seguinte, o Dr. Carneiro de Mesquita propõe uma outra formulação a Salazar, que a recusa, sem ter percebido se ele vinha enviado pelo núncio ou por Cerejeira (Samuel Rodrigues, «Concordata de 1940 — Da génese ao texto definitivo», in *A Concordata de 1940 Portugal — Santa Sé, Jornadas de Estudos nos 50 Anos da Concordata*, col. «Fundamenta», n.º 10, Lisboa, Ed. Didaskalia, 1993, p. 48; Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Bizâncio, 1998, pp. 69 e segs.).

A Santa Sé, como vimos, considerava que a ACP estava prevista na Concordata.

¹¹² *Novidades* de 1 e 3 de Novembro de 1958. Regressa no mesmo dia que D. José da Costa Nunes.

¹¹³ António Samoré era há longo tempo funcionário superior da Secretaria de Estado. Tinha assistido aos últimos momentos de Pio XII. Foi feito cardeal em Maio de 1967.

¹¹⁴ O próprio D. António relata as entrevistas, dando mais pormenores e referindo a intervenção do cardeal Cerejeira, que também estava em Roma (*Cartas ao Papa*, Porto, Figueirinhas, p. 206-207).

¹¹⁵ *Novidades* de 13 de Novembro de 1958, p. 3.

¹¹⁶ O embaixador na Santa Sé, Vasco Cunha, comunica ao ministro dos NE a 3 de Fevereiro de 1959: «Consta-me que o bispo do Porto tem amizades na Secretaria de Estado e que o próprio cardeal Tardini teve qualquer intervenção no sentido de o bispo do Porto escrever segunda carta [ao] Sr. Presidente do Conselho com a qual várias personalidades eclesiásticas que aqui intervieram no assunto parece terem julgado que este se podia considerar liquidado.»

Antes D. António tivera contactos com o núncio Cento, um homem de 73 anos, mas vigoroso e jovem de espírito, que desde 1953¹¹⁷ marcara a Igreja em Portugal¹¹⁸. Este ter-lhe-á transmitido apoio global e condenação da divulgação extemporânea do *pro memoria*.

Vejamus agora a reacção da Diocese do Porto. Ela conduz uma polémica codificada com *A Voz* e reafirma o direito de a AC se pronunciar sobre a vida social.

A 11 de Outubro *A Voz do Pastor* publica um artigo, «Doutrina perversa», extraído de *Reconquista*, um semanário católico de Castelo Branco, criticando os chefes da escola de Maurras. É uma indirecta a *A Voz*, longínqua herdeira da *Action française*, condenada pela Santa Sé, e a Anselmo. Uma semana depois, a 18, salienta que «Portugal é sem dúvida o país mais anticlerical da Europa»¹¹⁹. Dá mais destaque ao «Este número foi visado pela Comissão de Censura», cuja publicação era obrigatória.

As comemorações do aniversário da AC na diocese do Porto acentuam também a sua dimensão social. A 16 de Novembro de 1958 D. António, ao pregar na missa, na Sé do Porto, glosa esse mesmo tema. O *Novidades*, a 17, resume o seu discurso na p. 4: «Deteve-se depois em judiciosas considerações

¹¹⁷ D. Fernando Cento, arcebispo de Seleucia Pieria, foi nomeado núncio da Santa Sé em Lisboa em 1953. Sucedia ao cardeal Pedro Ciriaci, em funções desde Dezembro de 1933, que negociara a Concordata de 1940. Cento foi inicialmente bem recebido. Uma nota semioficiosa anunciava que o governo português tinha concedido «prontamente» o *agrément* (*Novidades* de 27 de Outubro de 1953). A biografia oficiosa apresentava-o como «figura de alto prestígio intelectual e moral», de «inteligência viva e temperamento dinâmico» e «de visão rápida» (*Novidades*, ed. acima citada).

Tinha sido núncio em Bruxelas (1946) e em Caracas (1926). Nascera em 1883 na Diocese de Macereta (Itália). Fora ordenado padre em 1905.

Em Portugal apoiou a Acção Católica, nomeadamente a Juventude Operária (JOC); promoveu associações das ordens e institutos religiosos, masculinos e femininos; criou a conferência episcopal de Angola e Moçambique, de curta duração, mas que pôs termo à organização imperial do catolicismo missionário português; incentivou o recurso às universidades romanas; colaborou na nomeação de bispos, sobretudo auxiliares, nelas formados.

Na recepção do ano novo de 1955 concedida pelo Presidente da República, recomendou «a feliz conciliação da *ordem* e da *liberdade*, na qual reside o bem-estar dos povos».

O Papa João XXIII fá-lo cardeal a 17 de Novembro de 1958, na sua primeira fornada cardinalícia. Continua em funções como pró-núncio até 8 de Fevereiro de 1959.

Em Maio de 1965 foi legado pontifício a Fátima, a cujo santuário entregou a «rosa de ouro».

Faleceu a 13 de Janeiro de 1973.

¹¹⁸ Costa Brochado, publicista e à época membro da comissão executiva da União Nacional, considerou depois que Cento «vinha instruído de Roma para a nova política da Igreja em Portugal» e que encontrou em D. António «um colaborador decidido, que tornou possível a rápida fermentação do *catolicismo progressista*, que muito concorreu para o desmoroamento de todo o edifício político erguido por Salazar» (Costa Brochado, *Memórias de Costa Brochado*, ed. do autor, Lisboa, 1987, p. 365).

¹¹⁹ Na p. 4.

sobre a missão da Igreja militante e do esforço de cristianização que importa continuar junto das crianças, dos operários e das classes independentes».

D. António promove uma sessão solene, certamente no dia 16, no salão nobre da Associação Católica. Adérito Sedas Nunes profere então uma conferência sobre «Estrutura da Acção Católica». D. António elogiou o conferencista e a conferência e «produziu um resumo doutrinário da influência do meio social sobre o indivíduo e do valor e significado da AC — vida e próprio Ministério da Igreja — nos ambientes vitais do homem». Voltava assim a insistir na dimensão social do militantismo católico. A assistência gostou: aclamou o prelado, que depois encerrou a sessão, cantando o hino da ACP¹²⁰.

A *Voz do Pastor*, em artigo de primeira página de «Espectador», «Nos 25 anos da AC», regista críticas dissimétricas feitas à organização: nada faz no «domínio político-social» e «intromissão demasiada»; rejeita ambas. Esta tradicional retórica do justo meio é, sobretudo, uma forma de insistir na vertente social da Acção Católica. E regista a campanha oficial contra o pé-desimal, um tema referido no *pro memoria* e que irritava o *Estado Novo*¹²¹.

A primeira reacção do Patriarcado — e certamente uma das primeiras da Igreja — veio na edição de Agosto da *Lumen*, a «revista de cultura do clero», numa nota assinada com as iniciais de Mons. Avelino Gonçalves, o seu director. Considera que a «divisão» entre católicos «vem hoje principalmente das paixões políticas e dos problemas sociais». Defende a união dos católicos; legitima a ausência de liberdade de partidos políticos. O nome do bispo do Porto não era mencionado, mas resultava claro que a sua orientação era claramente condenada¹²².

O cardeal-patriarca, nas bodas de prata da ACP, a 16 de Novembro, no Pavilhão dos Desportos, afirma solenemente: «A AC não é um partido político¹²³.» O *Novidades* de 17 faz manchete com o tema: «A natureza da Acção Católica é essencialmente religiosa — disse o Sr. Cardeal-Patriarca.» Cerejeira qualifica esta doutrina: «Serão palavras frias, pesadas, calculadas.» Quais são estas palavras? A AC «não é um partido político nem sequer o germe de um partido [...] não é um movimento temporal de acção social» — e critica o uso da palavra social. «Recusei acima a expressão «entra no temporal», não porque seja falsa, mas porque pode tornar-se equívoca»; a «sua missão não se confunde com a acção política». Estas declarações — coincidentes com a interpretação salazarista da Concordata — são, contudo, atenuadas

¹²⁰ *Boletim Oficial* da ACP, n.º 293, Novembro 1958, pp. 163 e segs.

¹²¹ Edição de 28 de Novembro de 1958.

¹²² A *Lumen* fora fundada sob o impulso do cardeal Cerejeira, em 1937, para elevar o nível cultural do clero diocesano. Numerosos bispos tornaram obrigatória a sua assinatura para os padres. Pelo menos a partir dos anos 40 começaram a surgir resistências a esta obrigatoriedade.

¹²³ A *Lumen* dá destaque a estas palavras (Novembro de 1958 p. 785).

pela afirmação «a Igreja não está enfeudada a nenhum regime político, a nenhum sistema económico, a nenhuma forma de civilização». As duas primeiras atenuações são elas próprias atenuadas pela última, que tem sentido oposto.

Cerejeira dilui as críticas de Anselmo e a acção diplomática do governo. Mas cedeu muito terreno, quase proibindo a lógica social da Acção Católica. A concepção teológica da AC é oposta à do bispo do Porto. Este acentua a sua dimensão social na tradição, aliás, da «democracia cristã», o nome dado às organizações que, desde o pontificado do Papa Leão XIII, procuravam congraçar com a Igreja o mundo saído da Revolução Francesa. O cardeal-patriarca sublinha de tal modo a vertente espiritual da AC que parece não deixar espaço para a intervenção social — ainda que sugira fazê-lo por razões de circunstância¹²⁴. Surge agora, pela primeira vez no seu pontificado, a fazer um jogo defensivo¹²⁵.

Contudo, o *Novidades* não abre mão da acção social e aborda-a numa sucessão de editoriais. A 20 publica o fundo «A reabilitação do mundo do trabalho», assinado por PS. Nele se escreve: «Há quem pretenda descobrir sempre tendências subversivas em tudo o que se diga em favor de uma repartição mais justa das riquezas.» Condena os que assim pensam e elogia a doutrina social da Igreja. Elogia também a JOC e, mais inesperadamente, os padres operários, que seduziam os sectores mais reformistas do catolicismo português e tinham sido frequentemente demonizados pelos mais conservadores¹²⁶. Lamenta «defecções, atitudes de revolta e desvarios», mas salienta que eles «escreveram uma página de interessante esforço missionário que por vezes revestiu foros de heroísmo». A tese do bispo do Porto parecia coenestada.

A 22 o mesmo PS assina outro fundo, «Perigosos extremismos», no qual se afirma que a «Igreja pretende seguir uma atitude intermédia» entre a

¹²⁴ Não é de excluir que esta intervenção de Cerejeira tenha sido influenciada pelo ofício de Tardini de 2 de Outubro. Recordemos que o chefe da diplomacia vaticana, caracterizando a ACP, acentuara a doutrina universal, o «apostolado gerarchico della Chiesa» e excluía «le attività specifiche di partito politico». Tardini não mencionara a acção social, que o patriarca não refere também e parece excluir.

¹²⁵ Frei Bento Domingues afirma que, nesta conjuntura de acusação de rotura da «frente nacional», Cerejeira «vai tentar deitar água na fervura. Mas os seus discursos só revelam que já não sabe como há-de pegar na questão» («Artes de ser católico português», p. 28).

O patriarca tinha mudado. Meses depois, na inauguração do monumento a Cristo-Rei, declarou: «Se pudesse escolher o momento de morrer, eu escolheria este» (*Diário de Notícias* de 18 de Maio de 1959, p. 1, a abrir).

Esta referência à morte é também um símbolo de uma época e de uma estratégia que desapareciam.

¹²⁶ Seriam proibidos pelo Vaticano no ano seguinte. A 28 Setembro 1959 o *Diário da Manhã* noticiou que o cardeal Pizzardo, em nome do Santo Ofício, enviara uma nota ao cardeal Feltrin, o arcebispo de Paris, informando-o de que a Igreja decidira pôr termo à experiência dos padres operários.

«demagogia desordenada» e o «autoritarismo absorvente». Era clara a indirecta ao *Estado Novo*.

A 25 de Novembro o mesmo PS, sempre em fundo, «Mentalidade perigosa», era mais incisivo. O primeiro parágrafo parecia dirigido directamente a Salazar: «Sob pretexto de prevenir as ingerências abusivas da Igreja no domínio político e económico, há quem agite novamente o espectro do clericalismo que tem servido sempre de bandeira para as campanhas anti-religiosas e para coonestar abusos e prepotências.» Reafirma o direito de a Igreja se pronunciar sobre a sociedade e cita o discurso recente de Cerejeira. Mais adiante: «Não falta quem tenha palavras de apreço pela Igreja e pelos membros da Hierarquia mas com a condição de se limitarem a presidir a cerimónias religiosas esplendorosas, a romagens a Fátima e a outros actos de culto. Se ousam recordar os princípios da moral social ou familiar, se definem as exigências da modéstia cristã, como fez recentemente o Episcopado português, se tomam decisões no sentido de expurgar as festas religiosas dos divertimentos pagãos, há logo quem proteste e quem julgue que está perante manifestações de perigoso clericalismo.» Cita as «Cartas aos novos» de Cerejeira: «Até há quem, vivendo como pagão, receite afadigadamente a Igreja católica, no jornal e no parlamento, para salvação ... dos outros». O mal, em resumo, é o «laicismo».

O tema do «laicismo» — que o leitor católico facilmente identificava com as perseguições anti-religiosas da I República — é retomado, também em fundo, a 29 de Novembro. Nele continua a ser comentado o discurso de Cerejeira no jubileu da AC e prometem-se futuros artigos que explicarão, «com a clareza possível, por que é que, ao ocupar-se, nestas condições, de temas sociais, a Igreja se limita a ser coerente consigo mesma e fiel à missão que lhe foi no princípio confiada». A «clareza possível» podia ser uma cláusula de modéstia, mas a maior parte dos leitores veria nela uma alusão à censura¹²⁷.

A 28 de Novembro, sempre em fundo, «Protecção à família», por PS, o *Novidades* escreve: «Sem famílias sãs [...] a Igreja não poderá realizar o seu trabalho evangelizador e o Estado perde a sua base mais firme e fonte primária do seu engrandecimento.» O tema tradicional católico da protecção à família volta a ser abordado, ainda em fundo, a 4 de Dezembro. Elogia o ministro das Corporações, o católico Veiga de Macedo, o que o desmarca da oposição. Mas salienta os efeitos morais da promiscuidade; cita o «saudoso Dr. Joaquim Dinis da Fonseca» — um contemporâneo de Salazar no Centro Católico lateralizado no *Estado Novo* — sobre as desgraças morais derivadas da falta de habitação. A relação entre a miséria material e a moral era um tema subjacente ao discurso do bispo do Porto. O *Novidades* reafirmava-a¹²⁸.

¹²⁷ «A Igreja e os problemas da sociedade», por ASN, in *Novidades* de 29 de Novembro de 1958.

¹²⁸ Fundo «O problema da habitação», por PS, *Novidades* de 4 de Dezembro de 1958.

Os artigos eram todos *fundos*, o que lhes aumentava a autoridade. Eram todos assinados, o que lhes retirava. Com a excepção da referência à JOC, defendiam o direito de acção social da Igreja, mas eram totalmente omissos sobre o papel da Acção Católica.

O patriarca responde com reserva à pública afabilidade governamental. Nesse mesmo dia, na sessão solene no Seminário dos Olivais, o aluno «Fernando Michaël» (*sic*)¹²⁹ refere «quanto difíceis eram as condições políticas, sociais e religiosas na diocese, sobretudo na capital, no momento em que S. Eminência iniciou o seu brilhantíssimo Pontificado». Era uma forma de recordar as melhorias trazidas pelo *Estado Novo*, mas também, simetricamente, de evocar o anticlericalismo, evocação habitual na sociedade portuguesa da época para condenar a I República, mas que, no momento, podia ter uma leitura crítica em relação à situação¹³⁰.

O cardeal-patriarca mantém a atitude de conservar abertas as portas do diálogo com o Estado durante o mês de Novembro. Na sessão de abertura da Câmara Corporativa, o representante da Igreja católica, Mons. Avelino Gonçalves, salienta que a presença oficial no funeral de Pio XII e na coroação de João XXIII foi «muito digna e honrosa». Usa a fórmula do Portugal «país tradicionalmente católico». Procura manter as distâncias. Ao evocar Pio XII, omite o reportório das bondades que ele teve para Portugal, um tropo da retórica oficial da época, e cita, entre os admiradores do Papa, o indiano Krishna Menon, ministro da Defesa da Índia e, portanto, inimigo encartado de Portugal¹³¹.

5. O DISCURSO DE SALAZAR ACUSANDO OS CATÓLICOS DE TEREM ROMPIDO A «FRENTE NACIONAL» (DEZEMBRO DE 1958)

Nos primeiros dias de Dezembro de 1958, o caso conhece dois desenvolvimentos bruscos que são a consequência lógica da campanha de imprensa desencadeada em Setembro e da ofensiva diplomática que se lhe seguiu.

A 5 Dezembro o presidente do Conselho recebe a segunda «carta», que a cúria romana persuadira D. António a escrever. O objectivo desta nova missiva é retirar ao ditador o seu único argumento: a descortesia da publicação antecipada. Salazar compreende a manobra de envolvimento e reage imediatamente para a tornear. No dia seguinte, 6 de Dezembro de 1958, toma duas acções decisivas: acusa publicamente os católicos de terem rompido a

¹²⁹ Trata-se do nome, deficientemente grafado pelo *Novidades*, do futuro P.^o Fernando Micael Pereira, colaborador, nomeadamente em actividade de sociologia religiosa, do cónego (e depois bispo) Manuel Franco Falcão, de quem fora aluno no Seminário dos Olivais.

¹³⁰ *Novidades* de 19 de Novembro de 1958.

¹³¹ O *Novidades* de 26 Novembro de 1958 dá honras de fundo à intervenção do seu director e salienta a continuidade da Igreja: «Pio XII faleceu, mas o Papado continua.»

«frente nacional»¹³² e escreve reservadamente ao núncio Cento exigindo um esclarecimento do que considera ser a tentativa de transformar a ACP num partido político e ameaçando abrir a crise com a Igreja se a exigência não for satisfeita. Ao mesmo tempo, nas negociações com o Vaticano, a diplomacia portuguesa volta a exigir a demissão do bispo do Porto.

Salazar, quando dá posse à nova comissão executiva da União Nacional, presidida por Castro Fernandes, nesse dia 6, recapitula a situação política: evoca «as nossas dissensões políticas», que qualifica de «mal antigo, se não crónico», e considera que procurou pôr-lhes termo, valorizando «o menor denominador comum nacional». Sobre ele tentou fazer uma «frente nacional», o que exigiu menorizar as questões do «regime» e religiosa, bem assim como alguns «particularismos políticos». É esta frente que alguns monárquicos «quiseram romper» e «alguns católicos se jactam de [...] haver rompido». O presidente do Conselho esquece a seguir os monárquicos para se concentrar nos católicos dissidentes: foram aplaudidos pelos liberais e pelos comunistas. Salazar considera este facto «da maior gravidade». E extrai dele as suas consequências. Afirmando que «hoje pelo menos não me ocuparei do assunto», ocupa-se do assunto. Sinaliza que ele «oferece [...] graves implicações no que respeita à Concordata e mesmo ao futuro das relações entre o Estado e a Igreja». Fala depois como católico: à uma, pois afirma «conhecemos a doutrina da Igreja»; à outra, porque invoca a sua contribuição «para a pacificação religiosa e a liberdade da Igreja em Portugal e para o regime de prestigioso carinho de que a mesma tem sido cercada nos últimos trinta anos». É este católico que previne — que ameaça — com o risco «sumamente penoso» de «ter de apresentar reparos [à Igreja] em nome de um poder igualmente legítimo na sua esfera de acção». E considera que estes fenómenos podem resultar de «desvairios transitórios de origem emocional» ou do «clima de transformações» sócio-económicas¹³³.

Nesse mesmo dia 6 de Dezembro de 1958, Salazar escreve ao núncio apostólico Fernando Cento uma extensa carta, que classifica de «particular», para tratar do «caso suscitado pela do Sr. Bispo do Porto». É uma explicitação do discurso público. O presidente do Conselho começa por contrariar a tese que atribui à segunda missiva de D. António: «O problema [não] se reduz a uma questão pessoal, nascida da publicidade da sua exposição, de que, aliás, não se julga responsável.» Diferentemente, o problema está «na orientação que certos sectores pretendem dar ou têm mesmo dado à Acção Católica». Para estes sectores, a fim de anular o compromisso da Igreja com o *Estado Novo*, a AC deveria transformar-se em «agrupamento partidário que, para atrair a massa operária, seria de feição avançadamente

¹³² Ao empossar a nova comissão executiva da União Nacional a 6 de Dezembro de 1958.

¹³³ Salazar, *Discursos*, vol. v, pp. 514-517 («Na posse da comissão executiva da União Nacional»).

social». Salazar alarga-se a negar o alegado compromisso e é sintético a exigir que a Igreja esclareça a situação; dá-lhe várias formas para o fazer: pelos Srs. Bispos, pela Santa Sé, pela publicação de notas trocadas entre o governo português e a Secretaria de Estado. O presidente do Conselho apoia as palavras de Cerejeira no jubileu da Acção Católica — «ele disse o que sempre ouvi dizer aos Sumos Pontífices» —, mas não se dá por satisfeito com elas, pois considera que sucessivos artigos no *Novidades* têm «diminuído o valor e a firmeza» das declarações do cardeal. Vai neste sentido o facto de «categorizados» sacerdotes de Lisboa subscreverem uma carta de apoio ao bispo do Porto. O chefe do governo declara ainda que não pode «deixar passar por boa» a posição tomada na nota da Santa Sé a 6 de Outubro, segundo a qual a Acção Católica beneficiaria das disposições do artigo III da Concordata: «Não está, nem poderia estar, excepto quando a mesma se entenda como organização puramente religiosa e estranha a toda a acção política e social.» Para concluir, Salazar escolhe o tema do voto da Acção Católica em Delgado e aborda-o com palavras que traduzem claro amedrontamento: «Se esta questão não for resolvida com a clareza e a decisão com que deve sê-lo, acontecerá que entre o Estado e a Igreja se formará uma atmosfera de desconfiança e esta desconfiança pautará de futuro todas as atitudes e envenenará todas as acções.»

Qual o sentido da ofensiva de Salazar? O presidente do Conselho é um bom conhecedor da doutrina papal e episcopal sobre a ACP e tem a certeza antecipada da resposta que obterá: a ACP não é, nem vai ser, um partido político. Sabe que terá uma vitória garantida — mas pirrónica.

Acrescenta a isto duas acusações fantasiosas. A primeira era que a Acção Católica apoiara Humberto Delgado. A segunda era a intenção de D. António fundar um partido democrata-cristão a partir da ACP. Salazar tinha, certamente, consciência da falta de correspondência entre a realidade e as suas afirmações.

Fazendo-as, porém, surpreende os seus novos adversários, que, limitando-se a negá-las, surgem como derrotados. O presidente do Conselho divide, assim, a Igreja e cria um abcesso de fixação que evitou o imediato resvalar de vários bispos, clérigos e católicos para posições críticas da situação. Do mesmo passo, porém, consagra a separação do seu *Estado Novo* em relação à Igreja.

O discurso do presidente do Conselho ilustra a distribuição de papéis dentro do Estado português. Ele próprio, a diplomacia e a imprensa desempenham funções definidas e concatenadas.

Salazar não reitera agora a exigência de destituição do bispo do Porto, feita pela diplomacia portuguesa. Põe a questão em termos exclusivos do papel político-social da ACP. Acusa certos meios católicos de se aliarem aos liberais e, mais grave ainda, aos comunistas, mas não especifica quem procura tais alianças. Limita-se a exigir um esclarecimento da Igreja. Fala como dirigente católico. Singulariza Cerejeira.

A campanha de imprensa tivera a função de preparar a ofensiva diplomática e de abrir caminho às palavras do presidente do Conselho.

Salazar repete o essencial dos temas levantados por Anselmo. Entre eles avultam o facto de o bispo ser um dirigente político, de estar aliado aos comunistas, a legitimidade de o Estado português agir em nome do catolicismo, a questão de saber quem fala em nome da Igreja, o isolamento do bispo do Porto no seio do episcopado, pelo destaque atribuído ao cardeal Cerejeira.

Salazar teve, aparentemente, o cuidado de dissociar as instâncias oficiais da campanha de imprensa. A acção do *Diário da Manhã* é convergente com ela, mas o jornal oficioso nunca refere explicitamente o bispo do Porto.

Anselmo era um homem da UN, mas não tinha nenhuma posição oficial que permitisse imputar ao governo o seu ataque a D. António. As suas publicações anteriores revelavam preocupação de independência pessoal em relação ao partido único.

A brochura não passava pela censura, o que isentava o governo da responsabilidade de ter deixado publicar tal texto.

Aquela dissociação permitirá ao governo apresentar as peças da campanha de imprensa como o começo de perturbação da ordem pública, imputável ao bispo.

À diplomacia portuguesa cabia exigir a demissão do bispo, que Salazar não endossava explicitamente.

Assim, Salazar podia apresentar-se como mediador, que poderia defender a Igreja de medidas anticlericais que alguns pretenderiam aplicar devido ao comportamento do bispo do Porto.

6. A PASTORAL DE JANEIRO DE 1959 E A SEGUNDA FASE DA CAMPANHA DE IMPRENSA

O discurso de Salazar a 6 de Dezembro de 1958 marca o apogeu da campanha de imprensa lançada dois meses antes. A resposta da Igreja a este discurso e às movimentações diplomáticas que o acompanharam veio a provocar uma nova campanha de imprensa, lançada em Março de 1959.

O conflito tornou-se rapidamente público. A 8 de Dezembro de 1958 realizaram-se na Sé de Lisboa as comemorações do dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal. Ao contrário do habitual, o governo não se faz representar. Cerejeira lamentou a ausência¹³⁴.

A imprensa internacional conservadora condenara o discurso de Salazar. As eleições presidenciais de Junho tinham mostrado que o *Estado Novo* era uma ditadura, mas as democracias europeias da guerra fria tinham dificuldade em aceitar o estereótipo do general político, mobilizando massas populares e apoiado pelos comunistas. Em contrapartida, um governo europeu ata-

cando a Igreja era um fenómeno desconhecido, evocava os países do outro lado da «cortina de ferro» e sugeria a quarentena.

La Croix, o diário católico parisiense, titulava, a 9 de Dezembro: «Portugal: le président Salazar se plaint d'une opposition catholique au régime.» Salientava ser a primeira vez que atacava os católicos e recordava o fundo do *Novidades* de 19 de Outubro de 1957, que, como vimos, defendia a liberdade de acção política dos católicos e negava o seu apoio automático à União Nacional¹³⁵. No mesmo dia, outro diário parisiense, o conservador *L'Aurore*, pela pena de Henry Benazet, um jornalista categorizado, era mais taxativo: «Quoi de plus naturel qu'un évêque déplore la condition précaire du peuple?» E comparava com Espanha, elogiando o relativo liberalismo do generalíssimo, ao contrário do que até então fora voz corrente: «En Espagne, Mgr. Herrera l'a fait bien souvent sans que Franco — en l'occurrence plus habile — se soit cru tenu de marquer le coup»¹³⁶.

Portugal continua, assim, depois da campanha eleitoral das presidenciais, a interessar a opinião internacional. Boa parte da imprensa estrangeira estabelece a convicção de que há uma crise entre o Estado e a Igreja. Ia nessa direcção o artigo de *La Croix*. Outros jornais são mais claros ou vão no mesmo sentido¹³⁷. Alguns limitam o conflito aos meios católicos libe-

¹³⁵ O artigo de *La Croix* mostra uma boa informação sobre os assuntos portugueses. Sintetiza a história da Igreja desde 1910. Resume a Concordata e o Acordo Missionário, sem esquecer a avareza daquele e a generosidade financeira deste. Repertoria os ataques recentes de Salazar aos católicos e encontra neles um crescendo.

Esclarece: «Le conflit actuel provient en partie de ce que des laïcs catholiques en vue ont manifesté le désir d'organiser une opposition catholique.» Quiseram aproveitar o ensaio de liberalização do «regime» nas legislativas de 1957; o governo anunciara que a oposição podia apresentar candidatos, mas, *effrayé*, tomou medidas para defender a ordem pública e só houve uma lista. Recorda que em data incerta [1956 (?)] Cerejeira lembrara publicamente que «l'Église n'était pas liée à la politique de l'Etat portugais».

¹³⁶ Refere-se certamente a D. Angel Herrera Oria, um bispo político que apoiara os democratas-cristãos Gil Robles nos anos 30 e Martin Artajo no pós-guerra de 1945; por esta época, «indigna Giron», o ministro do Trabalho, ligado ao *Movimiento* [Ricardo de la Cierva, *Historia del Franquismo. Aislamiento, Transformación, Agonía (1945-1975)*, col. «Espejo de España», n.º 46, Editorial Planeta, Barcelona, 1978, pp. 118 e 138].

Sobre o papel de D. Angel Herrera, v. também Javier Tusell, *Franco y los Católicos. La Política Interior Española entre 1945 y 1957*, col. «Alianza Universidad», n.º 413, Alianza Editorial, Madrid, 1990).

¹³⁷ É o caso do diário comunista parisiense *L'Humanité*: «Conflit entre Salazar et les milieux catholiques» (9 de Dezembro de 1958). Periódicos de outras tendências seguem a mesma linha. O americano *Christian Science Monitor* titula «Portuguese dictator warns clergy to halt criticism» (9 de Dezembro de 1958). O *Vaterland* (Luzern, Suíça) destaca «Salazar gegen führende Katholiken» («Salazar contra católicos eminentes», a 11 de Dezembro de 1958).

A notícia do *Vaterland* é elaborada a partir do telegrama da agência noticiosa France-Press. Ela é seguida por *Le Monde*, *Bündner Tagblatt* (11 de Dezembro de 1958), *Ostschweiz* (St. Gallen, Suíça), *Der Fürstenlander* (Gossau, 13 de Dezembro de 1958), *La Cité* (Bruxelas) e *Témoignage chrétien* (Paris, ambos a 12 de Dezembro de 1958).

raís¹³⁸. São raros os que descrevem a situação de forma neutra ou favorável ao governo português¹³⁹. Muitos, entre os quais o diário católico francês, sugerem que vários bispos criticam Salazar¹⁴⁰, o qual é posto directamente em causa¹⁴¹. O nome de D. António é sempre referido. O do engenheiro Lino Neto frequentemente. É salientada a ausência de direito à greve.

A diplomacia portuguesa segue atentamente a imprensa internacional¹⁴².

O *Novidades*, a 7 de Dezembro, seguindo o seu método de sacrificar a informação ao que considerava ser a formação, não referira no título de primeira página o ataque de Salazar aos meios católicos¹⁴³. Deu a resposta quatro dias depois, a 11, num editorial não assinado — e, portanto, com mais autoridade —, «A Igreja e o Estado», tema que qualificava de «velho mas sempre actual». Sempre prudente, o jornal do episcopado afirma escrever «a propósito de certos comentários vindos na imprensa», eufemismo que lhe permitia evitar um confronto directo com Salazar, cujo nome nunca escreve. Começa por considerar inexacta a afirmação de que «o poder da Igreja é todo espiritual». E esclarece: «Como recordava Pio XII, [a Igreja] recebeu de Deus os princípios por que se rege e os limites da sua competência». Entrava depois em assuntos práticos. Fora a Igreja a estabelecer o princípio da não ingerência no

Para *O Estado de S. Paulo* «delineia-se séria crise entre a Igreja e Salazar» (19 de Dezembro de 1958). *La Prensa* (México) afirma: «Se enfrian las relaciones Iglesia-Gobierno en Portugal» (8 de Dezembro de 1958, com base no telegrama da AP).

Der Tagesspiegel (Berlim) menciona «Salazars sorgen mit den Katholiken» («As preocupações de Salazar com os católicos», 12 de Dezembro de 1958). O *Stuttgart Nachrichten* (Estugarda), em reportagem do seu correspondente em Lisboa, Heinz Barth, tem uma linha ligeiramente diferente: «Salazars sorgen mit den Katholiken. Der chef Portugals droht mit Protest beim Vatikan» («As preocupações de Salazar com os católicos. O chefe de Portugal ameaça com protesto no Vaticano», 13 de Dezembro de 1958).

A maior parte das notícias seguem duas fontes básicas: os telegramas das agências noticiosas Associated Press (de Lisboa, 7) e France Press (de Lisboa, 8). A AP afirmara que a carta do bispo tinha sido distribuída pelos partidários de Delgado, ele próprio apresentado como católico.

¹³⁸ Caso do *Le Monde* de 9 de Dezembro de 1958, que segue o telegrama da FP, e titula: «Le président Salazar critique l'attitude de 'certains catholiques libéraux'».

¹³⁹ O *Novidades* (México) de 8 de Dezembro de 1958, seguindo o telegrama da AP, titula «Apoyo católico al P. Ministro A. O. Salazar».

¹⁴⁰ *La Croix* escreve: «Mais il semblent que Salazar supporte difficilement le bruit fait autour des critiques exprimées depuis quelque temps par des membres de l'épiscopat, en particulier à propos de la situation sociale».

¹⁴¹ *Universe*, um periódico católico inglês, titula, em edição desta data: «Threat of 'violent social upheaval' in Portugal A bishops attack caused Salazar's outburst».

¹⁴² Mantinha contratos com agências de recortes de vários países. As citações jornalísticas *supra* provêm do arquivo do MNE.

¹⁴³ O *Novidades* titulou, a cinco colunas, na primeira página: «Vida política A nação precisa de crer. Os tempos presentes não permitem experiências que podem ser decisivas para a integridade da Pátria e viver futuro da gente portuguesa — disse o Sr. Presidente do Conselho na posse da comissão executiva da União Nacional.»

Estado — «o dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César». Citando as palavras do cardeal Cerejeira no jubileu da AC, afirmava «que esta organização tem procurado seguir a orientação da Hierarquia que afinal não é particular do nosso país mas universal, pois foi traçada pelos Romanos Pontífices. Não pode a Acção Católica, nem pretende, exercer nenhuma acção política. Qualquer iniciativa política que possa apontar-se neste ou naquele dos seus membros, a esse cabe a exclusiva responsabilidade».

A seguir «repele formalmente [...] qualquer suspeita de que a Acção Católica dê pública ou clandestinamente a mão a elementos políticos e especialmente a elementos comunistas». Era a doutrina Tardini utilizada para responder ao que Anselmo acusara em público e Salazar pretendia por vias diplomáticas.

Mas condenava também «a acção laicizante que pretendesse organizar a vida social e política no desprezo dos princípios cristãos». E insistia que «A Igreja respeita a liberdade política dos católicos e só intervém quando as atitudes políticas destes ofendem os princípios da doutrina e da moral católicas». O editorial concluía comentando «a independência mútua dos dois poderes» e renovava a condenação do laicismo, que parecia tentar Salazar. A independência «não quer dizer, para quem pense catolicamente, que a ordem temporal é independente da luz e da graça de Jesus Cristo, que ela se estabelece e realiza num plano puramente natural, agnóstico, sem ensinamentos do Evangelho, sobretudo em países cristãos como o nosso. Seguir tal caminho seria contrariar os próprios princípios da Constituição Política que nos rege, regressar ao paganismo, cair numa concepção puramente laicista do temporal, que nenhum católico consciente poderia admitir».

O próprio patriarca, na sua mensagem de Natal, voltou a insistir no primado moral da Igreja. Afirmou: «É legítimo dizer que é a ordem espiritual que julga a temporal, e não vice-versa», mas deve existir «um acordo entre ambas»¹⁴⁴. Os dizeres de Cerejeira foram geralmente interpretados como uma resposta a Salazar e um apoio implícito ao bispo do Porto.

A *Voz do Pastor* transcreveu o editorial do *Novidades* de 11 de Dezembro¹⁴⁵. Uma semana depois imprimia, numa caixa negra, ao alto da primeira página, um extracto da última lição de Cerejeira: «Pretendeu o mito liberal, quando de direita, confinar a Igreja dentro das sacristias»¹⁴⁶.

A 3 de Janeiro de 1959 informa os seus leitores de que D. António deu uma bênção apostólica, concedida pelo Papa aquando da sua visita, no momento da coroação. A 10 transcreve a mensagem do Presidente da República e, em legenda a uma foto de D. António, faz-lhe a «ratificação da nossa filial obediência».

¹⁴⁴ A palestra foi radiodifundida, como habitualmente, pela Emissora Nacional e publicada na imprensa. Pode ser lida em Cerejeira, *Obras Pastorais*, vol. v, 1954-1959, pp. 125 e segs.

¹⁴⁵ Na edição de 20 de Dezembro de 1958.

¹⁴⁶ Na edição de 27 de Dezembro de 1958.

O conflito não impediu a continuação das boas relações protocolares entre Lisboa e o Vaticano. A tradição de o chefe de Estado português impor o barrete cardinalício ao núncio cessante permitiu uma manifestação delas¹⁴⁷. A 30 de Dezembro de 1958, o Presidente Tomás fez a imposição ao núncio Fernando Cento, o qual declarou: «Pátria de heróis e de santos, terra privilegiada de Santa Maria, Portugal ficará para sempre no meu coração.»

O Vaticano dará o passo decisivo. Salazar requerera o esclarecimento da Igreja. Este esclarecimento, nas suas próprias palavras, resolveria o «caso»¹⁴⁸. A Santa Sé terá tomado as suas palavras à letra e escolherá, entre as formas propostas a Cento pelo Presidente do Conselho, a mais inócua: uma declaração colectiva do episcopado da metrópole¹⁴⁹. Em 16 de Janeiro de 1959, o episcopado, após a sua reunião colectiva anual, no Seminário dos Olivais, aprova uma carta pastoral aparentemente consensual sobre as relações entre a Igreja e o Estado.

A pastoral é publicada num ambiente político que continua tenso. A 8 de Janeiro de 1959, a imprensa publica uma nota oficiosa declarando o general Humberto Delgado separado do serviço após processo disciplinar. O candidato oposicionista pede então asilo político na embaixada do Brasil, que Álvaro Lins, o chefe da missão, lhe acorda. A 13, nova nota oficiosa condena o asilo. No próprio dia 16 de Janeiro, Henrique Galvão evade-se do Hospital de Santa Maria e, dias depois, obtém, também ele, asilo político na embaixada da Argentina em Lisboa. O *Avante!* desse mês, rigoroso mas sem subtilidade, proclamava: «Salazar ameaça os católicos.» Correm rumores de um golpe militar.

A pastoral começa por saudar Tomás, «o Chefe da Nação Portuguesa». Depois, coloca a Igreja num justo meio. Tem mantido «independência e coope-

¹⁴⁷ D. João V conseguira, por meios drásticos, que a Santa Sé não substituísse o núncio em Lisboa antes de o ter feito cardeal. Terá surgido depois a tradição de o rei impor o barrete cardinalício. A República reatou a tradição quando o núncio Locatelli ascendeu ao cardinalato, em 1922. O Presidente António José de Almeida impôs-lhe o barrete. Antes de Cento, o *Estado Novo* mantivera a tradição com o núncio D. Pedro Ciriaci (imposição a 20 de Janeiro de 1953).

Contudo, o Vaticano não fez cardeais todos os núncios em Lisboa. Foi o caso de D. Sebastião Nicotra em 1928.

¹⁴⁸ São desconhecidos os contactos entre a Santa Sé e o episcopado português neste passo. O cardeal Tardini, em carta dirigida ao pró-núncio Cento, datada de 26 de Janeiro de 1959, elogiava a pastoral e escrevia: desejamos que «serva veramente a rischiare codesto orizzonte politico, contribuendo efficacemente a placare la suscettibilità ed i timori governativi nei riguardi dell’Azione Cattolica» (transcrita em Cerejeira, *Obras Pastorais*, vol. vi, 1960-1963, pp. 385-386).

Não é de excluir que o episcopado tenha proposto esta solução, mas ela só seria exequível com a anuência do Vaticano.

¹⁴⁹ O cardeal Tardini, na carta acima citada, evita o termo *metrópole* e designa-a por «Lettera pastorale collettiva pubblicata dall’episcopato portoghese».

ração» com as autoridades, mas uns acusam-na de estar «enfeudada à situação política» e outros «de não interpor a sua autoridade espiritual a favor dela». Admite a liberdade de acção social e política dos «leigos católicos», mas exceptua a Acção Católica. Em relação a esta, acentua a dimensão do mandato hierárquico e da espiritualidade. É explicitamente rejeitada a sua acção política, mas nunca é afirmada a legitimidade da sua acção social. Anuncia, a concluir, a inauguração do monumento a Cristo-Rei a 17 de Maio.

Apesar de aparentemente consensual entre os bispos, a pastoral marca uma viragem. É o cardeal Cerejeira quem a redige¹⁵⁰. É citado como autoridade, a seguir aos papas. D. António assina-a. Simbolicamente, voltou a aceitar a liderança do patriarca. A reafirmação da independência da Igreja face ao Estado poderia ser vista como um desmentido ao bispo do Porto, mas essa interpretação seria inexacta. Contudo, a doutrina da pastoral sobre a AC era substancialmente diferente da que D. António viera propugnando, na medida em que anulava a sua acção social.

Os efeitos da pastoral não agradam a Salazar. A opinião pública portuguesa e internacional considera que os bispos apoiaram D. António e condenaram o *Estado Novo*.

O oficioso *Diário de Notícias* destacara, a 18, o aspecto que estava mais próximo dos desejos da situação: «É contra a essência da AC tudo o que possa ser organização ou actividades específicas de partido político.» Mas não fora suficiente. A opinião acha que Salazar está reprovado e isolado.

É típico desta reacção um artigo de fundo de *A Voz do Pastor*, «Reflexões sobre um tema da maior importância», assinado pelo P.^e Urbano Duarte, assistente do Centro Académico de Democracia Cristã (CADC, equivalente ao da Juventude Universitária Católica em Coimbra) e, desde 1951, director do *Correio de Coimbra*, o jornal da diocese, no qual Salazar colaborara¹⁵¹. Afirmava o prestigiado sacerdote: «A Igreja não pretende tutelar o poder civil [...] mas também não pode dar motivos reais para que a julguem sujeita a situações políticas¹⁵².» Significava isto que D. António fizera bem em varrer o lixo estadonovista do adro da Igreja. Duarte será, depois, atacado por Manuel Anselmo¹⁵³.

¹⁵⁰ Está incluída em Cerejeira, *Obras Pastorais*, vol. vi, 1960-1963, pp. 367 e segs.

¹⁵¹ V. Urbano Duarte, 1.º vol., *Ensaio Biográfico e Seleção de Textos*, por D. Manuel de Almeida Trindade, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989.

¹⁵² *A Voz do Pastor* de 31 de Janeiro de 1959.

¹⁵³ «Cónego e zoilo», na pp. 352 segs. de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*, vol. i, Abril-Maio de 1960, fasc. iv, acima citado; mais tarde, escreverá, numa amostra do seu estilo, que os cabelos brancos de Urbano Duarte «me deram a ideia segura da cor da baba dos cães raivosos» e inclui-lo-á entre «estes reverendos falsários, invocando abusivamente a doutrina da Igreja, atentam contra a Pátria!» (pp. 383 e 407, vol. i, Setembro-Outubro de 1960, fasc. v de *Os Cadernos de Manuel Anselmo*).

O grupo de católicos que criticara a orientação do *Novidades* dá a público, em Fevereiro de 1959, um documento sobre «as relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos» que critica o discurso de Salazar a 6 de Dezembro, opondo-lhe textos de Cerejeira, e que defende explicitamente o *pro memoria* do bispo do Porto. Pela primeira vez surgem sacerdotes entre os signatários¹⁵⁴.

A *Voz do Pastor*, persuadida do triunfo e moralizada, recomeça neste momento a falar de política. Iria ter uma surpresa.

O semanário diocesano do Porto renova a defesa da participação da Igreja na questão social, mas destaca mais o papel da hierarquia do que o da Acção Católica¹⁵⁵. Valoriza o papel do bispo¹⁵⁶. E contra-ataca num tema importante para o clero e para as relações entre a Igreja e o Estado, a questão da equivalência dos diplomas de estudos. Afirma que o nível d' «a cultura eclesiástica nada fica a dever à cultura leiga» e que são as «autoridades oficiais» a porem dificuldades à concessão de equivalências de estudos¹⁵⁷.

A reacção da imprensa estrangeira é idêntica à que teve aquando do discurso da «frente nacional». Para ela, o episcopado condenou Salazar. O *Catholic Herald* britânico, de 23 de Janeiro de 1959, recolhido pela diplomacia portuguesa, titula: «A hierarquia responde a Salazar¹⁵⁸.» Em França, *Le Monde* faz sua a opinião de que o episcopado dá uma «resposta ao recente discurso do presidente do Conselho, que se queixava de que certos católicos tenham passado a uma oposição activa ao regime»¹⁵⁹. Em Itália, *Il Messagero*, um diário ligado aos meios católicos, titula, a 19 de Janeiro de 1959: «Polemica in Portogallo fra i Vescovi e Salazar». Mas abre uma porta, ao afirmar que se espera que João XXIII inaugure o monumento a Cristo-Rei.

O governo português considerou — quis considerar — imediatamente a pastoral um triunfo seu. Era a vitória pírrica que Salazar preparara. Era tam-

¹⁵⁴ Alves, *Católicos e Política*, pp. 65 e segs.

¹⁵⁵ Na sua edição de 2 de Fevereiro de 1959 titula na primeira página, ao alto, transcrevendo do *Osservatore Romano*: «A Igreja e os bispos têm o dever de estar presentes na questão social»; a 7 de Março seguinte dá também destaque de primeira página: «O cardeal Gerlier falou sobre a repartição justa das riquezas.»

¹⁵⁶ «O bispo portador da mensagem de salvação» é um título da página 2 d'A *Voz do Pastor* de 21 de Fevereiro de 1959.

¹⁵⁷ A *Voz do Pastor* de 21 de Fevereiro de 1959.

¹⁵⁸ É esta a atitude da imprensa britânica. O embaixador em Londres, o antigo ministro do Exército Abranches Pinto, a 23 de Janeiro de 1959, comunica ao MNE: o «noticiário [da] imprensa britânica, especialmente [da] imprensa católica, acerca [da] última carta pastoral [do] episcopado português, pretende acentuar tratar-se essencialmente [da] afirmação [da] independência da Igreja perante [o] Estado português». Sugere um boletim da Embaixada para corrigir a situação.

¹⁵⁹ *Le Monde* destacara, em título: «Portugal. L'episcopat: les catholiques, individuellement, sont libres d'opter pour l'action politique ou sociale de leur choix» (20 de Janeiro de 1959).

bém criar um facto consumado: Cerejeira retomara a direcção da Igreja em Portugal e o bispo do Porto fora afastado da ribalta¹⁶⁰.

As Necessidades aplicam imediatamente esta linha política. A 19 de Janeiro o ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcelo Mathias, comunica ao embaixador Vasco Cunha: a pastoral «desautoriza inteiramente e sem equívoco teses do bispo do Porto». A 21 insiste com o embaixador, desmentindo a interpretação da imprensa brasileira de que a pastoral do episcopado é a resposta a Salazar: «resposta é [ao] bispo do Porto»¹⁶¹. A 22 envia o «notável documento» para algumas das principais missões diplomáticas, salientando que ele desmente D. António, pois o «Bispo do Porto preconizava que a Acção Católica deveria exercer um papel político em Portugal»; e destaca, manifestando mais uma vez a sensibilidade do governo para a opinião internacional, o «desmentido a certos equívocos a que a imprensa estrangeira tinha dado acolhimento»¹⁶².

É por esta altura que surge a primeira reacção eclesial condenando o bispo do Porto. A 1 de Fevereiro de 1959 o *Novidades*, em editorial não assinado, «Responsabilidade da hora», afirma que «a opinião pública entre nós está bastante doente». O «sintoma» da doença é a «precipitação com que se interpretam em sentido político, naquele que mais se deseja, as palavras de pessoas que, pela natureza da sua missão, estão fora e acima de competições partidárias». E esclarece: «O caso deu-se ainda agora com a pastoral colectiva do venerando Episcopado.» A parte da opinião que não é «sã» andou à procura de «entrelinhas». Estas más interpretações também foram feitas no estrangeiro. Outro sintoma da maleita era a má intenção, que cria um «ambiente de dúvida, de incerteza, de intranquilidade, talvez de subversão», que pode «ser funesto ao País».

Entre os visados estarão os autores do documento «As relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos» e o estado de espírito que manifestavam.

O ataque é indirecto e cordato, mas inequívoco. O diário do episcopado, atacando a subversão neste contexto, identificava-se com a campanha de imprensa do *Estado Novo*. Desmentindo as interpretações estrangeiras e as pérfidas nacionais, afirmava, implicitamente, que o episcopado não condenava Salazar. Muito pelo contrário. Queria defendê-lo da subversão.

Eram óbvias as razões da interpretação da pastoral como favorável ao bispo do Porto. Em primeiro lugar, D. António assinara-a. Portanto, concordava com ela por lhe ser favorável. Em segundo lugar, o estatuto eclesial e social dos bispos era muito elevado. A Igreja tendia a identificar-se com a

¹⁶⁰ Ignoramos os contactos entre o Governo e o Episcopado português. É provável que Salazar soubesse que a maioria dos bispos não queria entrar em conflito com o *Estado Novo* e, portanto, seria posta em posição de apoiar o Governo e condenar o colega.

¹⁶¹ Os relatos de conversas dos diplomatas são por vezes escritos em linguagem telegráfica. Intercalamos as palavras necessárias para uma leitura normal.

¹⁶² O ministro, a 22 de Janeiro de 1959, envia a pastoral para as seguintes representações diplomáticas: Delnato, Londres, Bruxelas, Roma, Washington, Bona, Berna, Haia, Oslo.

hierarquia. A sociedade europeia dos anos 50 era rigidamente estratificada e o protocolo atribuía ao episcopado um papel elevado. A Igreja em Portugal fazia tudo por o subir mais ainda¹⁶³. Em terceiro lugar, os bispos portugueses tinham resistido, unidos, a Afonso Costa e ao monarquismo das elites católicas; ninguém supunha que deixassem cair um dos seus perante Salazar.

O governo português exige de novo a demissão de D. António. Terá terminado a pausa prometida a Cento enquanto não fosse feito cardeal¹⁶⁴. Mathias sabe já que terá algum apoio do lado do *Novidades* e do que ele representa. A 27 de Janeiro de 1959, o ministro dos Estrangeiros, Marcelo Mathias, chama o pró-núncio, cardeal Cento. O pretexto da sua diligência é a campanha de imprensa. Começa por mostrar-lhe recortes de jornais que afirmam a oposição de D. António ao governo. Considera-o então «causa de graves perturbações, tanto do ponto de vista dos interesses da Igreja como do da tranquilidade pública do país», e informa ser «imprevisível» o efeito da sua permanência em Portugal. Até agora aguardou «reação espontânea», mas passa a sugerir uma diligência junto do cardeal Tardini, o secretário de Estado¹⁶⁵.

A 3 de Fevereiro Tardini recebe o embaixador português na Santa Sé, Vasco Cunha, a pedido deste. «Declarou e repetiu terminantemente que o bispo do Porto não seria retirado da sua diocese e que nada mais tinha a acrescentar.» Tardini fez «expressão dura e contrariada» logo que soube do assunto e «interrompeu [a] breve exposição» de Cunha¹⁶⁶.

Dois dias depois, a 5 de Fevereiro de 1959, Marcelo Mathias encontra Cento no almoço dos chefes de missão e, «no tom mais grave que me é possível», protesta contra a negativa de Tardini e afirma, ameaçador: «esta questão teria de ser resolvida porque punha em causa o próprio princípio da

¹⁶³ Vejamos alguns aspectos. Durante o ano de 1951, o *Boletim Oficial* da ACP manteve uma rubrica intitulada «Homenagem à hierarquia». Era integrada por curtas biografias de elogio aos bispos residenciais da então metrópole. Ao contrário do habitual no *Boletim*, era ilustrada com fotografias dos prelados e, por vezes, das respectivas sés (v. n.º 203, Abril de 1951, pp. 294-295, n.º 205, Junho de 1951, pp. 46-47, n.ºs 206-207, Julho-Agosto de 1951, pp. 80-81, n.ºs 208-209, Setembro-Outubro de 1951, p. 108-109).

Em 1958, o *Boletim Oficial* da ACP anunciava a nomeação de um novo bispo sob o título «Glórias da Igreja» (n.ºs 290-291, de Agosto-Setembro de 1958, p. 77; n.º 292, de Outubro de 1958, p. 124).

Em 1959, D. António de Campos, bispo de Febrina e auxiliar do Patriarcado, publica o livro *A Plenitude do Sacerdócio O Bispo*, amplamente anunciado no *Boletim Oficial* da ACP (n.º 306, Dezembro de 1959, p. 131, por exemplo).

A obra pode ser interpretada como uma imediata tentativa de reacção à perda de estatuto do episcopado após o caso do bispo do Porto. Mas integrava-se perfeitamente na eclesiologia pré-conciliar.

¹⁶⁴ Em correspondência para Vasco Cunha, a 15 de Fevereiro de 1959, nega ter prometido uma tregua a Cento; garantira-lhe, sim, que «nada de definitivo se fará antes da imposição [do] barrete [cardinalício]»; nesse sentido mandou intermediário a Cerejeira.

¹⁶⁵ Comunicação do ministro ao embaixador no Vaticano a 31 de Janeiro de 1959.

¹⁶⁶ Comunicação de Vasco Cunha do próprio dia 3 de Fevereiro. Tardini diz que não conhece precedentes para a demissão pedida. Cunha exemplifica com um bispo cubano par-

colaboração possível entre o Estado e os bispos, como autoridades religiosas nas suas dioceses». Regressava, assim, a ameaça da questão religiosa¹⁶⁷.

Era agora evidente para o governo de Salazar que a cúria romana não pautava o seu comportamento pela leitura dos editoriais do diário do episcopado português. A segunda fase da campanha de imprensa tem lugar neste contexto. Destina-se a despertar o Vaticano do que Salazar considera ser uma nefasta letargia e a forçar uma solução para o caso do bispo do Porto.

A recusa vaticana tem lugar num ambiente político que continua tenso. Salazar está doente desde meados de Janeiro até, pelo menos, meados de Fevereiro¹⁶⁸. Abortou a «revolta da Sé» — na qual, aliás, participam católicos conhecidos —, mas não cessaram os boatos de conspirações. Prossegue a agitação clandestina¹⁶⁹. A opinião queixa-se da boataria¹⁷⁰. As correntes conservadoras continuam cépticas em relação à capacidade de regeneração do *Estado Novo*¹⁷¹. Humberto Delgado continua asilado político na Embaixada do Brasil e o comportamento do chefe da missão, Álvaro Lins, é visto como uma manifestação de isolamento do governo português face ao país irmão¹⁷². O mesmo grupo de católicos que criticara a falta de isenção do

tidário de Baptista. O caso dos precedentes interessará depois a diplomacia francesa, que, neste momento, não invoca os prelados colaboracionistas que De Gaulle fizera sanear e que o núncio Roncalli, agora Papa, demitira. Dada a resposta de Tardini, Cunha apela para o Santo Padre.

¹⁶⁷ Mathias acha que o «mau exemplo» arrastaria outros prelados (comunicação ao embaixador no Vaticano no próprio dia 5 de Fevereiro de 1959).

¹⁶⁸ Marcelo Mathias comunica a Vasco Cunha, a 14 de Fevereiro de 1959, que Salazar esteve com pneumonia, mas já está bom e informa-o de que, durante a doença, publicaram as notícias de audiências fictícias para não alarmar a opinião.

O próprio Salazar esclarece Cunha, a 19 de Fevereiro de 1959, que tem «pneumonia chamada atípica» há um mês; para evitar alarme, foi espalhada a «tese gripe», ao abrigo da qual «devem ter sido enviadas [aos] jornais notícias [de] algumas raras visitas». Parece, assim, permanecer adoentado, ao passo que Mathias o curara.

O esclarecimento era necessário, pois Cento queixara-se em Roma de que Salazar não o recebera para apresentar cumprimentos de despedida.

¹⁶⁹ *A Voz*, a 17 de Março de 1959, denunciava: «A ofensiva do folheto [...] está agora a ser muito distribuído em Lisboa. Ontem apareceu sob as portas de muitas igrejas, casas religiosas e colégios católicos.» O jornal era suspeito, pois especializara-se no ataque ao dito «folheto», mas o fenómeno era um afloramento da continuação da propáganda clandestina.

¹⁷⁰ *A Voz do Pastor* refere também, nesta ocasião, «uma autêntica epidemia de folhas anónimas» (21 de Março de 1959, p. 3, «Panfletos, manifestos e pasquins...»).

A. Pinto Machado, que se apresenta como um «combatente nacionalista de há mais de 40 anos» e um dos «monárquicos de verdade», refere «tanto boato... tanta coisa!...» (carta ao director, publicada com o título «Estamos onde sempre estivemos», *A Voz* de 23 de Março de 1959).

¹⁷¹ Um monárquico respeitado, José Van Zeller Pereira Palha, interrogava-se: como será amanhã Portugal sem Salazar? Achava o *Estado Novo* forte, «mas não deixa de ser verdade que se, em Portugal se pôde passar o que se passou durante a campanha eleitoral [...] é porque a Revolução Nacional ainda não estabeleceu as condições políticas necessárias e definitivas». Parecia ver uma única solução: o Exército (fundo «De colaboração. Reflexões na hora que passa», *A Voz* de 18 de Março de 1959).

¹⁷² «O 'caso Delgado'. Porque recusa o embaixador do Brasil dar crédito à palavra do Governo de Portugal?», lamuria *A Voz*, em título, a 14 de Março de 1959.

Novidades lança a 1 de Março de 1959 uma «carta a Salazar sobre os serviços de repressão do regime», censurando o emprego da tortura pela PIDE¹⁷³.

É neste contexto que é desencadeada a segunda fase da campanha de imprensa contra o bispo do Porto. A 12 de Março de 1959, pouco antes da semana santa — sexta-feira da Paixão caía a 20 de Março —, *A Voz* começa a atacar D. António, numa série de editoriais subordinados ao título comum «Direcção perigosa!». Ao todo foram publicados cinco artigos, seguidos de um sexto, de origem aparentemente diversa¹⁷⁴. A sua sistematização é diferente da publicação¹⁷⁵. Estes factos sugerem que o jornal foi confrontado com texto prévio. A sua autoria foi geralmente atribuída ao padre jesuíta Agostinho Veloso¹⁷⁶, um polemista fundibulário de 64 anos, oriundo precisamente do clero diocesano do Porto¹⁷⁷. As suas convicções e o facto de ser membro dos júris literários do SNI desde 1955 e colaborador do *Diário da Manhã* e d'*A Voz* faziam dele um bom intermediário entre o governo e o jornal.

O tom é menos agressivo do que o de Anselmo¹⁷⁸. Mas o diário monárquico católico abandonou o estilo respeitoso de Setembro de 1958. «O

¹⁷³ Alves, *Católicos e Política*, pp. 88 e segs.

¹⁷⁴ Os textos são publicados de 12 a 17 de Março de 1959. Os cinco primeiros abordam temas políticos e eclesiais. O sexto critica a utilização de estudos científicos dos professores Francisco Pereira de Moura e Luís Teixeira Pinto pela oposição e pretende tratar de economia. *A Voz* sinaliza a diferente procedência deste último: «Amanhã publicaremos ainda um artigo intitulado 'Ignorância ou má fé' a propósito do folheto do Norte, mas fora desta série.» Será publicado sem o título «Direcção perigosa!». Não o analisaremos.

¹⁷⁵ Os textos de «Direcção perigosa!» estão divididos em duas partes: a primeira é «o caso em si»; a segunda «o caso perante a Concordata e a doutrina da Igreja». A primeira parte é distribuída pelos três primeiros artigos e a segunda parte pelos dois últimos. A divisão é pouco harmoniosa e dificulta a compreensão.

¹⁷⁶ Neste sentido, mas só para os cinco primeiros textos, Galdes Freire, *Resistência Católica*, p. 57.

¹⁷⁷ Agostinho Pinto Veloso nasceu em Favaio, Alijó, a 20 de Fevereiro de 1894. Estudara no seminário do Porto, onde pode ter-se cruzado com D. António. Foi ordenado em 1922, alguns anos mais tarde do que a média da época.

Após um longo período como pároco rural da diocese do Porto, entrou na Companhia de Jesus em 1937, já com 43 anos, uma idade substancialmente mais avançada do que a habitual para o noviciado jesuíta. Estudou depois em estabelecimentos de ensino superior da Companhia e regressou a Portugal em 1945, fixando-se em Lisboa. Integrou a redacção da *Brotéria*. Publicou, entre livros, artigos e estudos, mais de duas centenas de peças. Era poeta e orador sagrado.

Foi um dos raros sacerdotes a participar activamente na campanha de mobilização após a eclosão do terrorismo no Norte de Angola. Na peregrinação de Março em Fátima concluiu a sua alocação afirmando: «Não deixeis que os nossos inimigos calquem aos pés a terra sagrada de Portugal!» (*A Voz de Fátima*, n.º 463, Abril de 1961).

¹⁷⁸ O governo não esqueceu Manuel Anselmo. O *Diário da Manhã* de 12 de Março de 1959 — curiosamente, o mesmo dia em que *A Voz* retoma a ofensiva — publica um comentário a *Meridianos Críticos*, um livro de Anselmo, e faz ao seu autor um elogio promissor: ele está entre os valores do nacionalismo «que ignoramos» (na p. 6, «Vida cultural», assinado AC).

A promessa seria depois concretizada. Anselmo participaria na mobilização da opinião pública após a eclosão do terrorismo no Congo português, lendo, aos microfones da Emissora

problema agravou-se e por forma extraordinária». O bispo do Porto tornou-se «bandeira da propaganda» dos comunistas e da maioria da «oposição». O tema central é forte: o bispo faz o jogo dos comunistas¹⁷⁹. A acusação já vinha de Anselmo. É intensificada por emanar de um jornal que se diz católico.

As provas incluem extractos do *Avante!*, o jornal clandestino do Partido Comunista Português, referindo a «carta» e um folheto, também clandestino, inicialmente distribuído no Porto, com numerosas assinaturas — da oposição democrática e sobretudo dos comunistas —, o qual menciona também a «carta» de D. António. Estes documentos aparentam terem sido fornecidos pela PIDE. Procede depois a alguma mistificação sobre a repercussão do caso no estrangeiro, procurando persuadir os leitores de que houve «uma reacção claramente favorável na imprensa das esquerdas e desfavorável na anticomunista!». Contudo, são citadas duas únicas testemunhas abonatórias: o jornal carioca *Presença de Portugal* e o francês *La Quotidienne*, ambos pouco representativos. Contraditoriamente, *A Voz* cita longamente o editorial «Responsabilidade da hora», do *Novidades* de 1 de Fevereiro, acima referido. A citação só teria sentido se a opinião pública fosse desfavorável ao governo português por isso que o dito editorial a criticava.

A Voz dá depois «esclarecimentos» sobre a tática dos comunistas «para ludibriar a boa fé de certos católicos e a ingenuidade de outros», aparentemente inspirada em manuais de contra-subversão.

A segunda parte é uma tentativa de análise do caso face à Concordata e à doutrina da Igreja. O tom é mais sério. A tese defendida é a da separação absoluta dos poderes temporal e espiritual. O texto é um rosário precariamente articulado de longas citações de fontes eclesiásticas, entre as quais avulta a pastoral de Janeiro. A conclusão é ser «grave» e contrário à Concordata que um bispo critique «problemas que são manifestamente do Poder civil», faça «ofensa às regras de cooperação» dos dois poderes e tenha permitido que «o houvessem constituído em vedeta ou caudilho político» aqueles que «sempre foram simultaneamente inimigos da Igreja e do Governo».

Estão assim retomados os temas lançados por Anselmo em Setembro de 1958. Os artigos tiveram difusão. *A Voz* publicou alguma correspondência de

Nacional, em 24 de Março de 1961, o comentário intitulado «O terrível escândalo internacional de Angola ser e querer permanecer portuguesa».

No mês seguinte, a 27 de Abril, voltaria a homenagear Salazar, discursando na Liga 28 de Maio (Manuel Anselmo, «Discurso a Portugal», ed. de *Os Cadernos de ...*, depositário exclusivo Ed. Organizações, Lisboa, 1961).

Nesse mesmo ano discursaria em 9 de Novembro de 1961, no Teatro da Trindade, na sessão de encerramento da campanha eleitoral organizada pela União Nacional (Manuel Anselmo, «Portugal está com Salazar», in *Os Cadernos de ...*, depositário exclusivo Ed. Organizações, Lisboa, 1961). Logo a seguir, a 30 de Dezembro de 1961, seria nomeado observador permanente na UNESCO, cargo que exerceu até à queda da situação.

¹⁷⁹ Neste sentido, Geraldês Freire, *Resistência Católica*, p. 57.

leitores¹⁸⁰, entre a qual um bispo¹⁸¹, e os artigos foram transcritos noutros jornais¹⁸². Foi feita uma edição em separata¹⁸³.

A *Voz* é acompanhada na sua campanha pelo *Diário da Manhã*. A divisão de funções é semelhante à utilizada na primeira fase da ofensiva, em Setembro de 1958.

A 16 de Março de 1959, o diário da União Nacional publicava um editorial, «Abcesso de fixação», por João Patrício, que contrapunha «Salazar [que] luta estoicamente, há mais de um quarto de século, para manter os portugueses subordinados [...] ao denominador comum do interesse nacional» à «táctica adoptada pela oposição no assalto ao regime [que] não poderia por nenhum governo do mundo, digno desse nome, deixar de ser considerada como revolucionária». Salientava o velho mote da propaganda da situação da «ritmada afinção» entre ataques da oposição e da imprensa internacional, «manobrados pela maçonaria e o comunismo internacionais»¹⁸⁴. Contrapunha os êxitos da situação — o Plano de Fomento, o elogio de De Gaulle a Salazar —¹⁸⁵ aos «processos cavilosos de ataque dos inimigos, internos e externos, do *Estado Novo*». Perante o destaque dado às « deserções, dissensões, injustiças, ingratidões, resistências», um consumidor habitual da propaganda da situação leria, sem dificuldade, o nome de D. António.

Nesse mesmo dia, o *Diário da Manhã* dava destaque a declarações do ministro da Presidência, o católico Pedro Theotónio Pereira, à *Gaceta Ilustrada*, de Madrid. O ministro abordava a questão religiosa. Era o primeiro hierarca a fazê-lo depois do discurso de Salazar anunciando a rotura da «frente nacional». O tom é confiante. «As inquietações religiosas» de «certos sectores» são «um

¹⁸⁰ A 23 de Março, uma carta de A. Pinto Machado, acima referida.

¹⁸¹ A 29 de Março, D. Rafael Maria da Assunção telegrafa a Pedro Correia Marques e assevera-lhe que *A Voz* é «valeroso baluarte da defesa da Nação».

D. Rafael fundara a missão franciscana da Beira (1898), fora bispo da Prelazia de Moçambique (1922-1935) e de Cabo Verde (1935-1937), data em que sai por motivos de saúde; resigna em 1940). Aconselhara Salazar sobre questões missionárias.

Nem o seu telegrama nem a epístola anteriormente citada mencionam os artigos «Direcção perigosa!», mas resulta claro do contexto que é a eles que se referem.

¹⁸² A 26 o jornal informa que aqueles artigos foram parcialmente transcritos por *O Arauto*, de Bissau. Seria interessante rastrear as transcrições, nomeadamente na imprensa regional católica.

¹⁸³ Intitulada *Direcção Perigosa! (Reflexos da Carta do Sr. Bispo do Porto)*, 32 páginas. A 16, em apostila ao quinto artigo, o jornal informava que, a pedido dos leitores, ia ser feita uma edição em separata, gratuita para os assinantes e vendida ao público a 2\$00 — um preço competitivo em relação aos 10\$ então declarados pelo PCP para uma publicação comparável.

¹⁸⁴ O Dr. João Patrício era redactor do *Diário da Manhã* e teve depois funções directivas no jornal do partido único. Nas eleições parlamentares de 1965 foi um dos signatários do manifesto de católicos conservadores, conhecido por «Desafronta» (*Diário de Notícias* de 6 de Novembro de 1965, pp. 7 e 9).

¹⁸⁵ «A França e eu próprio admiramos a obra exemplar que Salazar realizou e continua a realizar para o bem do seu país e de todo o mundo — afirmou o presidente de Gaulle ao receber as credenciais do embaixador de Portugal em Paris» (*Diário de Notícias* de 13 de Março de 1959).

produto destes tempos de crise» e, portanto, não constituem um subproduto do salazarismo. Para mais, «em Portugal ainda somos dos menos atingidos». Confessava inquietação perante a campanha internacional condenando a política do governo face a D. António ao denunciar «a grosseira mistificação» de certo «noticiário internacional» sobre a pastoral do episcopado de Janeiro. Mas apoiava-se nela, seguindo a linha adoptada desde o início pelo governo: «Aqueceu o coração de todos os católicos, por demonstrar como persiste a admirável unidade da doutrina que sempre caracterizou a nossa Igreja. Leia a Pastoral e repare depois na falta de escrúpulos de certas interpretações postas a correr. A Pastoral respondeu a muitas perguntas que andavam no ar e esclareceu algumas dúvidas sérias que espíritos inquietos vinham suscitando.»

As declarações de Pedro Theotónio são publicadas no dia em que *A Voz* conclui a publicação da série «Direcção perigosa!» e, de algum modo, situam-na. D. António estaria isolado no episcopado.

Na posse da comissão distrital de Bragança da União Nacional, Costa Brochado adoptara já a linha de desdramatização seguida por Theotónio Pereira: «Não temos problema religioso¹⁸⁶.» Para a situação, em público, o único problema passara a ser o bispo do Porto.

A 18 de Março, o P.^e Dr. Gustavo de Almeida sugeria as medidas a tomar, no fundo «Por onde começar a reforma?», da série *Nova et vetera*, reafirmando o seu apoio ao *Estado Novo* e à necessidade das mudanças que iam, como vimos, no sentido da corporativização.

A campanha de imprensa não se limitava a artigos ou folhetos. A PIDE era outro foco de propaganda para persuadir a opinião de que tinham sido os comunistas a dirigir a agitação durante a campanha eleitoral. O capitão Neves Graça, o director da polícia política¹⁸⁷, afirmou-o explicitamente, em conferência de imprensa, a 4 de Março¹⁸⁸.

¹⁸⁶ *Diário de Notícias* de 10 de Março de 1959.

¹⁸⁷ O capitão de infantaria António das Neves Graça (1896-11 de Novembro de 1974) participou no 28 de Maio, integrado na coluna que de Elvas veio para Lisboa. Fez depois política local em Beja, onde foi vereador, presidente da câmara, governador civil e também comandante local da PSP. Em 1938 entrou para a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), antecessora da PIDE, na qual fez carreira. Foi seu director interino desde a passagem do capitão Agostinho Lourenço à reforma e provido definitivamente nesse cargo a 27 de Novembro de 1956.

Pouco depois dos acontecimentos acima descritos, foi passado à reforma, sendo substituído pelo coronel de cavalaria Homero de Matos, nomeado por influência do general Botelho Moniz e que começara a exercer o cargo interinamente a 26 de Fevereiro de 1960.

A sua passagem à reforma aos 64 anos — próximo da idade da passagem à reserva militar, mas seis anos antes do limite de idade para empregos civis — manifestava o descontentamento da situação com a ineficácia da PIDE na crise iniciada em 1958, atribuída à vetustez dos métodos de Graça, um discípulo de Lourenço.

¹⁸⁸ A PIDE tinha iniciado a propaganda antes desta data. A 19 de Fevereiro, Neves Graça informou que a polícia prendera, em 1958, 23 funcionários do PCP e que estavam em curso diligências para fazer prisões entre militantes do «sector intelectual».

A imprensa dava larga cobertura a estas declarações.

Na Assembleia Nacional, a 17 de Março, o conselheiro Armando Cândido, um dos vogais da nova comissão executiva da União Nacional, retomou a ofensiva contra D. António¹⁸⁹. Afirmou: «Antes o inimigo em pé-de-guerra do que ter de estar guardado contra quem nos aperta a mão¹⁹⁰.» Não mencionou o nome do bispo do Porto, mas esclareceu o suficiente: «Não é dos inimigos declarados que desejo hoje ocupar-me especialmente.»

No terreno, militantes do *Estado Novo* censuravam a mutação da Igreja. Nas comemorações do 28 de Maio, num almoço nacionalista com 3000 pessoas, no Porto, Cerqueira Gomes atacou os «católicos progressistas»¹⁹¹.

7. REACÇÕES ECLESIAIS PORTUGUESAS À SEGUNDA FASE DA CAMPANHA DE IMPRENSA

O episcopado português reforça as boas relações protocolares com o Estado e procura garantir que não será aberta a questão religiosa. A Diocese do Porto prossegue uma política activa e afirmativa.

Na celebração da festa do aniversário da nomeação de Salazar como ministro das Finanças, a 27 de Abril de 1959, o *Novidades* adopta uma atitude ambivalente, ainda que predominantemente simpática para com o festejado: elogia-o, afirmando que «fez sempre do poder um serviço», mas de algum modo reserva o seu juízo, afirmando que ele pertencerá à história.

O episcopado continuara a tocar a tecla da separação entre a ACP e a política¹⁹². Mas em certas regiões prosseguiram as práticas tradicionais das boas relações entre a Igreja e o governo¹⁹³.

¹⁸⁹ Armando Cândido de Medeiros, um homem da geração do *Estado Novo* que emerge com o fim da segunda guerra mundial, nascera em Vila Franca do Campo (Ponta Delgada, Açores) em 1904. Era juiz conselheiro do Tribunal de Contas. Tinha começado como delegado do INTP e, seguindo um percurso então habitual, fora delegado do Ministério Público e, mais tarde, juiz de direito. Foi deputado por Ponta Delgada à Assembleia Nacional de 1945 a 1969. Ostentava a medalha de prata de socorros a náufragos.

¹⁹⁰ Título de primeira página do *Diário da Manhã* de 18 de Março de 1959.

¹⁹¹ As fontes não dão o nome completo do interveniente, mas apenas os dois apelidos transcritos no texto; deve tratar-se de Manuel Cerqueira Gomes, um professor de Medicina e dirigente da União Nacional do Porto. Foi deputado à Assembleia Nacional. Nela propôs, a 12 de Março de 1948, a abolição dos feriados do 31 de Janeiro e do 5 de Outubro por «não representarem a Pátria». A 30 de Junho de 1951, num comício de Craveiro Lopes em Braga, afirmou: «Seja qual for a nossa repugnância pelo sistema electivo, o nosso dever é votar.» Participou ainda no quinto congresso da União Nacional, que transformou o partido único em Acção Nacional Popular.

¹⁹² É elucidativo o tema e o título de uma conferência do Prof. Cavaleiro de Ferreira na semana de estudos da ACP em Fátima: «O apostolado e a vida cívica. A confusão entre o plano da política e o plano religioso é sempre perigosa» (*Novidades* de 10 de Abril de 1959). Também foi transcrito n'*A Voz do Pastor* de 18 de Abril de 1959.

¹⁹³ Assim, por exemplo, o P.º António Quesada, pároco de Vila Franca, «em representação do clero de Viana do Castelo», está presente na posse do novo governador civil local (*Diário de Notícias* de 7 de Junho de 1959).

A inauguração do monumento a Cristo-Rei, a 17 de Maio de 1959, é a ocasião escolhida pelos bispos para confirmarem que o governo não abrirá a crise religiosa e selarem as boas relações com ele. O monumento era a concretização da promessa feita pelo episcopado ao «Coração» de Jesus, «por intermédio do Coração Imaculado de Maria, Vossa Mãe e nossa mãe», caso Portugal fosse poupado aos «horrores da guerra», a 20 de Abril de 1940. A sua inauguração marca, simbolicamente, o termo de uma fase do catolicismo português. Cerejeira afirma então que «onde o Chefe de Estado está oficialmente aí está Portugal» e que se tratava de um «plebiscito» do princípio constitucional de que a religião católica é a religião da nação portuguesa¹⁹⁴.

A inauguração é pretexto de manifestações de religiosidade tradicional. «Em Almada, a pomba de Santa Maria foi poisar na tribuna do Presidente de Portugal», escreve o *Novidades*, legendando foto comprovativa¹⁹⁵. Esta pomba tinha uma genealogia sagrada, a caminho do milagre, que é evocada na altura: a 7 de Abril de 1940, nos Jerónimos, uma pomba pousara sobre Cerejeira: tinha começado a guerra, o cardeal falava de paz. Em Dezembro de 1946, o comportamento de outras duas pombas tinha dado origem a escritos de Cerejeira¹⁹⁶.

Tomás oferece então um almoço na sala Luís XV ao episcopado português e dá a grã-cruz da Ordem de Cristo ao cardeal do Rio, D. Jaime de Barros Câmara. D. António Ferreira Gomes não está presente¹⁹⁷. A reconciliação tem por preço o seu isolamento social e eclesial¹⁹⁸.

A Diocese do Porto tem uma reacção mais afirmativa e menos diplomática, mas respeita os códigos eufemizantes então vigentes. A 14 de Março, *A Voz do Pastor*, em editorial, apoia a criação de uma universidade católica no ultramar, um tema que se sabia não ser caro ao presidente do Conse-

¹⁹⁴ O cardeal Cerejeira, em carta a Salazar, aventou, muito levemente, a hipótese de a consagração aos Sagrados Corações ser lida pelo Presidente Tomás. O presidente do Conselho não concordou com este pormenor. Mas o chefe de Estado falou na cerimónia (v. Nogueira, *Salazar*, vol. v, pp. 70 e segs., que acentua uma crise então já atenuada).

¹⁹⁵ P. 1 da edição de 19 de Maio de 1959.

¹⁹⁶ Manifestações tradicionais de fé eram então frequentes. Na procissão de Nossa Senhora da Saúde no mês anterior o arcebispo de Mitilene conduziu um pedaço do Santo Lenho (*Novidades* de 27 de Abril de 1959).

¹⁹⁷ Pelo menos, a sua presença não é registada no *Novidades* de 19 de Maio de 1959.

¹⁹⁸ O cônego António dos Santos refere esse isolamento por parte de meios eclesiais, em data incerta, que parece ser referida a Junho de 1959. Com efeito, numa sessão da ACP do Porto, o bispo de Tiava, o representante do patriarca para a organização, «saudou o Sr. D. António, mas com muita circunspeccção» (*Itinerário de Um Padre*, vol. v, p. 253). Esta reunião terá tido lugar de 10 a 14 de Junho.

É a propósito desta ocasião a última vez que o *Boletim Oficial* da ACP escreve o nome de D. António antes dos relatos das suas intervenções no Concílio. Entretanto, as referências ao bispo do Porto tinham-se tornado muito mais raras, quer neste *Boletim*, quer no *Novidades*.

O próprio D. António, por esta data, «decidiu aparecer poucas vezes em público» (Santos, *Itinerário*, vol. v, p. 253).

lho¹⁹⁹. A 4 de Abril repete o tropo da primeira fase da campanha de imprensa. Também em editorial, «Maurras repudiou nobremente os seus erros e desvios: porque teimar em defendê-los?», aponta como exemplo o chefe da *Action française*. Exemplo porque se arrependeu perante a Igreja. Salienta que ele teve admiradores «além e aquém dos Pirenéus»; os que não se submetem «acabam por não pensarem com a Igreja nem com os Mestres»²⁰⁰. Não só Salazar gozava da reputação de maurrasiano, como a evocação de uma moderna viagem a Canossa era de aplicação imediata ao caso do prelado diocesano com o chefe do governo. O jornal diocesano continua a salientar a importância da intervenção sócio-económica da Igreja²⁰¹.

Por outro lado, a campanha de *A Voz* preparara o terreno para a revisão constitucional que marca o fecho político do *Estado Novo*. Salazar envia a proposta de revisão à Assembleia Nacional a 19 de Março. Atacar um bispo era fomentar o anticlericalismo. O anticlericalismo, como vimos, seduziria os sectores republicanos da situação. Para os conquistar era importante jogar a carta do colonialismo português, que eles defendiam. A mistura destes elementos tornaria mais aceitável a corporativização da escolha presidencial, a primeira beliscadura significativa no esquema jurídico do Estado liberal que a Constituição de 1933 tinha respeitado.

Perante a revisão constitucional, *A Voz do Pastor* e o *Novidades* seguem táticas diametralmente opostas. O semanário diocesano do Porto apoia a iniciativa de um grupo de deputados para inserir o nome de Deus na Constituição²⁰². O título do editorial é significativo: «Se Ele não guardar a cidade — uma ‘Presença’ que faltava na Constituição portuguesa»²⁰³. E qualifica de «corajoso» o grupo proponente. O jornal não apoia a revisão oficial e apresenta exigências que sabe irem incomodar o governo.

O *Novidades* apoia a revisão constitucional. Afirma, aliás, inexactamente, que «a ortodoxia democrática não foi afectada, porque se regressa à velha fórmula da república parlamentar acrescida da participação dos Municípios»²⁰⁴.

¹⁹⁹ O editorial «Pró ou contra a Universidade Católica no ultramar português?», de C. Maia (P.^e Domingos de Oliveira Costa Maia, o director), endossa uma sugestão do cardeal-arcebispo de Lourenço Marques, D. Teodósio Clemente de Gouveia.

²⁰⁰ Este editorial, também do director, dá-se como pretexto que «um leitor estranhou» que o jornal «inserir há tempos» um artigo condenando certas doutrinas de Maurras — provavelmente o já referido, de Outubro de 1958. E salienta que um semanário monárquico «também nos censurou» de «suspeita benevolência para com as doutrinas demagógicas (Deus nos livre!)».

²⁰¹ V., por exemplo, «A Igreja e a situação económica do nosso tempo», um documento do episcopado francês (*A Voz do Pastor* de 18 de Abril de 1959).

²⁰² O historial parlamentar deste projecto, apresentado a 5 de Abril de 1959, pode ser lido em *Uma Campanha Parlamentar em Pro dos Direitos de Deus e das Instituições Tradicionais*, Editorial Restauração (1961), s. 1.

²⁰³ *A Voz do Pastor* de 18 de Abril de 1959.

²⁰⁴ Editorial «A eleição do Presidente da República», assinado por JMA (o redactor José Maria de Almeida), in *Novidades* de 10 de Abril de 1959.

8. A ACÇÃO DIPLOMÁTICA DA SANTA SÉ E A RESPOSTA DE LISBOA (ABRIL A OUTUBRO DE 1959)

A Santa Sé responde a esta campanha de imprensa procurando travá-la e, substancialmente, persuadir Salazar de que irá satisfazer as suas reivindicações, desde que legítimas. O meio desta política é a nomeação de D. José da Costa Nunes para fazer uma visita à Diocese do Porto, a mandado do Vaticano.

Com efeito, a segunda fase da campanha de imprensa não passou despercebida à Santa Sé. Mons. Brini, encarregado de negócios da Santa Sé desde a partida do pró-núncio cardeal Cento²⁰⁵, foi às Necessidades perguntar ao ministro Marcelo Mathias se os artigos d'A *Voz* «significam [que a] atitude que temos tomado até agora de evitar [o] debate público sobre esse assunto sofreu modificação». O chefe da diplomacia portuguesa respondeu-lhe que não. Mas acrescentou: não podemos impedir que um jornal tradicionalmente católico escreva, «dada a confusão e o equívoco que a passividade da Santa Sé tem permitido que se mantenham»²⁰⁶. Era prometer novos ataques, sempre em nome implícito do catolicismo do Estado.

O cerne da actividade da Santa Sé consiste na nomeação de D. José da Costa Nunes para uma visita apostólica à Diocese do Porto. A 31 de Março de 1959, o Papa João XXIII recebeu-o em audiência particular²⁰⁷. Depois encarregou-o «pessoalmente» de uma missão «confidencial», devendo seguir para Portugal «com [o] fim ostensivo [de] assistir [à inauguração do] do monumento [a] Cristo-Rei no dia 17 [de Maio], mas na realidade» para realizar esse mandato, nas palavras de Vasco Cunha, a 11 de Maio.

A sua missão foi precedida de acção de fontes vaticanas para persuadirem o governo português de que estão dispostas a procurarem um compromisso²⁰⁸.

O patriarca Costa Nunes tinha 78 anos enérgicos; fora sacerdote do Padroado, bispo de Macau (1921-1940) e, desde esta data, arcebispo de Goa, com o título tradicional de patriarca das Índias Orientais. Resignara com o

²⁰⁵ *Diário de Notícias* de 9 de Fevereiro de 1959.

Centosai definitivamente de Lisboa a 8 de Fevereiro de 1959. A 13 é anunciado que o novo núncio é Giovanni Panico.

²⁰⁶ Marcelo Mathias a Vasco Cunha a 14 de Março de 1959.

²⁰⁷ *Novidades* de 1 de Abril de 1959.

²⁰⁸ O embaixador Vasco Cunha comunica ao ministro a 10 de Abril de 1959: «chegou ao meu conhecimento» que João XXIII «estaria verdadeiramente desejoso de não descontentar o Governo português» e que a oposição viria de Tardini. Samoré, a 9, dissera-lhe que «a questão se encaminhava para uma solução». A 29 de Abril insiste num «confidencialíssimo»: «confirmando disposição favorável [de] Sua Santidade»; «não parece [que] actualmente [o] Bispo [do] Porto disponha [no] Vaticano [de] protecções valiosas». Cunha espera decisão breve, que poderá não ser tornada pública.

fim do Padroado na Índia (1953). Ficara então em Roma, arcebispo de Odesso, com o título pessoal de patriarca²⁰⁹.

A «fé e [o] patriotismo [eram] dois ideais que lhe preencheram a existência», no dizer do almirante Sarmiento Rodrigues, um republicano e antigo ministro do Ultramar, que o conhecera pessoalmente²¹⁰. Era um «bispo missionário» da escola oitocentista, incapaz de separar o trono do altar²¹¹. Em 1958 era vice-camerlengo da Santa Sé, um cargo honorífico desprovido de poder efectivo. O seu nacionalismo isolava-o na cúria romana, cada vez mais próxima das teses dos movimentos de libertação²¹². Em contrapartida, «o Ministério do Ultramar nunca deixou de o acompanhar»²¹³.

Salazar tinha por ele uma marcada preferência pessoal. A Santa Sé conhecia-a, pois o presidente do Conselho tinha-o proposto para cardeal em 1945²¹⁴. A sua nomeação é, portanto, uma medida destinada a ganhar a confiança de Salazar e, de algum modo, a neutralizar as suas ofensivas.

²⁰⁹ Nascera na ilha do Pico a 15 de Março de 1880. Morreu em Roma a 9 de Novembro de 1976. Estudou no seminário de Angra, donde foi excluído por tocar viola (Trindade, *Memórias de Um Bispo*, p. 81). A 17 de Outubro de 1968, já consumado o caso do bispo do Porto, foi nomeado governador da cidade do Vaticano. Correu então que esta nomeação significava descontentamento da Santa Sé com o seu relatório, pois não fora imediatamente elevado ao cardinalato. Este rumor carece de confirmação. Foi feito cardeal a 19 de Março de 1962 (v. Valdemar Mota, *Notas Históricas sobre Bispos Açorianos*, edição do Centro Paroquial Social da Ribeira Chã, ilha de S. Miguel, 1986, pp. 116 e segs.).

²¹⁰ Em Goulart (org.), D. Jaime Garcia, *Cardeal D. José da Costa Nunes «In memoriam»*. *No Centenário do Nascimento 1880-1980*, Braga, AO, 1980, p. 37. O embaixador Eduardo Brazão vai no mesmo sentido: tinha «na alma uma imensa fé em Deus e no coração um grande amor a Portugal».

²¹¹ Em pleno Concílio afirmará no encerramento do II Congresso Nacional dos Religiosos: «Tem-se dito que as missões não se devem ocupar de nacionalismos [...] mas não assim para o missionário pertencente ao país que evangeliza» (*Lumen*, 1964, p. 284).

²¹² Um confidencialíssimo do embaixador Vasco Cunha para o MNE a 23 de Novembro de 1959 — já encerrado, portanto, o caso do bispo do Porto — assinala «repetidas provas [de] menos consideração e má vontade [das] autoridades [do] Vaticano» contra o patriarca que «têm-se acentuado desde há tempo».

Exemplifica: nunca deram ao carro a matrícula da cidade do Vaticano e agora não querem renovar-lhe a matrícula do veículo estrangeiro com que entrou no Vaticano. Cunha considera que as causas são o facto de D. José ser estrangeiro (isto é, não italiano) e outras de «carácter mais pessoal», mas omite qualquer referência à sua participação no caso de D. António, referida por outras fontes. Ela terá, porém, pesado o que o telegrama parece revelar quando fala no agravamento da ostracização.

²¹³ Sarmiento Rodrigues, *ibid.*

²¹⁴ Na primeira metade da década de 40, o governo português manifestara à Santa Sé desejo de ter um segundo cardeal. Salazar encarregou D. Teodósio Clemente de Gouveia, arcebispo de Lourenço Marques (Moçambique), de defender a proposta junto do Papa numa visita a Roma em Agosto de 1945. D. Teodósio assim fez, como era seu desejo, e, «consoante a indicação que levava de Lisboa», indicou Costa Nunes e «pleiteou a causa com empenho». Pio XII nada lhe disse, mas D. Teodósio saiu persuadido de que a sugestão seria atendida (Veloso, *D. Teodósio*, vol. II, p. 24).

A natureza específica da missão de Costa Nunes significava também, em certa medida, o reconhecimento implícito da tese salazarista do «cardeal nacional». Costa Nunes não era cardeal, mas pertencia à cúria romana, onde tinha um estatuto honorífico. O «cardeal nacional» reside na cúria e, provindo necessariamente de uma nação católica, ali representa os interesses eclesiais dela; é nomeado por acordo com o governo do Estado de origem. A sua existência significa que a Santa Sé reconhece implicitamente à nação de origem o estatuto de grande potência católica.

Salazar ambicionava-o há muito. No princípio dos anos 40, certamente por encomenda do governo português, Mons. José de Castro, consultor eclesiástico da embaixada portuguesa no Vaticano²¹⁵, elaborou um estudo sobre o tema que foi depois publicado oficiosamente²¹⁶. Em meados de 1945 fez uma tentativa para o obter que saiu frustrada²¹⁷.

Costa Nunes foi despedir-se de Mathias após concluir o seu «inquérito à Diocese do Porto». Falou pouco, mas referiu, mais de uma vez, que a Santa Sé queria utilizar a «maneira doce» para resolver o caso. O chefe da diplomacia portuguesa respondeu que não objectava a que Roma nomeasse D. António para outro posto, mas que «o Governo só considera que foi dada solução ao caso quando, com ou sem nomeação para outro cargo, o Sr. Bispo do Porto deixar de ser bispo da diocese». A hipótese da saída de D. António de território português é abordada. O ministro disse que «quer [que] o Sr. Bispo saia do País de passeio, de licença, chamado a Roma ou por qualquer

²¹⁵ Mons. José de Castro nasceu em Bragança em 1886. Morreu em 1966. Ainda foi pároco de Gimonde na monarquia (1909). Preso político em 1911, fugiu para Espanha e daí para o Brasil, onde se fixou e exerceu funções pastorais, docentes e jornalísticas. Regressado a Portugal, foi nomeado consultor eclesiástico da representação diplomática portuguesa na Santa Sé pelo comandante Fernando Branco, um republicano que chefiava a diplomacia portuguesa (14 de Maio de 1930). Em Roma ficou até 1952. Era membro da Academia Portuguesa de História e do Instituto de Coimbra. Escreveu várias obras de história da Igreja.

²¹⁶ José de Castro, *O Cardeal Nacional*, Agência-Geral das Colónias, 1943, 460 páginas. A obra foi concluída em 8 de Março de 1942 e impressa em Dezembro de 1943.

Castro considerava cardeal nacional «o privilégio de Portugal a ter no Sacro Colégio mais um purpurino do que o patriarca de Lisboa» (p. 9). Esta definição minimalista era logo a seguir corrigida: começa o seu estudo em 1686 por ter então sido feita a primeira promoção «a Portugal como potência católica de primeira ordem, ao lado da Espanha, da França e da Áustria» (p. 9).

O consultor eclesiástico da embaixada não ocultava os propósitos políticos: «Apalpa-se em toda a nação uma ânsia de grandeza, um desejo imenso de voltar a ser tanto ou mais do que já fomos» (D. João V teve 4 cardeais) (p. 11).

²¹⁷ Pio XII fez cardeal D. Teodósio Clemente de Gouveia, arcebispo de Lourenço Marques, «um acto de aprovação e aplauso à obra missionária portuguesa» (artigo do *Osservatore Romano*, o diário oficioso do Vaticano, após a elevação de D. Teodósio ao cardinalato, transcrito em Veloso, *D. Teodósio*, vol. II, p. 27). Era, afirmava o *Osservatore Romano*, «um cardeal para o império português», menos do que um cardeal nacional na cúria pontifícia.

outra forma, tem de pôr-se inteiramente de lado a sua reentrada no País». Costa Nunes declarou «que não conviria de modo nenhum ao Governo português a presença do Bispo do Porto no nosso território, mesmo sem jurisdição episcopal»²¹⁸. Mathias fica na convicção de que Nunes comunicará mais tarde informações confidenciais ao embaixador na Santa Sé²¹⁹.

Costa Nunes entrega a Tardini o seu relatório do inquérito à Diocese do Porto pouco antes de 22 de Julho de 1959. Demorou cerca de quinze dias a escrevê-lo ou, pelo menos, a entregá-lo. O secretário de Estado mostrou-se atarefado e não lhe falou. Na sexta-feira anterior, Mons. Dell'Acqua, então colaborador directo do Papa²²⁰, revelou-se «compreensivo», e Costa Nunes, «como coisa sua», aventou-lhe a hipótese de «o Governo português acabar por se ver constrangido [a] denunciar a Concordata se [a] Santa Sé persistir [em] não resolver por acordo amigável [o] caso do bispo do Porto». Dell'Acqua ficou «impressionado», concluiu D. José²²¹.

A «visita apostólica» de D. José da Costa Nunes à Diocese do Porto não é referida pelas fontes. Curiosamente, nenhuma das biografias de D. José a menciona nem sequer a ela alude. O cónego António Santos também não a refere. O próprio D. António Ferreira Gomes faz breves referências à acção do antigo patriarca das Índias e qualifica-o de «condutor de todo este processo»²²². José Barreto considera que D. José «se prestara a colaborar [...] na execução do plano concebido por Salazar para convencer o bispo a sair do País 'em gozo de férias', barrando-lhe a entrada no regresso»²²³. As informações disponíveis não permitem avaliar completamente a acção do antigo patriarca das Índias no processo. Com efeito, desconhecemos que instruções trouxe de Roma. Ignoramos com quem falou em Portugal e o que ouviu. Permanece inédito o texto do seu relatório. Tentemos reconstituí-lo com base nas confidências do patriarca à diplomacia portuguesa e que ela achou conveniente transcrever.

Nunes leu o relatório a Vasco Cunha, mas, aparentemente, não lhe facultou um exemplar. Cunha resume-o assim: dá «razão [à] posição do Governo

²¹⁸ Telegrama de Marcello Mathias para a embaixada no Vaticano a 4 de Julho de 1959.

²¹⁹ Na correspondência do dia 4 de Julho para Vasco Cunha, Mathias informa: «Tivemos aqui conversas da maior importância e gravidade de D. José da Costa Nunes.» Manda-o acompanhar o caso e comunicar «informações que lhe sejam confidencialmente transmitidas por aquele prelado».

²²⁰ Dell'Acqua já era substituto da Secretaria de Estado em 1956. Tinha esse cargo em 1961. Foi depois feito cardeal em Maio de 1967 e em 1971 exerceu as funções de vigário de Roma.

²²¹ Comunicação de Vasco Cunha para o MNE a 22 de Julho de 1959.

²²² *Cartas ao Papa*, p. 210.

²²³ Na introdução a D. António Ferreira Gomes, *Carta ao Cardeal Cerejeira*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1996, p. 27.

Embora seja indubitável o salazarismo do ex-patriarca das Índias, este tipo de interpretação da sua acção desvaloriza totalmente o papel do Vaticano, de quem era agente e, nessa medida, não parece dever ser aceite.

e [manifesta] estranheza [perante as] atitudes [do] Bispo»; a melhor medida seria a imediata exoneração do prelado²²⁴.

A segunda escolha aventada por D. José seria afastar o bispo por uns tempos e aproveitar a ausência para nomear um coadjutor. Com efeito, na fase final da elaboração do relatório, antes de 10 de Julho, D. José conversa com Vasco Cunha, que resume assim: propõe «afastamento imediato [do] Bispo Ferreira Gomes (que possivelmente se realizou já) com pretexto [na] licença de três meses prevista [no] Código de Direito Canónico a qual seria sucessivamente prolongada até ao período máximo de um ano. Nessa altura (ou antes, se [a] necessidade [do] serviço da diocese a isso obrigasse) [, a] Santa Sé teria de decidir nomear novo bispo coadjutor. Como V. Ex.^a sabe [o] bispo Ferreira Gomes concorda [com a] sua saída imediata e [a] prorrogação da licença, na ideia de que depois retomará funções. [O] Patriarca confirmou ser essa também [a] ideia [do] Cardeal Tardini»²²⁵.

D. José afirmava ainda no seu relatório que os bispos portugueses estavam unidos numa solução para o caso de D. António em sentido favorável ao governo²²⁶.

Por esta altura do mês de Julho, certamente em resposta à visita de D. José, começa a circular na Diocese do Porto uma mensagem, «promovida por dois conhecidos sacerdotes, um dos quais cónego da Sé», assinada por clero e leigos, dirigida à Secretaria de Estado, solicitando o regresso de D. António. Salazar manda o embaixador protestar no Vaticano, salientando que houve pessoas «violentadas» para assinarem²²⁷. Dado que o governo afirmava manter a ordem no país, estas violências só podiam ser religiosas. Seria, portanto, na ordem religiosa que o chefe do Governo queria intervir.

A 24 de Julho de 1959, D. António parte para o estrangeiro. Mas o relatório fica adormecido nas gavetas da Secretaria de Estado do Vaticano durante o resto do Verão de 1959. D. José só em meados de Setembro consegue ser recebido por João XXIII. Julga que o Papa considera o episcopado português «muito dividido» sobre o caso, o que lhe parece mostrar que o Sumo Pontífice não leu o seu relatório. Nunes esclareceu-o²²⁸. O Papa

²²⁴ Comunicação de Vasco Cunha para o MNE a 22 de Julho de 1959. Cunha não quis certamente resumir convenientemente o relatório de D. José.

²²⁵ Comunicação de Vasco Cunha para o MNE a 10 de Julho de 1959.

Não há, nas pastas consultadas, nenhuma informação sobre este comportamento do bispo do Porto. Podemos deduzir que nem todos os documentos estão à consulta ou que parte das informações não era escrita.

²²⁶ V. abaixo, relato da audiência do Papa a D. José da Costa Nunes.

²²⁷ Comunicação de Salazar à Embaixada no Vaticano a 4 de Agosto de 1959.

²²⁸ Parece provável que o Vaticano supusesse que os bispos portugueses apoiavam D. António. Certamente, os bispos esperavam uma orientação de Roma a este respeito. Não há indício que prove que ela foi dada, mas é escassa a documentação conhecida. O governo português queria demonstrar a Roma que os bispos sacrificariam o colega do Porto desde que fosse esse o preço a pagar para evitar um conflito do Estado com a Igreja. Costa Nunes foi instrumental em acentuar — e provavelmente em exagerar — o isolamento de D. António. Como

pediu sugestões. Nunes deu várias, implicando todas a nomeação de D. António para cargos fora de Portugal²²⁹.

O mais tardar a 22 de Setembro, o governo português sabe que D. António se prepara para regressar a Portugal. Mathias instrui Vasco Cunha para pedir audiência a Tardini a fim de «salvaguardar paz religiosa». Dá conhecimento ao núncio Panico das instruções transmitidas a Vasco Cunha e informa-o de que o regresso do bispo do Porto à sua diocese «provocará, da parte do Governo português, as mais graves consequências»²³⁰.

A 23 de Setembro o ministro Marcello Mathias encontra o cardeal Ottaviani, então com 68 anos, presidente do Santo Ofício e um pilar do conservadorismo da cúria romana²³¹, num jantar de homenagem²³² em casa dos viscondes

a seguir se verá, a informação disponível não sugere que a Santa Sé tenha alterado as suas atitudes devido a esta informação — fosse ela nova para o Papa ou, pelo contrário, já conhecida.

²²⁹ Comunicação de Vasco Cunha para o MNE a 22 de Setembro de 1959.

²³⁰ Giovanni Panico entregara as credenciais em Lisboa a 5 de Julho de 1959. Nasceu em Tricase (Lecce, Itália) a 12 de Abril de 1895, onde morreu a 7 de Julho de 1972. Depois de doutoramentos em universidades romanas, entrou para o serviço diplomático da Igreja em 1926. Fora núncio em Bogotá, Buenos Aires, Praga, Sidney (onde contactara com refugiados de Timor durante a segunda grande guerra), Peru e Otava. Feito cardeal a 19 de Março de 1962, saiu de Portugal a 27 de Abril seguinte.

A diplomacia portuguesa teve dele ideias bastante divergentes. A 13 de Janeiro de 1959, provavelmente quando o seu *agrément* é pedido, um telegrama do embaixador em Otava descreve-o como tendo «grande admiração por tudo o que em outros tempos havíamos feito para auxiliar a propagação da Fé no Oriente» e com «admiração pessoal» por Salazar.

A 25 de Julho de 1959, Vasco Cunha apresenta-o como «um dos discípulos» do cardeal Montini e dos «de tendências mais avançadas». A sua nomeação para Lisboa teria causado «espanto no Vaticano». Afirma serem informações eclesásticas que não tem meios de controlar. Costa Nunes dissera-lhe o mesmo.

²³¹ Alfredo Ottaviani era uma figura destacada da cúria romana e o corifeu da corrente mais conservadora da Igreja católica. Nasceu a 29 de Outubro de 1890, o último filho de uma série de doze. Depois da ordenação, foi professor de Direito Canónico num seminário romano e reitor. Entra no Santo Ofício em 1925. Em 1935 fora substituído na Secretaria de Estado. Regressa depois ao Santo Ofício, de que será feito pró-secretário, após ter sido elevado ao cardinalato, em 1953. Manter-se-á nesse cargo até 1968. Terá influenciado a assinatura da Concordata com a Espanha em 1953.

Gostava de se intitular «o polícia da Igreja» (Serrou, *Pie XII*, pp. 94, 199 e 225). Apresentava-se como o «verdadeiro condestável da luta pela pureza moral e ideológica da Igreja» (nas palavras hiperbólicas com que Mathias se lhe dirige, reportadas em comunicação para Vasco Cunha a 24 de Setembro de 1959).

Ottaviani já visitara duas vezes Portugal. No 13 de Maio de 1955 estivera em Fátima como legado apostólico. Disse então aos peregrinos: «Com um povo destes e sob a direcção segura do seu Governo, poderá bem esperar-se que Portugal será digno da gloriosa tradição do passado e da missão que a Providência lhe designou no Mundo, com a aparição de Nossa Senhora na Cova da Iria.»

Era, pois, um admirador de Salazar, que conhecia pessoalmente (fora por ele recebido a 16 de Maio de 1955).

²³² No banquete participaram ainda o núncio Panico, o ministro da Educação, Prof. Francisco Leite Pinto, os condes de Nigra e a condessa da Torre.

de Botelho, uma família açoriana conservadora, na qual ficou hospedado²³³. A visita fora preparada com antecedência²³⁴.

Mathias faz-lhe valer que «o clero antiprogressista do País ficaria desmoralizado» com o regresso do bispo. Ottaviani deu-lhe «toda a razão» e promete que «ele próprio se ocuparia do caso» quando regressasse do Canadá, cerca de 18 de Outubro. Age imediatamente. No dia seguinte, a 24, o núncio Panico informa Mathias de que telegrafara para o Vaticano a fim de comunicarem a D. António, em Paris — onde estava alojado, na *Fraternité Sacerdotale* —, para não fazer nada sem instruções expressas da Santa Sé e, em Roma, para esperarem pelo seu regresso²³⁵.

O MNE não tem então a certeza de que D. António não virá para Portugal. Tê-la-á a 30 de Setembro, dia em que Tardini chama Vasco Cunha e o informa de que enviara instruções ao bispo do Porto «mandando-o suspender [a] viagem de regresso a Portugal», onde só voltará com instruções expressas da Santa Sé²³⁶. «Deu a entender [que o] Prelado não voltará mais à sua diocese», acrescenta o embaixador português²³⁷.

No dia 1 de Outubro, mas provavelmente na véspera, a Santa Sé ignora o paradeiro de D. António. O governo português também lhe perdeu o rasto. Ambos estão persuadidos de que se prepara para entrar em Portugal. Nesse dia o Papa recebe Vasco Cunha e menciona o assunto implicitamente²³⁸.

²³³ O titular era o engenheiro José Honorato Gago da Câmara de Medeiros, nascido em Ponta Delgada a 19 de Maio de 1906. Era armador, prolífico publicista e aspirava a diplomata e estrategista internacional. Estivera no segundo congresso da União Nacional, em 1945, na secção das corporações. Participara na organização corporativa da marinha de comércio, do turismo e dos seguros. Foi procurador à Câmara Corporativa em várias legislaturas.

²³⁴ Ottaviani era legado apostólico na comemoração do 3.º centenário da instituição da hierarquia católica no Canadá. O *Diário da Manhã* anuncia a sua vinda a 16, qualificando-a de «viagem particular» com o pretexto de uma peregrinação a Fátima, que não está registada e para a qual não parece ter tido tempo.

Chegou a 22 e partiu a 24 no paquete *Vulcania*. Cerejeira regozijou-se com a sua visita (*Diário da Manhã* de 23). Ottaviani frequentou os meios ligados ao Patriarcado. No próprio dia 23 fora homenageado com um almoço na Nunciatura, no qual participaram, além de Cerejeira, os bispos de Febiana e Leiria, Mons. Avelino Gonçalves e Moreira das Neves, director e chefe de redacção do *Novidades*. Foram despedir-se dele, além do representante do MNE, o núncio, o bispo de Febiana e Luís Maria Sylvain, «vigário-geral» dos dominicanos em Portugal.

²³⁵ Comunicação de Marcello Mathias para Vasco Cunha a 24 de Setembro de 1959.

²³⁶ Tardini parece ecoar Ottaviani. É difícil averiguar o peso da intervenção do chefe do Santo Ofício, cujo contornos são fluidos. A ter tido lugar, terá precipitado a partida de D. António para Portugal. Contudo, não deixou outro rasto, o que é compreensível, pois Ottaviani só voltou do Canadá depois de resolvido o caso. Contudo, ela coincide com a quebra de contactos entre D. António e a Santa Sé, à qual esta sempre teria de reagir, dada a situação.

²³⁷ Comunicação de Vasco Cunha para o MNE a 30 de Setembro de 1959.

²³⁸ No dia 1 de Outubro, João XIII recebe o embaixador português, que pretende apresentar um «apelo filial», mais uma manifestação do comportamento de Portugal como país católico. Segundo o relato do diplomata português, o Papa disse-lhe, com o estatuto de «confidencial»,

A 6 Mons. Samoré, por indicação de Tardini, informa o embaixador Vasco Cunha de que a Santa Sé não sabe onde está D. António e decidiu nomear administrador apostólico — pelo que, se o bispo se apresentar na diocese, «não poderá exercer as suas funções». É uma medida de «carácter transitório», mas, com «tempo e paciência», acabará por removê-lo. Samoré solicitou que a notícia fosse divulgada a 9 sem comentários — o que constitui mais uma referência indirecta às campanhas de imprensa. Naquele mesmo dia, 6 de Outubro, D. António é encontrado no Hotel Continental, em Madrid; recebe as instruções do Vaticano para não regressar a Portugal. Prometeu acatá-las²³⁹.

A 9 de Outubro de 1959, um ano depois da morte de Pio XII, os jornais da manhã portugueses publicavam um comunicado oficioso: «O Ministério dos Negócios Estrangeiros foi informado que Sua Santidade nomeou S. Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. D. Florentino de Andrade e Silva, bispo auxiliar de Heliossebasto, Administrador Apostólico da diocese do Porto *ad nutum sanctae sedis*, com as faculdades do Bispo Residencial».

A *Voz* e o *Diário da Manhã* imprimiam-no, na primeira página, com um título enganador: «Novo bispo residencial para a diocese do Porto.» Tinha sido esse o objectivo do governo. Mas não tinha sido alcançado. Os termos de divulgação acordados com Samoré tinham sido formalmente respeitados, mas o título oficioso esboçava uma nova campanha de imprensa.

9. CONCLUSÕES

Concluamos.

É a manipulação da imprensa que permite ao governo pressionar a Igreja católica em Portugal e o próprio Papado no conflito que o governo abre em Setembro de 1958, tomando como pretexto o *pro memoria* do bispo do Porto. A imprensa é o primeiro instrumento de mobilização utilizado pelo *Estado Novo*.

que «reprovava em absoluto a atitude [do] Bispo, que já lhe tinha feito sentir [a] maneira de pensar da Santa Sé sobre o caso». Acrescentou que não sabia do seu paradeiro. Se ele se apresentasse na fronteira e não o deixassem entrar, a «Santa Sé não poderia aceitar tal situação de gravíssimas consequências não só para a Igreja, mas também para o Governo português, pelas repercussões que teria mesmo fora do país, onde a noção de liberdade é diferente». «Era portanto preciso ter paciência e dar tempo ao tempo, pois [a] Santa Sé imporia que [o] bispo resignasse [do] cargo se se obstinasse em tais atitudes.»

O embaixador quis «esclarecer respeitosamente» o Sumo Pontífice sobre a originalidade da concepção de liberdade do *Estado Novo*.

²³⁹ É o que o MNE informa Vasco Cunha a 8 de Outubro de 1959. Salazar comunica à embaixada no Vaticano que D. António está no Hotel Nacional por telegrama expedido às 22.50 do dia 3 de Outubro de 1959. Estava equivocado.

No domingo, 18, de manhã, D. António apresentou-se na fronteira em Valença e foi-lhe recusada a entrada (ministro para Vasco Cunha, confidencial, de 20 de Outubro de 1959).

A Santa Sé e o governo português manifestam sempre a disposição de não escalam o conflito até ao extremo e de deixarem aberta a porta a um acordo, por cedências mútuas.

A atitude da Santa Sé em relação ao caso é defensiva, no duplo sentido de ser objecto da iniciativa do governo de Lisboa e de nunca responder com contra-iniciativas que possam escalar o conflito; evita ser responsabilizada pela abertura de uma crise política, protela a sua resolução, mantém D. António em funções e vai fazendo as cedências necessárias à realização do seu primeiro objectivo²⁴⁰. Face a Salazar, adopta a tática a que chamaremos da «rosa de ouro»²⁴¹, isto é, conferir honrarias sem dar nada de substancial. Sabe que o presidente do Conselho é profundamente católico²⁴² e profundamente sensível a palavras de apreço vindas de Roma. Por isso, lisonjeia-o, como forma de atenuar o conflito: agradece os seus serviços à Igreja em Portugal; nomeia Costa Nunes para uma missão que não podia deixar de agradar ao chefe do governo.

A estratégia resultou, apesar de incidentes de execução, que, aliás, não eram da responsabilidade directa do Vaticano. Salazar teve de retirar o *bluff* da questão religiosa. D. António continuou bispo do Porto. As campanhas de imprensa da situação foram eficazes, mas não conseguiram plenamente o resultado pretendido. A Santa Sé, que parecia preparar-se para ceder mais, apenas nomeou um administrador apostólico com poderes excepcionais quando D. António cortou as comunicações com Roma na sua viagem de regresso a Portugal, pois, sem ter contactos com o seu bispo, não quis dar ao governo português a possibilidade de abrir uma crise.

Em Setembro de 1959 o governo não desencadeou uma nova fase da campanha de imprensa contra o bispo do Porto. Mas, a avaliar pelo padrão

²⁴⁰ Não é objectivo do presente estudo apurar em definitivo as estratégias dos vários actores.

No que toca à Santa Sé, parece certo que D. António exaspera a cúria romana. É também certo que Tardini e o próprio Papa João XXIII mencionam a hipótese de afastarem o bispo — mas fazem-no só quando têm de recuar, devido a factores exógenos, e sempre condicionalmente, para ganharem tempo.

Mas parece também certo que o Vaticano seguiu neste caso uma lógica de poder, sendo o bispo um dos aspectos, a par de outros, entre os quais avulta a estabilidade religiosa em Portugal e, nomeadamente, nas missões portuguesas de África.

²⁴¹ A rosa de ouro é uma das mais altas distinções da Santa Sé. Tinha sido concedida a Portugal, mais exactamente à arquidiocese de Goa, numa espécie de compensação pelo termo do Padroado na Índia (1953). Em 1965, o Papa Paulo VI atribuiu-la-á ao santuário de Fátima.

²⁴² Não foram analisados os efeitos específicos do catolicismo de Salazar no desencadear e desenvolver da crise. Num âmbito mais geral, Frei Bento Domingues afirma: se não houve conflitos, é porque Cerejeira e Salazar, «acerca da Igreja e do Estado, tinham concepções coincidentes», «forjadas pela originalidade do processo português de restauração católica» (*Artes de Ser Católico Português*, p. 23)

precedente, estava em preparação um novo ataque através dos meios de comunicação social²⁴³. A estratégia de Salazar consiste em apresentar-se como dirigente católico de uma potência católica para exigir a demissão de D. António, dividir o episcopado e neutralizar a capacidade de intervenção política da Igreja.

É possível também propor algumas conclusões sobre os efeitos da crise.

Salazar conseguira reforçar o seu poder pessoal e corporativizar o *Estado Novo*. A acção política da Igreja católica em Portugal foi efectivamente neutralizada durante alguns anos. A médio prazo, pagaria o preço elevado de a Igreja se desinteressar do destino das instituições políticas da situação e, eventualmente, combatê-las.

A Igreja em Portugal viu o seu episcopado fragilizado — por ter consentido no exílio de um dos seus membros — e a diminuição da eficácia da Acção Católica, que Salazar procurara atingir.

A Santa Sé sabia que parecia ter perdido²⁴⁴. Tinha, porém, visto até onde o governo de Lisboa era capaz de ir. Ficava a saber mais: tinha na mão a chave para abertura de qualquer crise política em Portugal²⁴⁵.

²⁴³ O *Diário da Manhã*, que nas fases anteriores da campanha tivera sempre um papel de batedor, mantinha uma linha de «fazer ondas» e exigir dureza. O seu editorial de 17 de Setembro de 1959, «Os banditidos», a propósito de recente criminalidade juvenil, defende que «a polícia [deve] agir implacavelmente» apesar de os criminosos serem filhos de «pessoas importantes». Era a lógica de não haver «intangíveis» no *Estado Novo*.

A 20 de Setembro de 1959 citava o bispo de Tarbes e Lurdes para recordar que há cristãos perseguidos e perguntava, enristecido com o estado do mundo, «mas quem fala disso?». A 3 de Outubro de 1959, na rubrica «Dia a dia...», levanta o problema dos «pintados em Fátima» que incomodam estrangeiros. Era o tema do «pé descalço» com ênfase no novo patriotismo turístico, assim prejudicado. A sugestão do jornal da União Nacional era ameaçadora para a Igreja: as «casas de caridade» deviam encarregar-se deles.

²⁴⁴ Para encerrar o assunto, o cardeal Tardini, o secretário de Estado, recebe Vasco Cunha a 25 de Outubro de 1959. Salienta a campanha contra o bispo na imprensa portuguesa; chama «autoritário» ao *Estado Novo* e, citando a imprensa mundial, designa-o de «totalitário». Conclui: o governo português devia «considerar-se muito satisfeito» por a Santa Sé ter nomeado o administrador apostólico de «carácter excepcional». Destaca depois outro aspecto: «O Governo português tinha tido sorte em encontrar um grande aliado no próprio bispo do Porto, que, com o seu comportamento, levou a Santa Sé a tomar a referida decisão». Vasco Cunha considerou este último comentário «irónico» (relato do próprio embaixador).

²⁴⁵ Do ponto de vista eclesial, é provável que a Santa Sé tenha então decidido remodelar estruturalmente o episcopado português, passando a nomear bispos «romanos» [v. Luís Salgado de Matos, «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril — Alguns aspectos», in *Análise Social*, vol. xxix (125-126), 1994 (1.º-2.º), pp. 319-383, número de homenagem a A. Sedas Nunes]. Contudo, no estado actual da investigação, esta dedução está dependente de outra que também não está suficientemente provada, a saber: o Vaticano esperava que o episcopado português desse a D. António Ferreira Gomes um apoio superior ao que efectivamente lhe prestou.